

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

FABÍOLA DE LOURDES MOREIRA RABELO

**OS JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA E OS *ROLÉS* PELA CIDADE:
CONTRADIÇÕES ENTRE A INVISIBILIDADE E O PROTAGONISMO**

Belo Horizonte

2015

FABÍOLA DE LOURDES MOREIRA RABELO

**OS JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA E OS *ROLÉS* PELA CIDADE:
CONTRADIÇÕES ENTRE A INVISIBILIDADE E O PROTAGONISMO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais na linha de pesquisa Sociedade, Educação e Formação Humana.

Prof.^a Orientadora: Dr.^a Lana Mara de Castro Siman
(FaE/UEMG)

Prof. Co-Orientador: Dr. Mauro Giffoni de Carvalho
(FaE/UEMG)

Belo Horizonte

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Rabelo, Fabíola de Lourdes Moreira.

Os jovens em situação de rua e os rolés pela cidade: contradições entre a invisibilidade e o protagonismo / Fabíola de Lourdes Moreira Rabelo. Orientadora: Lana Mara de Castro Siman, Co-orientador: Mauro Giffoni de Carvalho – Belo Horizonte, 2015.

162 f.

Dissertação (Mestrado)- Universidade do Estado de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2015.

1. Juventudes em situação de rua. 2. Vida nas Ruas. 3.Socialização. 4. Protagonismo. 5.Invisibilidade.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Dissertação intitulada “*Os jovens em situação de rua e os rolés pela cidade: contradições entre a invisibilidade e o protagonismo*” de autoria da mestranda Fabíola de Lourdes Moreira Rabelo, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof.^a. Dra. Lana Mara de Castro Siman (Orientadora) - UEMG

Prof. Dr. Mauro Giffoni de Carvalho (Co-orientador) – UEMG

Prof. Dr. José Eustáquio de Brito (Examinador) - UEMG

Prof.^a. Dra. Lea Pinheiro Paixão (Examinadora) – UFF

Prof. Dr. Walter Ernesto Ude Marques (Examinador) – UFMG

Prof. Dr. Geraldo Magela Pereira Leão (Suplente) - UFMG

Belo Horizonte, 26/06/2015.

Aos jovens pesquisados, pelos ensinamentos que me proporcionaram novas formas de pensar e ser no mundo. Por compartilharem comigo suas histórias de coragem, resistência e de reinvenção da vida. Em especial, aos jovens que faleceram no percurso desse estudo.

AGRADECIMENTOS

A realização dessa pesquisa de mestrado é fruto de uma meta que desde o segundo ano da graduação esteve na linha do horizonte. Já a temática estudada, por mais situada que esteja dentro do meu percurso de investimentos de estudos e experiências profissionais, possui suas raízes calcadas na história de onde vivi minha infância, e parte da minha adolescência - Vale do Jequitinhonha. Vir de onde eu vim me fez desde pequena querer compreender mais sobre as questões sociais, principalmente, sobre a pobreza vivida por grande parte dos habitantes daquela região. A vinda para a capital mineira representava, para mim, a busca por melhores condições de vida, principalmente em relação ao estudo e trabalho. Assim, fui crescendo em busca de compreender um pouco mais a realidade social a minha volta e as questões que esta me colocava. Seguindo o caminho, identifiquei-me na minha trajetória profissional com a área social atuando, portanto, em prol dos direitos humanos. E por falar em humano, não poderia deixar de agradecer aos seres humanos que contribuíram significativamente para conclusão de mais esse processo:

Agradeço à minha mãe e meu pai que me ensinaram ser o conhecimento a maior riqueza que se pode conquistar, em especial ao meu pai que apesar de ausente fisicamente deixou um legado de vida que me ajuda a caminhar com coragem e persistência, por maiores que sejam os obstáculos. Aos meus queridos irmãos: Alfredo e Mariana pela presença e torcida para que esta meta fosse concluída. À Denya pelo exemplo, e por contribuir significativamente para meu crescimento humano;

Aos meus caros orientadores, Prof.^a Lana, que com sua rica sabedoria e humanidade promoveu a partilha de saberes e, ao mesmo tempo acreditando no meu trabalho, aceitou os desafios que a pesquisa foi nos apresentando, como também incentivando-me a seguir adiante; e ao co-orientador Prof. Mauro Carvalho que veio a somar contribuições preciosas a esse estudo, trazendo críticas e questionamentos relevantes;

À Banca de qualificação, Prof. Walter Ude, Prof. José Eustáquio e Prof.^a Lea Pinheiro, que leram com cuidado e atenção meu texto trazendo reflexões importantes para que a produção dessa versão fosse elaborada;

Aos professores da UEMG que proporcionaram grande aprendizado e troca de conhecimentos para além do saber e fazer “psi”;

Ao OJ - Observatório de Juventudes da UFMG, mais especificamente à Equipe do Curso Juviva – Curso de atualização EJA e Juventude Viva, com a qual pude trabalhar, tecer descobertas e rever formas de pensar, o que veio a promover transformações não somente a minha experiência acadêmica, como também pessoal. Ao Prof. Geraldo Leão, por ter contribuído com esse processo e pela referência acadêmica que se tornou nesse caminho;

Aos colegas do mestrado, em especial àqueles que se tornaram amigos, fazendo com que a caminhada fosse mais leve. A esses e aos outros amigos que marcam a existência nutrindo e recheando a vida com afetos e amizade, minha eterna gratidão;

Ao Allan, pelo amor e companheirismo ao longo desse período, motivando a continuidade dessa escrita mesmo convivendo com os atravessamentos que muitas vezes me fazia paralisá-la;

Às minhas amigas de infância que sempre dão um “tempero” a mais a minha vida;

À Equipe do Núcleo de Atenção Social do Espaço Criança Esperança, pelo compartilhamento de aprendizados e por me inspirar a cada novo dia a realização de práticas mais inventivas diante do que a realidade nos interroga, em especial à Júnia, Érika, Ana, Amanda, Elaine, Flávia e Patrícia. À Marcela, Ana Bambirra, Mariá, Fabiane e Gustavo pela indicação e empréstimos de livros, como também pela troca de diálogos relativa a questões que tangenciam o assunto principal da pesquisa,

Ao Hélcio Gomes que vem acompanhado minha trajetória, e que me auxilia a lidar com os entraves do caminho, ajudando-me a cada vez mais exercer meu autoconhecimento, enquanto ser humano capaz de desenvolver seu potencial e de amadurecer com os limites e desafios do viver,

Aos jovens pesquisados por participarem desse processo de pesquisa me confiando suas histórias e oferecendo-me a oportunidade de, nessa relação, aprender um pouco mais sobre a vida e o mundo que nos cerca,

Por fim, gratidão a Deus por obter a permissão dessa conquista!

O Grito sem som

*Existe a vontade de gritar
Bem alto pra aliviar
A angústia que é a miséria
Do lado de lá
Para aqueles que nem sequer
Imaginam o que é a luta
Promovida por este caminhar
Quem vê, escuta e está atento ao olhar
Para aquele que ao menos pode sonhar
A vida?
A qualquer hora pode se acabar
Vida crua, nua, que nasce fadada ao condenar
Daquele que em ninguém pôde confiar
Falar, andar, constante movimentar...
Em busca de um lugar
Mas de que adianta o buscar?
Eles nasceram sem lugar!
Nas idas e vindas pela cidade querem encontrar
Uma forma de mudar
A realidade que lhes foi “entregue”
Para suportar
E não para poder alterar
O que esperar?
Que ainda irão lhes cobrar
Porque não saíram de lá
Mas ninguém quer aprofundar
No que fez essas vidas ali ficar...*

Fabíola Rabelo

RESUMO

Esse estudo busca compreender como se dão os processos de socialização de jovens em situação de rua, residentes de Belo Horizonte/MG, tomando por referência ideias oriundas da sociologia da infância e da juventude que consideram o indivíduo como ator social em constante ação e interação com seu contexto, sendo sobremaneira por esse influenciado e podendo influenciá-lo também. Tais ideias opõem-se a visão tradicional da sociologia clássica, mais especificamente através do pensamento durkheimiano, que pensa o indivíduo como mero produto do social. Nesse estudo, utiliza-se o termo jovem como conceito predominante, focando não na apreensão da juventude em si, mas sim nos modos diversos de ser jovem e como tal condição é ou não vivida em face da classe, raça, idade, sexo entre outras, considerando a juventude e/ou adolescência categorias complexas e que carregam limites na apreensão da realidade do público pesquisado. Destaca as táticas e invenções que os sujeitos jovens criam nos espaços das ruas da cidade para que suas vidas sejam em alguma medida possível, contribuição essa advinda da história do cotidiano. Realizou-se diálogo com a história de Belo Horizonte que teve na constituição do seu espaço demarcações de fronteiras e limites desenhadas em seu traçado físico apresentando, como outros espaços urbanos, barreiras visíveis e invisíveis. A metodologia usada no estudo sustenta-se em um viés qualitativo, realizada por meio do uso da observação participante, de entrevistas semiestruturadas e de registros visuais produzidos pelos jovens pesquisados e a pesquisadora, realizados a fim de captar as relações que os jovens tecem no espaço da cidade. Os dados coletados e analisados permitiram revelar, dentre outros aspectos, as relações que esses jovens estabelecem com a cidade e essa com os mesmos, fazendo destaque a invisibilidade social que encobre suas existências e aos mecanismos de controle, violência e discriminação sofrida por esse público. Apurou-se, no entanto, que os mesmos sujeitos jovens que são alvos de constante violência experimentam, ao mesmo tempo, formas inéditas de protagonismo, tangenciadas por movimentos de resistência e reinvenção de suas possibilidades de ser e estar na cidade, o que contribui para desconstruir visões estereotipadas, preconceituosas e excludentes a respeito dos jovens em situação de rua nos centros urbanos. O estudo revelou, ainda, os efeitos da segregação social, espacial e racial sobre os processos de socialização dos jovens em situação de rua.

Palavras-chave: Jovens em situação de rua, processos de socialização, protagonismo, invisibilidade.

ABSTRACT

This study seeks to understand how to give the youth socialization processes on the streets, residents of Belo Horizonte / MG, by taking ideas coming from the sociology of childhood reference and youth who consider the individual as a social actor in constant action and interaction with its context, being greatly influenced by this and can influence it as well. Such ideas are opposed to the traditional view of classical sociology, specifically through the Durkheimian thought, thinking the individual as a mere product of social. In this study, the young term was used as the predominant concept, focusing not on the arrest of youth itself, but in different ways of being young and as such condition is or is not experienced in the face of class, race, age, gender, among others, considering the youth and / or adolescence complex categories and carrying limits in apprehending the reality of the researched public. Highlights the tactics and inventions that young subjects believed in the streets of spaces for their lives to be in any possible measure, this contribution arising in the history of everyday life. Dialogue was held with the history of Belo Horizonte had the constitution of their demarcations space of borders and boundaries drawn on their physical layout presenting, like other urban spaces, visible and invisible barriers. The methodology used in the study is based on a qualitative bias, made with participant observation, semi-structured interviews and visual records produced by young people researched and the researcher, carried out to capture the relationships that young people weave in space city. The data collected and analyzed allowed reveal, among other things, relations that these young people have with the city and that with them, making highlight the social invisibility that shrouds their stocks and control mechanisms, violence and discrimination suffered by the public. , It is found however, that these young guys that are targets of continuing violence experience at the same time, new forms of leadership, tangenciadas by resistance movements and reinventing your chances of being and being in the city, which contributes to deconstruct stereotyped views, prejudiced and exclusive about the young people on the streets in urban centers. The study also revealed the effects of social, spatial and racial segregation on youth socialization processes in the streets.

Keywords: Young people on the streets, socialization processes, role, invisibility.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEIP – Centro de Internação Provisória

CIA-BH - Centro Integrado de Atendimento ao adolescente autor de ato infracional de Belo Horizonte

CRCA – Centro de Referência da Criança e do Adolescente (Programa Miguilim)

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ECE-BH – Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte

FaE-UEMG - Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JOCUM – Jovens com uma missão

JUVIVA – Curso de Atualização EJA e Juventude Viva

LA – Liberdade Assistida

MSE – Medida socioeducativa

MNMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

ONG - Organização não governamental

OJ – Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

ONU – Organização das Nações Unidas

PROEX – Pró-Reitoria de extensão

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra por domicílio

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PUC-MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

SAMRE - Setor de acompanhamento das medidas restritivas de liberdade

TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

VIIJ – Vara Infracional da Infância e Juventude

LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	Foto dos jovens pesquisados	Página 28
Quadro 1	Características do público pesquisado	Página 65
Figura 1	Fluxograma das relações constituídas pelos jovens pesquisados no universo da rua	Página 54
Quadro 2	Construção e sistematização dos núcleos de significação	Página 61
Imagem 2-5	Fotos Avenida dos Andradas	Página 68
Imagem 6-7	Fotos tiradas pelo Jovem Akin	Página 75
Imagem 8	Foto tirada pela Jovem Tayó	Página 86
Imagem 9	Foto Tobogã (onde tomam banho)	Página 87
Imagem 10	Foto árvore (onde guardam pertences)	Página 89
Imagem 11	Foto tirada pelo jovem Akin	Página 97
Imagem 12	Foto tirada por Shena (Jovens na escada)	Página 110
Imagem 13	Foto tirada por Tayó (Prédio em construção)	Página 110
Imagem 14	Foto tirada por Sadiki (Prédio)	Página 111
Imagem 15	Foto tirada por Akin (Prédio espelhado)	Página 111
Imagem 16	Foto tirada por Shena (Prédio)	Página 111
Imagem 17	Foto tirada por Tayó (Em frente ao Shopping)	Página 114

Imagem 18	Foto tirada por Shena (Em frente ao Shopping)	Página 115
Imagem 19	Foto tirada por Sadiki (Paisagem)	Página 119
Imagem 20	Foto tirada por Kumi	Página 139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População em situação de rua – Belo Horizonte	Página 50
Tabela 2	Homicídio e Risco relativo de Morte de Jovens Negros(as) e Brancos(as) na região de Minas Gerais (2007-2012)	Página 139

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO.....	18
1. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	26
1.1 O olhar de pesquisadora em ação.....	26
1.2 Procedimentos adotados durante o processo de pesquisa.....	30
1.3 Da entrada em campo: limites e possibilidades	34
2. O BONDE DA HOSPITALAR.....	38
2.1 Grupo pesquisado: O Bonde da Hospitalar	39
2.2 Da relação pesquisadora x universo pesquisado.....	57
2.3 Processo de análise dos dados.....	60
3. VIDAS À MARGEM.....	67
3.1 Revisitando a história para uma breve compreensão dos sujeitos pesquisados	67
3.2 Marcas das trajetórias dos sujeitos pesquisados: O retrato da pobreza.....	74
3.3 Reinvenção do espaço e expressão da arte de sobrevivência nas ruas.....	84
3.4 O Bonde e a rua: rolés na busca incessante por um lugar de pertencimento.....	98
4. COMPONDO COMPREENSÕES ACERCA DA SOCIALIZAÇÃO DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA	102
4.1 Processos socializadores e identitários de jovens em situação de rua.....	107
4.2 Tempo, espaço e linguagem da rua.....	113
4.3 O Bonde e a cidade de Belo Horizonte.....	118
4.4 Racismo no Brasil: Jovens negros(as) em situação de rua.....	128
4.5 Ser Jovem negro(a).....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
ANEXOS	160

APRESENTAÇÃO

Esse estudo busca compreender os processos de socialização vivenciados por adolescentes e jovens em situação de rua na cidade de Belo Horizonte, sendo que a escolha desse tema de pesquisa é tributária da minha trajetória profissional e acadêmica, cujas experiências levaram-me a reflexões acerca da realidade e das teorias estudadas.

O título que apresento para este estudo é fruto de contribuições do Prof. Walter Ude, um dos integrantes da banca de qualificação, realizada em julho de 2014. Naquele momento, foram promovidas ricas discussões sobre a pesquisa por meio das interlocuções com os professores José Eustáquio de Brito, Lea Pinheiro Paixão, Walter Ude Ernesto Marques, bem como com os respectivos orientadores. Tais discussões produziram deslocamentos importantes para uma leitura mais contextualizada e crítica acerca da realidade do público pesquisado promovendo, assim, contribuições fundamentais para continuidade desse trabalho.

O referencial teórico que embasa esse estudo fundamenta-se na articulação de conhecimentos originários principalmente da antropologia, sociologia, sociologia da educação, sociologia crítica, sociologia da juventude, sociologia da infância, psicologia e história. Buscou-se, assim, um diálogo com os intersaberes, para que uma leitura mais ampla sobre os sujeitos pesquisados pudesse ser feita diante da realidade complexa evidenciada. Ao mesmo tempo, o diálogo com os intersaberes se faz necessário para a compreensão dos fenômenos educacionais, visto que estes se constituem nessa pluralidade.

Na introdução, procuro tanto situar o leitor sobre o nascimento e interesse desse estudo, que se desenvolveu no contexto de minhas experiências profissionais tecidas ao longo da minha trajetória, como traçar a relevância da pesquisa.

No primeiro capítulo mostro a trilha metodológica percorrida, detalhando meu processo de pesquisa antes e durante a entrada no campo. Em seguida, demonstro os procedimentos adotados para realização da pesquisa, seus desafios e possibilidades apresentadas ao iniciar a interação com os sujeitos pesquisados. Já no segundo capítulo, apresento os sujeitos pesquisados, a relação construída, enquanto pesquisadora com os mesmos e os métodos adotados para análise dos dados.

No terceiro capítulo, demonstro inicialmente a complexidade de enquadrar os sujeitos pesquisados em categorias pré-definidas, nesse caso, jovem e/ou adolescente. Busco também desvelar a pobreza e miséria que atravessa a constituição da existência dos jovens

pesquisados. Além disso, faço destaque às influências que os sujeitos sofrem decorrente de alguns pertencimentos, o que por sua vez, não anula a atuação ativa dos sujeitos em prol da reinvenção de suas possibilidades de vida no contexto das ruas.

No último capítulo, analiso como é experienciado, pelos sujeitos pesquisados, o tempo, o espaço e a linguagem no contexto das ruas. Paralelo a isso, procuro problematizar como são experienciados e/ou criados os processos de socialização dos mesmos, bem como são tecidas suas relações com a cidade de Belo Horizonte e, ainda, como o pertencimento racial atravessa suas possibilidades de experimentação e ocupação do espaço social e urbano.

Nas considerações finais, apresento reflexões acerca da realidade pesquisada, procurando ressaltar como os jovens em situação de rua encontram-se invisíveis no plano das políticas sociais e educativas, mas sim se mostram visíveis, sobremaneira, no âmbito das políticas de segurança, nos demonstrando o quanto há um processo de criminalização da juventude pobre e negra em nosso país, o que afeta negativamente seus processos de socialização. Além disso, faço destaque aos processos de socialização dos mesmos, demonstrados pelas relações tecidas no âmbito da rua e as que produzem por si mesmos mediante a criação de suas táticas de sobrevivência.

INTRODUÇÃO: O diálogo da pesquisa com as experiências profissionais

Dentre as práticas profissionais realizadas no período de formação em psicologia na PUC Minas destaco a atuação no ECE-BH - Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte¹ e no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, mais especificamente no SAMRE-TJMG² - Setor de acompanhamento das medidas socioeducativas restritivas de liberdade³. Ressalto que nestes locais minha atuação profissional esteve voltada ao atendimento de crianças e jovens em situação de violação de direitos, em sua grande maioria, moradores de zonas periféricas da cidade.

As experiências profissionais nestas instituições contribuíram significativamente para que o interesse por este estudo se consolidasse. No ECE-BH o interesse nasce decorrente do contato específico com os jovens que apresentavam histórias de vida com trajetória de evasão escolar e vivência nas ruas. Em relação à evasão escolar dos jovens, era recorrente ouvir de muitos o não desejo pelo retorno às atividades escolares, com exceção de alguns que após um

¹ Os Espaços Criança Esperança (ECE) são centros de atenção em tempo integral que oferecem atividades complementares à escola. Contribuem para promover a educação, a cultura, a inclusão e o desenvolvimento social no Brasil. Em Belo Horizonte, cidade foco do estudo, o projeto atua em parceria com a Globo Minas, UNESCO, PUC-Minas e Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como público alvo crianças e jovens do Aglomerado da Serra, maior aglomerado de vilas da cidade. O ECE-BH é organizado da seguinte maneira: possui uma coordenação geral, duas assessorias: uma administrativa e outra de monitoramento e avaliação e quatro núcleos distintos: Núcleo de Comunicação e Cultura, Núcleo de Educação, Núcleo de Esportes e Núcleo de Atenção Social.

² Este setor pertence à (VIIIJ) - Vara Infração da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O espaço físico do setor funciona no Centro Integrado de Atendimento ao adolescente autor de ato infração (CIA-BH). Conta com uma equipe de profissionais da área de psicologia e serviço social para desenvolver o acompanhamento judicial dos adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas em restrição de liberdade, a saber; internação e semiliberdade. Tais medidas socioeducativas são aplicadas de acordo com o que propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

³ Com base no ECA (1990) as medidas socioeducativas restritivas de liberdade referem-se, pois, a semiliberdade e a internação, esta última podendo ser aplicada por tempo indeterminado, provisoriamente ou como sanção. Para uma melhor compreensão, detalhamos que a medida socioeducativa de semiliberdade baseia-se num regime socioeducativo inicial, ou como medida de transição para o meio aberto. Já na medida socioeducativa de internação por prazo indeterminado, os adolescentes são acautelados em centros socioeducativos, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 3 anos. Já a internação provisória, é aplicada no prazo máximo de 45 dias, neste caso, o adolescente aguarda sua sentença em um Centro de internação provisória - CEIP. E a chamada internação sanção é aplicada quanto ao descumprimento reiterado e injustificado da medida anteriormente imposta, fazendo com que o adolescente fique acautelado em um centro de internação provisória – CEIP, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 3 meses. Sendo assim, o adolescente pode também ficar acautelado no CEIP, aguardando audiência ou decorrente de espera de vaga para centros socioeducativos ou casas de semiliberdade, de acordo com aplicação da medida imposta. Apesar do ECA (1990) estabelecer tais prazos de acordo com a especificidade da medida sabemos que na prática tais critérios não seguem o que pressupõe a lei, pois há superlotação de tais espaços, dentre outros impasses que atravessam a execução das medidas socioeducativas.

trabalho de sensibilização concordavam em serem reinseridos na escola, mas ainda assim, apresentavam baixa frequência escolar.

Dayrell (2012) aponta que as trajetórias escolares de jovens da periferia carregam semelhanças, marcadas por reprovações e abandonos temporários à escola. Nesse sentido, acompanhavam-me questões sobre qual o significado da escola para esses jovens. Já em relação ao contato com a história de vida de jovens em situação de rua muitas questões me consumiam. Naquele momento, a rua era tida por mim como algo apenas perigoso, sem proteção. No entanto, à medida que comecei de fato ouvir alguns dos jovens, seus familiares e até mesmo conhecer o próprio lugar onde viviam me senti questionada quanto ao enquadramento apenas negativo dos espaços da cidade em que esses jovens fixavam de forma integral ou parcial suas vidas, seja para morarem, transitarem ou permanecerem parte do dia. Percebi que algo de um imaginário e de um olhar exclusivo sobre a rua me detinha.

Como bem aponta Campos, Marques e Debortoli (2009, p.6) “[...] não raro, a cidade, no imaginário social, é arraigada de conceitos superficiais que, na maioria das vezes, referencia-se apenas como o lugar da marginalidade, dos caos e da violência”.

Assim, após romper com um único saber sobre a vivência dos jovens nas ruas meu olhar aguçou-se para essa área de investigação. Observei que para os jovens o trânsito ou permanência nas ruas tinham um sentido ou múltiplos sentidos e, dentre esses, de que na rua pulsava vida, transgressora, e em alguma medida criadora de possibilidades materiais, afetivas e simbólicas para a socialização dos mesmos.

Fui constatando que alguns utilizavam esse espaço para realização de malabares com intuito de arrecadar algum dinheiro, ou para apresentar um talento, ou ainda para vivenciarem um momento de lazer. Outros dos jovens buscavam a rua como um espaço de acolhimento, seja porque na própria família não tinham um lugar físico e/ou afetivo, ou ainda por conta da própria família que por vias indiretas ou diretas, poderiam tê-los expulsado de casa. Quando refiro-me a vias diretas estou retratando a forma como alguns jovens são literalmente mandados para fora de casa não só a partir de expressões verbais de conteúdos agressivos, como também por atos físicos de violência. Em minha memória ecoa a fala de uma mãe que ao me relatar que o filho estava morando nas ruas, justificava o fato dizendo que o próprio pai “chutava-o” em direção à porta de saída da casa. Já as vias indiretas seriam os conflitos familiares que aconteciam sem, contudo, se manifestarem por ação concreta agressiva seja em nível verbal ou física.

Sendo assim, meu olhar que vinha sendo aguçado através do trabalho no ECE-BH foi avivado após conclusão da minha experiência profissional, como estagiária de psicologia, no

SAMRE-TJMG. Nessa experiência, tive a oportunidade de realizar atendimentos aos jovens que cumpriam medidas restritivas de liberdade. Além desses atendimentos realizava atendimentos aos familiares desses jovens, participava dos estudos de caso e elaboração de relatórios sobre os mesmos. Por meio dos estudos de caso e de tais atendimentos pude conhecer a história de vida de alguns deles e o que mais me chamou atenção foi a prevalência de jovens pobres, em sua maioria, negros, e residentes de zonas periféricas da cidade em cumprimento das medidas socioeducativas em questão. Pude também observar e que se fez interessante para esse estudo, é que alguns desses jovens moravam nas ruas da capital ou de outras cidades do estado. A partir de então foram surgindo para mim questionamentos em torno de quais impactos o território, neste caso - a rua - trazia nos modos de vida desses sujeitos e sobre qual o papel a cidade ocupava na vida dos mesmos. O conceito de território é aqui pensado a partir das ideias elaboradas por Santos (2000, p. 96) que o define como “[...] base da resistência, das trocas materiais, espirituais e da vida sobre as quais ele influi”. O autor aponta que ao nos referirmos a território, estamos logo dizendo de território usado, utilizado por uma determinada população.

Cabe, ainda, destacar que a maioria dos jovens atendidos possuía uma baixa escolaridade, e poucos deles tinham o ensino fundamental concluído. A história escolar de muitos deles era caracterizada por reprovações ou havia sido praticamente inexistente. Nessa direção, é relevante o observado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no discurso proferido na VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no ano de 2007 quando fez referência aos dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), destacando que:

[...] dos 9.500 adolescentes que cumpriram medidas de internação no ano de 2002, 97% eram afrodescendentes, 90% não haviam concluído o ensino fundamental, 51% não frequentavam escola, 66% dos adolescentes internados viviam em famílias de renda mensal de até dois salários mínimos e 12,7% viviam em famílias que não possuíam qualquer renda mensal. Esses dados convocam a todos, Estado e sociedade civil, à produção de novos sentidos para a socioeducação, articulando-os às demais políticas públicas. (AGUINSKY; CAPITÃO, 2008, p.261)

A partir de dados apontados pelo IPEA (2007) pode-se verificar que são os jovens negros, pobres, com menos acesso e permanência no sistema escolar, “os escolhidos” como protagonistas da violência. Percebe-se que esses jovens caracterizados como os autores da violência, são os que mais a sofrem. Tais jovens são vítimas das diferentes faces da violência de nosso país, estruturada por um uma história de desigualdade social, em que a opressão,

estigmatização e discriminação sobressaem, principalmente, frente ao recorte étnico-racial, de classe e gênero. De acordo com as estatísticas apresentadas por Waisfeisz (2013), no mapa da violência de 2013, constata-se que o número de homicídios contra jovens negros que em 2002 era de (63%), elevou-se para (76,9%) em 2013. Sendo que em 2011, as estatísticas apontavam que os jovens negros possuíam 237% mais chances de serem assassinados do que os jovens brancos. O homicídio tem sido o principal fator de mortes da população jovem brasileira, entre 15 e 29 anos, sendo a juventude negra, pobre, e principalmente do sexo masculino a que mais é atingida por esse genocídio. Ainda, segundo Waisfeisz (2013), em 2010, mais de 70% dos homicídios computados foram de jovens negros, do sexo masculino, moradores de periferias e regiões metropolitanas dos grandes centros urbanos.

Menciono os fatos e dados acima, pois, mediante a história de violência, genocídio, exclusão social, baixíssima inclusão no sistema escolar veio-me a questão: "onde" e como acontece a socialização dos jovens⁴ em situação de rua? Quais são as experiências socializadoras que a sociedade oportuniza para eles e/ou como eles próprios protagonizam suas experiências socializadoras?

Nesse contexto, resalto ainda, como era surpreendente verificar durante os atendimentos aos jovens em cumprimento das medidas socioeducativas restritivas de liberdade, a articulação, a inteligência e capacidade crítica por eles apresentada. Esses jovens questionavam o sistema vigente, um deles lia naquele momento Dom Casmurro e outras literaturas que não me vem agora à mente. Mas, em particular na memória me perseguem alguns trechos de um dos atendimentos com um jovem, morador das ruas da capital mineira. No momento em que conversávamos sobre a escola relatou-me basicamente o seguinte: *“Escola ensina coisa muito diferente do que a gente vive”*. *Quem disse que quem mora na rua não tem educação? “Eu tenho direito, não é porque eu moro na rua que eu não tenho o meu direito [...]”* (sic⁵). Expressões como essas me motivaram na busca de entender essa realidade a fim de pensar sobre possibilidades de melhor articular os conhecimentos e experiências que tenho, no entrecruzamento do campo da psicologia, com o campo da educação (e de outras ciências que lhe dão suporte), tendo em vista a contribuir não somente para melhor me capacitar para o meu exercício profissional, mas igualmente para o alongamento dos estudos a respeito dos jovens em situação de rua. Sendo que minhas primeiras problematizações nasceram através das seguintes indagações: Quem são os jovens em situação de rua? Será

⁴ Optou-se nesse estudo pela utilização do termo jovem e adolescente, sendo usado durante o texto com mais frequência o termo jovem, sem, portanto, perder de vista a ideia de adolescência. Para uma melhor compreensão dessa escolha e dos conceitos que tangenciam o uso destes termos sugere-se consulta nas páginas 68 à 74.

⁵ Segundo informações coletadas.

mesmo que usufruem algum direito morando nas ruas? Como se inserem e participam da cultura juvenil urbana? Como veem a si mesmos, diante da escola, da família, da sociedade? Quais são suas táticas⁶ de sobrevivência?

De acordo com Certeau (1994) a tática é, pois, a arte do fraco, determina-se pela produção e efeito das astúcias. Esta é, segundo o autor, por vezes, possível ao fraco, sendo muitas vezes apenas ela, último recurso. A tática cria surpresas faz com que o indivíduo consiga estar onde ninguém espera. Através da tática, a todo o momento, joga-se com os acontecimentos para convertê-los em ocasião tendo que tirar proveito de forças que lhe são estranhas. Ao contrário destas, encontram-se as estratégias, cuja característica principal trata-se do uso e posse do poder. Estas resultam da manipulação das relações de forças que se tornam possíveis a partir do momento que um sujeito de querer e poder (empresa, exército, uma cidade, uma instituição científica, entre outras) pode ser isolada. Verifica-se, portanto, que diferentemente da tática, a estratégia se organiza através da postulação de um poder.

Entretanto, diante dessas experiências, reflexões e questões apresentadas, consolidou-se em mim o desejo em pesquisar os jovens em situação de rua, num viés que objetiva capturar pistas que ajudem na compreensão de como se dão os processos de socialização de adolescentes e jovens que residem nas ruas da cidade. Pensando na rua/ruas enquanto espaços da cidade e essa como um laboratório social importante para as trocas sociais e para o aprendizado do viver coletivo, em que “conhecer a cidade significa, outrossim, construir sentidos que deem conta de uma tradição à qual filiamos, um universo maior que a casa à qual pertencemos, (CASTRO, 2004, p. 31)”.

Nessa direção, a tentativa desse estudo é compreender a partir dos dados coletados, as experiências que os jovens em situação de rua vivem na cidade de Belo Horizonte/MG, ou que, até mesmo, essa cidade os constringe viver. Seriam as experiências somente de violência, medo e ameaça como nos aponta Jovchelovitch (2000), ou existiriam outras possibilidades de experiências que configuram outras formas de socialização?

Como nos apresenta Matias e Francischini (2010) o espaço das ruas é um ambiente amplo e rico das possibilidades experienciais, portanto, objeto de múltiplos processos de significação. Cabe, pois, pensarmos como esse espaço oportuniza possibilidades experienciais para os sujeitos pesquisados.

Desse modo, esse estudo pretende ater-se ao paradoxo existente no espaço das ruas, esforçando em vê-lo e entendê-lo em face às formas de uso e apropriações dos sujeitos, das

⁶ Para aprofundar nesse conceito, basta consultar: CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1994.

táticas usadas por eles para ocupação dos espaços públicos. Não se pretende unificar um olhar sobre as ruas, mas sim expandir a visão sobre as relações que nelas são tecidas, dando relevo à transcrição que os sujeitos operam no contexto urbano.

As observações tecidas ao longo da introdução desse trabalho é o que se inscreveu em mim, a partir de uma práxis, como já nos afirmava Barthes (1984). Ao longo de minha trajetória acadêmica e profissional, reflexões e estudos se deram motivando assim as primeiras questões de pesquisa que ao serem revistas me levaram a focalizar na seguinte pergunta: Quais e de que natureza são as experiências socializadoras vivenciadas por jovens em situação de rua na capital mineira?

Dessa forma, em face da construção dessa questão de pesquisa alguns objetivos, foram colocados para esse estudo:

Objetivo geral:

- Apreender e analisar indícios dos processos de socialização que jovens em situação de rua experienciam em seus cotidianos na capital mineira.

Objetivos específicos:

- Compreender os significados que os jovens em situação de rua constroem sobre suas experiências vividas na cidade,
- Analisar e identificar por meio de discursos verbais e não verbais evidências sobre a presença de fontes socializadoras anteriores ou concomitantes a moradia desses jovens nas ruas da capital mineira,
- Identificar as relações e interações que os jovens em situação de rua constituem com a cidade, como também as relações que a cidade mantém com eles.

Da relevância da pesquisa às reflexões sobre o saber da experiência

Mediante o exposto acima, esse estudo buscou compreender os processos de socialização experienciados por adolescentes e jovens em situação de rua na cidade de Belo Horizonte. Pensando a priori, que a situação de rua tornar-se uma possibilidade de existência

e de desenvolvimento de laços sociais outros, não menos importante que os gestados, seja no interior da escola, família e/ou trabalho para o público estudado. Como apresenta Sposito (2001, p.101), “[...] as relações sociais mais significativas são gestadas fora da escola e da família, as tradicionais instituições socializadoras”. A contemporaneidade nos convoca a pensar sobre as novas formas de socialização, ainda mais, se tratando do público com o qual dialogamos nessa pesquisa e é nesse sentido que se vê a utilidade desse estudo com foco a um espaço diferenciado de socialização, ou seja, diferente em relação às experiências constituídas pelas agências tradicionais (família, escola e trabalho) e que se desenvolvem mediante experiências sociais vividas no âmbito das ruas da cidade.

Nesse caso, podemos pensar até que ponto a fragilidade nas fontes tradicionais de socialização contribuem para que a busca pela rua aconteça e, nesse contexto, as ruas da cidade tornam-se “casa”. O que faria então uma rua tornar-se a casa de um jovem e que jovem seria esse? Nesse sentido, caberíamos perguntar tanto como a rua se representa como um cenário de socialização para os jovens em situação de rua quanto como esses jovens participam protagonizando tal cenário enquanto socializador a partir das experiências que vivem ou lhe são impostas a viver?

Optou-se por trabalhar com o termo experiência com base nas ideias de Bondía (2002), ao afirmar que a experiência é uma abertura ao que não se conhece, para o que não se pode antecipar nem “pré-ver”, nem “pré-dizer”. “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, o que toca”, (Bondía, 2002, p. 21).

Para o referido autor, o sujeito da experiência pode ser pensado, principalmente, como um sujeito que dá lugar aos acontecimentos, que tem algo de um ser fascinante que se expõe atravessando um espaço indeterminado e perigoso, pondo-se nele à prova e buscando nele sua oportunidade, sua ocasião. Para ele a experiência carrega papel transformador e o saber advindo dela se dá na analogia entre o conhecimento e a vida humana.

Para esse estudo, nos encarregamos de visualizar e compreender o saber da experiência, que se dá no modo como o indivíduo vai respondendo ao que lhe acontece ao longo da vida e no modo como dá sentido ao que lhe acontece. Como aborda Bondía (2002), no saber da experiência não se trata da verdade do que são as coisas, mas do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece. Assim, o autor nos convida a pensar a educação ao lado da experiência e do sentido, em contraponto ao mero saber da informação. Para ele, a informação elimina nossas possibilidades de experiência e o pensar como nos foi ensinado não significa

apenas raciocinar, calcular ou argumentar, mas é, sobretudo, dar sentido ao que somos e ao que nos acontece.

A centralidade desse estudo é dada, portanto, aos processos de socialização experienciados por sujeitos jovens, em situação de rua, onde se faz importante as contribuições oriundas do campo da sociologia da educação, pois, segundo Sposito (2003), a instituição escolar passa por uma crise em sua ação socializadora. A autora destaca ainda que:

No Brasil, os estudos de outras instituições educativas e de práticas socializadoras observadas na família, nos grupos de pares, nas trocas informais na esfera pública, no mundo das associações, nos movimentos sociais e nas relações com a mídia tem significado um caminho promissor de ampliação do campo de preocupações da sociologia da educação, mas, ainda, bastante incipiente. (SPOSITO, 2003, p.212)

Concordando com Sposito, nos ocupamos de dar luz a socialização que emerge a partir da experiência das ruas. Nesse aspecto, entende-se que esse estudo contribui para refletirmos sobre a distância entre a socialização da rua e a da escola, não só para promover a compreensão por partes dos atores escolares sobre quem são esses sujeitos adolescentes e jovens, em situação de rua, sobre as formas de socialização adquiridas nas ruas da cidade, mas sobretudo, para entender os vínculos construídos por esses jovens bem como a rede de relações sociais que criam nesse espaço.

A importância desse estudo se faz, portanto, visível em relação à contribuição para a discussão e ampliação dos saberes relativos aos processos de socialização dos adolescentes e jovens em situação de rua. Já a relevância social se alimenta na possibilidade de contribuir para ampliação e/ou criação de políticas públicas e políticas educativas, uma vez que trará informações sobre a realidade de vida de adolescentes e jovens em situação de rua. Por fim, outra relevância visualizada trata-se da contribuição desse estudo para se pensar sobre possibilidades de reinserção do jovem em situação de rua à família, a escola e/ou entre outras instituições sociais que visem à oferta de proteção e cuidado aos mesmos.

CAPÍTULO 1. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nesse capítulo, apresento como meu olhar e agir enquanto pesquisadora foi sendo delineado em direção as escolhas metodológicas que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento desse estudo. Segundo Bruyne e colaboradores (1991) a metodologia é a lógica que traduz os procedimentos científicos em sua origem e em seu desenvolvimento, não se atendo apenas a uma tecnologia da aferição dos fenômenos, mas sobremaneira, refere-se a um instrumento valioso num empreendimento científico. Trata-se, pois, segundo o autor, do polo técnico, compreendido como responsável por controlar a coleta de dados e em associar os mesmos com a teoria que os suscitou. Dessa forma, os procedimentos adotados e descritos nesse capítulo mostram o horizonte metodológico traçado em diálogo com teorias que nos aproximaram de análises e compreensões acerca da referida temática. Faço alusão a reflexões que foram produzidas durante esse percurso, cujo caminhar foi transcrito a fim de aproximar o leitor das etapas realizadas durante esse processo que por sua vez, descrevem o antes e depois da entrada em campo pela pesquisadora, os métodos utilizados, e as questões facilitadoras e limitantes na elaboração e composição desse fazer científico.

1.1 O olhar de pesquisadora em ação

Antes de adentrar ao campo atual de pesquisa e ir ao encontro direto com os “atores” mencionados - os jovens e a rua - me propus a caminhar pela cidade. Caminhar, a fim de aguçar meu olhar de investigação bem como refinar minha sensibilidade com a referida temática. Deixei-me também ser pela cidade fisgada, a ponto de me colocar flexível a dar contornos diferentes a pesquisa, caso isso acontecesse. O objetivo desse caminhar era o de possibilitar o encontro com os jovens em situação de rua. Minha ideia inicial era que ao caminhar por ruas da cidade, encontraria com um grupo de jovens, em situação de rua, e de imediato já seria possível uma aproximação com os sujeitos da pesquisa. Ideia esta advinda de uma pesquisadora, como se diz por aí “marinheira de primeira viagem”, que mal sabia dos desafios e limites que viria a enfrentar para que fosse possível a realização da pesquisa com os

jovens em questão. Além disso, ao me colocar em circulação pela cidade fui capturada por diferentes relações de jovens com a cidade, o que fez o foco inicial da pesquisa em alguns momentos deslocar-se. E, ainda, ao me colocar na cena da cidade, a relação de quaisquer jovens no espaço público também me chamava a atenção. Nesse sentido, apresento um pouco sobre minha experiência de circulação na cidade, que acabou me auxiliando a reafirmar e delimitar que os sujeitos de interesse da pesquisa eram os jovens, em situação de rua, moradores da capital mineira. E a partir de então fui contaminada pela arte do flunar.

Flunar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flunar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população, admirar o menino de gatinha ali à esquina, seguir com os garotos, o lutador do cassino vestido de turco, gozar nas praças os ajuntamentos defronte das lanternas mágicas, [...] é estar sem fazer nada e achar absolutamente necessário ir até um sítio lóbrego, para deixar de lá ir, levado pela primeira impressão, por um dito que faz sorrir, um perfil que interessa um par jovem cujo riso de amor causa inveja. É vagabundagem? Talvez. Flunar é a distinção de perambular com inteligência. (RIO, 2008, p.28)

De acordo com Rio (2008) observei que a arte de flunar se faz tecida pela constante curiosidade, reflexão e admiração pelo o que se vê durante o andar nas ruas. Contamina-se, pois, pelo desejo em conhecer aquilo que a visão capta e ao mesmo tempo interroga na experiência de perambulação. Nesse contexto, contagia-se pela observação e reflexão constante, a ponto de considerar a rua como um “ser vivo”. Pode-se dizer que aquele que se propõe o flunar é quase um artista. Porém, um artista que não pinta com as mãos e sim com os olhos, “fotografando” assim, as cenas e situações.

O *flâneur*, diríamos, é alguém dotado de um olhar e de um gesto que contraria a lógica imposta pelas transformações que se processam no campo econômico e político e que afetam a vida cotidiana, o modo de ver e de estar no mundo dos transeuntes da e na multidão. [...] Constitui-se, também, como um caminhante entre a multidão. O caminhar juntamente com os que caminham na cidade, misturando-se à multidão, pode promover a observação da diversidade humana. Parar diante de acontecimentos fortuitos, escutar vozes que anunciam a cura e salvação dos que transitam. (SIMAN, 2013, p.50/51)

Segundo Siman (2013) ler a cidade por meio de quem nela perambula proporciona rico potencial para a reflexão. Não apenas sobre a própria experiência histórica dos sujeitos habitantes na cidade, como também, para que por meio da experiência surjam temas de estudos que venham a dialogar com variadas fontes. Nesse sentido, minha flanagem pela cidade foi se dando a fim de experimentá-la, não só vê-la, mas, também escutá-la, para posteriormente, escrever sobre ela. Cabe destacar que ao ter elaborado a proposta de pesquisa

em foco, a dinâmica das relações, como a história da cidade belo-horizontina me tornaram caras. Foi despertada uma curiosidade singular sobre tal cidade, em que comecei a direcionar mais atenção aos espaços públicos da mesma.

De fato, os espaços públicos tornaram-se para mim um campo de interesse, onde muitas vezes ao ver jovens, quaisquer jovens, na cena dos mesmos, rapidamente meu movimento era paralisado, a fim de tecer apreciações sobre o que acontecia naquele espaço. Um dos locais em que fiz uma primeira observação foi a Praça Raul Soares. Lá, um paradoxo de imagens me marcou. Esse se refere à presença de um grupo de jovens que ensaiava uma música ao redor da fonte que se encontra no centro da referida praça, enquanto dois jovens distintos desse grupo tomavam banho na fonte citada. Assim, tais observações iam me mostrando inéditas apropriações do espaço da cidade, mais especificamente, do espaço público. Questões surgiam em torno do papel educativo da cidade na medida em que via o uso que os jovens faziam desta, quer para expressões culturais, quer para suprir necessidades básicas. Quão expresso estava naquelas cenas o reflexo das desigualdades sociais frente apropriações do espaço tão distintas, para fins totalmente opostos? Essa pergunta me permitia observar com nitidez a dupla forma de resignificação do espaço que ali se constituía.

Após essas primeiras impressões meu olhar aguçou para uma investigação na Praça da Estação. Lá, deparei-me com dificuldades de observação do espaço, devido sua amplitude, intensidade dos deslocamentos humanos no interior da mesma, mas mesmo assim, alguns registros aconteceram. Registros esses, referentes ao seu uso: de um lado havia pessoas no interior da praça tomando "banho de sol", enquanto em suas extremidades pessoas dormindo. Resolvi, pois, deixar a Praça da Estação e seguir pela estação ferroviária, em que vários moradores de rua estavam ali alocados. Havia pessoas deitadas com cobertores de um lado e de outro, vários pertences que eu não saberia localizar os proprietários, pois, encontravam-se deixados no local. Porém, não tinham jovens e sim adultos o que julgo pela fisionomia apresentada. Mas, mesmo assim, não encontrei abertura para uma aproximação.

Continuei o caminho e ao me aproximar do viaduto Santa Tereza, atentei-me para uma jovem que estava sendo fotografada debaixo do mesmo. A jovem estava produzida, acompanhada de fotógrafos. Em um curto espaço de tempo a paisagem urbana de repente se transformou de pessoas que na rua ali dormiam, para a jovem que fotografava, o que me fez capturar assim, novamente marcas de desigualdades. Eu nunca havia caminhado na cidade com a preocupação de atentar-me ao registro visual de tantos contrastes. Nesse contexto, Pereira (2004) nos atenta para a coleta de cenas e imagens de uma evidência quase invisível, sobre o abismo entre a vida dos eleitos e a vida dos sobreviventes. Fato é que a vida dos

eleitos é mediada pela visibilidade, enquanto para vida dos sobreviventes lhes é destinada a invisibilidade. Dentro dessa perspectiva, meus passos continuaram em busca de visualizar os sobreviventes, ou seja, os jovens em situação de rua, apesar da invisibilidade social encobrir suas existências.

Ao seguir adiante, subindo a Rua do viaduto Santa Tereza entrei no Parque Municipal, onde fui surpreendida com um grupo de jovens que ocupavam o coreto do parque. Os jovens apresentavam diversidade quanto à cor de pele, modo de vestir e estilo de cabelo. Lá estavam conversando, havia bebidas e comidas junto a eles. Era um total de aproximadamente dez jovens. Diante da atenção que me chamaram apresentei-me e perguntei se poderia conhecê-los. Destaquei para eles que havia me despertado a curiosidade o fato de estarem ali reunidos, e que o motivo da minha aproximação devia-se a minha pesquisa de mestrado sobre jovens na cidade, não especificando para eles de quais jovens se tratava. Naquele dia, eles contaram que estavam ali para se divertir, faziam um lanche coletivo. Percebi que a cena me representava a vivência da sociabilidade juvenil vivida na cidade. Contaram-me que na Praça da Liberdade eu encontraria muitos jovens como eles, inclusive dispuseram-se a me apresentar um grupo que lá se encontrava semanalmente. Porém, após fazer novo contato com os mesmos, obtive retorno apenas de uma jovem, o que não me motivou marcar outro encontro, mas sim retomar o foco inicial da pesquisa. Ainda assim, o Coreto do Parque Municipal continuou me despertando curiosidade e foi onde realizei algumas visitas procurando melhor compreender e conhecer aquele espaço. E numa das visitas até o coreto, num domingo de manhã, fui surpreendida com um grupo de jovens que dentro do mesmo tocavam acordeons. Além disso, em volta do Coreto havia o funcionamento de uma biblioteca itinerante. Achei fantástica a ideia e fui percebendo cada vez mais a densidade histórica, cultural e educativa que tais espaços podiam me apresentar. Considero ter sido positiva a circulação pela cidade até esse momento, ainda mais, por me fazer perceber que as observações tecidas nesse percurso me traziam contornos para pensar como os espaços também se faziam educativos, o que divergia do foco da pesquisa. Pois, o objetivo da mesma tratava-se de pensar os sujeitos jovens em atuação nos espaços das ruas, espaços estes que se faziam para eles, também, como moradia. Por mais que a circulação pela cidade fizesse ampliar as possibilidades de interlocução com outros sujeitos, não havia motivações para o estudo se não elegendo os sujeitos sobreviventes, aqueles que sofrem as marcas da invisibilidade social e com os quais a sociedade brasileira renova sua dívida histórica e social, destinando aos mesmos a permanência da opressão, violência e segregação.

Minha circulação, adiante, deteve-se, pois, pela cidade na expectativa de encontrar com os jovens que residiam nas ruas, já que no início desse caminho as cenas flagradas foram apenas de adultos moradores de rua.

Sendo assim, ao longo desse caminho foi possível identificar jovens em situação de rua nas cenas da cidade em alguns pontos, como por exemplo, área hospitalar e área central da cidade, mas sentia dificuldades em realizar uma abordagem junto a eles. Quando os encontrava me via com poucos recursos para realizar uma aproximação. De início, talvez temesse a reação deles a minha presença, uma vez que minha percepção era de que eles estavam sempre sob uso de drogas. Era recorrente vê-los com garrafas na mão, o que supunha, naquela ocasião, referir-se ao thinner. Além disso, as dificuldades de acesso a eles se deu por temer não conseguir um grupo de jovens fixo devido à grande circulação dos moradores de rua que veio a ocorrer em Belo Horizonte/MG e, mais acentuadamente, no ano de 2014, no período da Copa do mundo, em que medidas higiênicas foram fortemente implementadas. Mas, ao ir cada vez mais confirmando que a motivação da pesquisa se restringia aos jovens em situação de rua da capital tive como estratégia realizar contato com o CRCA - Centro de Referência da Criança e do Adolescente - Miguilim⁷ que trabalha com o público de crianças e adolescentes em situação de rua.

Destaco que esse contato foi mediado via minha atuação enquanto Técnica social do Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte - ECE-BH. A ideia foi realizar uma visita à instituição na tentativa de conhecer alguns jovens que lá são atendidos a fim de, posteriormente conseguir estabelecer contato com os mesmos em locais fora da instituição. Para assim, lhes dizer sobre a pesquisa e pensar nas possibilidades e disponibilidades dos mesmos a esta.

Ressalto que, após visitas à instituição, foi possível uma abertura para um vínculo de confiança, em que os jovens me contaram sobre os locais de maior circulação e permanência na cidade, onde posteriormente aconteceram as observações e visitas de campo.

⁷ O Programa Miguilim também conhecido como Centro de referência da criança e do adolescente foi criado em 1993. É fruto da parceria da Prefeitura de Belo Horizonte com organizações não-governamentais e tem como principal objetivo implementar e executar a política pública de atendimento e assistência às crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas buscando assegurar-lhes os direitos básicos preconizados pelo ECA (1990). Dentro do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, o Miguilim vincula-se ao Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade que prioriza o atendimento aos indivíduos que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, conforme assegura a PNAS - Política Nacional de Assistência Social (2004) - disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>

1.2 Procedimentos adotados durante o processo de pesquisa

A metodologia utilizada baseou-se na pesquisa qualitativa através do método de observação participante. Segundo Oliveira (2000, p. 34), na observação participante: “os atos de olhar e de ouvir são, a rigor, funções de um gênero de observação muito peculiar – isto é, peculiar a antropologia - por meio da qual o pesquisador busca interpretar – ou compreender – a sociedade e a cultura do outro “de dentro”, em sua verdadeira interioridade.” As intenções centrais da pesquisa concentraram esforços para trazer conhecimentos sobre o grupo juvenil em situação de rua, procurando revelar suas experiências e tendo a preocupação de lhe concederem, de fato, o lugar enquanto sujeitos.

Como pontua Adorno (2009), ir a campo objetivando a compreensão e a familiaridade com as falas, hábitos e performances dos sujeitos pesquisados possibilita a participação nos modos de vida e cotidiano dos mesmos, não desconsiderando que ao examinar essas experiências é necessário conectá-las ao contexto.

Aliada a perspectiva dos autores citados, aproxima-se de Bogdan e Biklen (1994), que somam compreensões, apresentando-nos quatro qualidades fundamentais para realização da pesquisa qualitativa. A primeira de que os dados coletados abrangem um viés descritivo, a segunda de que a preocupação com o processo da pesquisa é mais importante do que com o produto, a terceira de que a representação que as pessoas dão às coisas e à sua vida devem ser focos centrais de observação do pesquisador, e a quarta e última, relativa à análise dos dados que tendem a se organizar através de um método indutivo, este por sua vez, articulado a teoria agregada pelo pesquisador sobre o tema em estudo. Para tanto, os acúmulos teóricos do pesquisador são considerados em sua fluidez, já que podem vir a se transformarem mediante o contato com os dados coletados, como já nos ensinava Malinowski (1978):

Conhecer bem a teoria científica e estar a par de suas últimas descobertas não significa estar sobrecarregado de ideias preconcebidas. Se um homem parte numa expedição decidido a provar certas hipóteses e é incapaz de mudar seus pontos de vista constantemente, abandonando-os sem hesitar ante a pressão da evidência, sem dúvida seu trabalho será inútil. Mas, quanto maior for o número de problemas que leve consigo para o trabalho de campo, quanto mais esteja habituado a moldar suas teorias aos fatos e a decidir quão relevantes eles são às suas teorias, tanto mais estará bem equipado para o seu trabalho de pesquisa. As ideias preconcebidas são perniciosas a qualquer estudo científico; a capacidade de levantar problemas, no entanto, constitui uma das maiores virtudes do cientista - esses problemas são revelados ao observador através de seus estudos teóricos. (MALINOWSKI, 1978, p.22).

Nesse contexto, a escolha pela pesquisa qualitativa para o estudo em questão se fez importante, já que esta pressupõe a flexibilidade nos procedimentos o que corroborou com a complexidade apresentada pela temática estudada. Além disso, Bogdan e Biklen (1994) assinalam ser fundamental o pesquisador ir a campo com vistas de se inserir no meio onde a pesquisa será desenvolvida, estabelecendo assim, um diálogo sincero com os sujeitos. Assim, junto de observações no ambiente estudado e tendo o pesquisado se integrado a realidade dos sujeitos pesquisados, os autores afirmam ser possível identificar minúcias, que até então poderiam não ser captadas. Nessa direção, cabe destacar que a observação participante reporta-se:

[...] a sujeitos sociais, por isso, não se pode deixar de considerar esse elemento, no processo de investigação, como resultado dos movimentos dos corpos humanos nas diversas vertentes de sua interação e, a partir daí, construir o corpus de conhecimento do objeto de estudo que é sempre carregado de incerteza. Na observação participante, é preciso atentar para o aspecto ético e para o perfil íntimo das relações sociais, ao lado das tradições e costumes, o tom e a importância que lhes são atribuídos, as ideias, os motivos e os sentimentos do grupo na compreensão da totalidade de sua vida, verbalizados por eles próprios, mediante suas categorias de pensamento. Assim, é preciso observar o conjunto das regras formuladas ou implícitas nas atividades dos componentes de um grupo social. Também é necessário observar como essas regras são obedecidas ou transgredidas e como ocorrem os sentimentos de amizade, antipatia ou simpatia que permeiam os membros do grupo. (QUEIROZ et al, 2007, p. 278)

Dentro dessa perspectiva, o método de observação participante foi utilizado com adolescentes e jovens em situação de rua da cidade de Belo Horizonte/MG a fim de conhecer mais de perto a realidade deles e adquirir, espontaneamente as informações e os dados necessários acerca do que se propõe responder essa pesquisa. Destaca-se que a faixa etária dos adolescentes e jovens pesquisados, através desse instrumento variou entre 14 e 19 anos. Além da idade, os critérios de seleção do grupo de adolescentes e jovens pesquisados levou em conta uma seleção que abarca: adolescentes e jovens que fixam suas moradias nas ruas da capital, sexo feminino e masculino, que tivessem interesse e disponibilidade para participação no estudo, que possuíssem circulação pela área hospitalar e central da cidade de Belo Horizonte/MG e sendo possível que tivessem uma regularidade de presença nestes locais.

O diário de campo foi utilizado ao longo de todo o processo metodológico, através de registros em formato de relatórios, notas de campo, falas dos sujeitos pesquisados e através de anotações referentes a percepções e impressões da pesquisadora.

Juntamente ao método de observação participante, foi utilizado o recurso fotográfico com fins de captar o olhar e representação que os jovens participantes da pesquisa tem da cidade, ou seja, os lugares, imagens e situações que para eles são carregados de sentidos. Foram utilizadas seis máquinas kodak descartáveis para uso do grupo de jovens participante. As máquinas foram entregues aos mesmos e foi estipulado o prazo de uma semana para que as devolvesse, sendo que cada máquina continha o total de 27 poses. Destaca-se que 12 jovens participaram dessa atividade, sendo que a cada dupla de jovens uma máquina fotográfica lhes foi entregue.

Entregar uma câmera fotográfica para jovens de comunidades de baixa renda é dar-lhes agência e “voz”; é pedir para que eles contem sua história, da qual são protagonistas e, assim, representar o meio em que vivem de um ângulo pessoal, de uma perspectiva interna, do conhecimento vivido em seu ambiente. (CORÇÃO e QUELUZ, 2011, p. 553).

Dentro dessa perspectiva, tais fotos foram reveladas e após apresentadas aos adolescentes e jovens em situação de rua através de uma entrevista coletiva com a finalidade de identificar os significados que atribuem aos registros fotográficos, dos quais são os autores. Além disso, após a entrevista coletiva com os adolescentes e jovens foi dada oportunidade para que escolhessem as fotos que gostariam de possuir uma cópia. Dessa forma, ao terem acesso às fotos reveladas, fizeram uma seleção das fotos dividindo-as em dois montantes. Segundo eles, um montante referia-se a que eles haviam tirado para a pesquisa e o outro dizia respeito às fotos que haviam tirado para eles. O mais interessante é que a maioria das fotos que escolheram para eles eram a que eles estavam e as fotos da pesquisa eram sobre espaços da cidade, prédios, como também de imagens que revelavam acontecimentos e inclusive deles, algumas de costas e outras não, em alguns dos locais que mais frequentavam. Destaca-se também que como as máquinas foram utilizadas por duplas, no momento de separar as fotos específicas de cada membro, ocorreu uma grande euforia e dificuldade deles entrarem em consenso sobre quem da dupla era autor de cada fotografia, para que assim, os respectivos significados pudessem ser capturados. Posteriormente na análise dos dados serão apresentados os desdobramentos dessa estratégica metodológica. Cabe ainda ressaltar que das seis máquinas, quatro foram devolvidas a pesquisadora. Sendo que uma das máquinas foi vendida por um dos jovens e a outra foi roubada enquanto uma das jovens dormia. Os jovens que devolveram as máquinas afirmaram ter sido divertido realizar as fotografias, demonstraram entusiasmo na realização dessa atividade. Embora, eu tivesse estabelecido o prazo de uma

semana para utilizarem as máquinas, a devolução das mesmas se deu muito antes do que o proposto.

Junto dos instrumentos metodológicos citados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com três jovens em situação de rua (um do sexo feminino e dois do sexo masculino) com idade acima de 18 anos a fim de apreender dados sobre o que a vida nas ruas da cidade representa para os mesmos. Como veem a cidade, e o que com ela e nela se apreende, bem como investigar como vem se dando a vivência dos processos de socialização dos mesmos nesse contexto de situação de rua. Vale ressaltar que as entrevistas sofreram interferências tanto no que se refere ao barulho da cidade, já que foram realizadas em praças e ruas movimentadas, como também o barulho produzido pelo próprio grupo pesquisado. Outro fator que deve ser considerado de interferência nas entrevistas, bem como nos dados coletados e durante a observação participante trata-se do uso de drogas contínuo por grande parte dos jovens pesquisados.

1.3 Da entrada em campo: limites e possibilidades

A pesquisa trouxe, a todo o momento, perguntas e desafios. Como apresentado anteriormente os primeiros contatos com os jovens pesquisados se deu via uma instituição que atende os mesmos e, após, os contatos se deram em outros espaços públicos da cidade, frequentados por eles. Destaco que no segundo encontro com os jovens em questão no espaço das ruas, duas jovens aproximaram de mim a fim de saber quem eu era e o que eu fazia ali no “espaço deles”. Nesse momento, obtive abertura para dizer mais sobre a pesquisa. Outros jovens se aproximaram perguntando o que era a pesquisa e para que eu estava realizando-a. Expliquei-lhes que vinha da universidade e que era uma pesquisa sobre jovens que moravam nas ruas e que o objetivo ao final era produzir algo parecido com um livro. Alguns saíram pensativos, outros demonstraram certa desconfiança, expressando seus temores ao me indagarem se eu ia colocar as informações que eles me falassem na mídia, e outros ainda, me perguntaram se eu era uma policial. Percebi aí o interesse deles pela pesquisa, bem como foi o momento propício para perguntá-los se queriam participar da mesma. Nesse momento foi onde consegui o aval dos mesmos para continuidade das visitas de campo.

Assim, no mês de outubro de 2013 realizei contatos diários com os jovens em questão e a partir do mês de novembro os encontros tornaram-se semanais. As idas a campo

aconteceram com mais frequência à tarde e algumas vezes à noite. É importante ressaltar que as visitas a campo no período da tarde aconteceram com prevalência na Avenida dos Andradas, que é onde os jovens passam maior parte de suas horas no decorrer do dia. Além disso, até a finalização da pesquisa era onde também dormiam. Anteriormente, dormiam abaixo das marquises de uma drogaria situada a Av. Alfredo Balena, mas de acordo com a fala dos mesmos os policiais não os deixaram continuar dormindo lá. O que na verdade aconteceu foi uma expulsão dos jovens desse espaço. Nesse contexto, uma das falas dos jovens é bem elucidativa:

“Primeiro expulsaram a gente do viaduto do extra, depois da pracinha das árvores (que fica na Av. Bernardo Monteiro), depois mandaram a gente pra cá (Av. dos Andradas) e quando a gente resolve dormir num lugar mais seguro, lá na drogaria, a gente não pode. Os policiais chegam gritando: não é para ficar aí mais, a copa tá chegando. A copa tá chegando! Eles vão sumir com a gente. Mas ninguém me tira da rua. É um tanto de gringo, pessoa chique, rica, vindo pra cá, aí eles não querem que vejam a gente, sabe?! Não quero nem saber, porque não escolheram outro lugar para passar o jogo?!” (Nyota, 19 anos)

A fala da jovem para além de expressar uma medida que se insere dentro do escopo de ações higienistas com a chegada da copa do mundo de futebol, ano 2014⁸, revela também o não lugar que os pobres e negros ocupam no interior das cidades. O não-lugar, pode ser também descrito como o lugar da subalternidade enviado para a garotada em situação de rua, pelo fato de serem negros, pobres, por estarem aquém da escola, da família, da cadeia produtiva oficial, pelo fato de ocuparem espaços que a eles são proibidos e por ameaçarem a ordem, como nos apresenta Vargens (2011). A fala da jovem nos revela como há uma demarcação das relações de classe e raça frente à ocupação, uso, acesso e apropriação dos espaços, onde esses adolescentes e jovens em situação de rua são considerados não humanos, nas palavras de Gregori (2000) são tidos como lixo, incômodo a ser retirado. Há uma série de estratégias de controle da paisagem urbana, que está calcada nos princípios de uma sociedade racista, classista, e punitiva, desenvolvida sob a égide do sistema capitalista, cuja “dinâmica do capital irá cada vez mais empurrar os subalternizados para mais longe, obedecendo à sua necessidade de expansão”, (VARGENS, 2011, p. 64).

Nessa direção, destaco que a pesquisa trouxe dilemas e desafios tanto em relação às denúncias que os jovens trouxeram a respeito das violências sofridas, bem como no que tange

⁸ “O mal da sociedade e a impossibilidade de desenvolvimento da nação são representados pelo menino negro e pobre que transita entre os becos da favela e as ruas do centro e zona sul, sobre quem se constrói o estereótipo de terrorista, narcotraficante, monstro. É esse menino que deve ser ordenado até a copa do Mundo de Futebol 2014 e os jogos Olímpicos de 2016”, (VARGENS, 2011, p. 110).

a questão ética. A comissão científica apresenta exigência que aos menores de 18 anos seus responsáveis devem assinar o termo de responsabilidade por eles. Porém, os sujeitos pesquisados não se encontravam sob tutela de suas famílias, nem sob tutela do estado, no nível de se encontrarem em abrigos ou outras instituições públicas, em contraponto a moradia nas ruas. Foi observado que tais instituições sociais, em algum período da vida dos mesmos, apenas tangenciam suas trajetórias, não é construído um vínculo consolidado com tais espaços.

Em face das exigências da comissão de ética das universidades, compreendendo a história de negação de direitos e a invisibilidade social que marca a vida dos sujeitos pesquisados por vezes me questionava se iríamos mais uma vez excluir e dar invisibilidade a essa população deixando de pesquisá-la – pelo fato de muitos serem menores de idade perante a lei e não terem quem pudesse responder como responsável por eles. Para além da invisibilidade social que sofrem em suas vidas, penso que não contemplá-los na pesquisa seria uma forma de invisibilizá-los mais uma vez. Pois, o que se observa é que esses jovens são os responsáveis por eles mesmos.

Dentro desse contexto, a pesquisa continuou a se desenvolver quase que por uma decisão política do que pelos enquadramentos no nível de protocolos acadêmicos. Percebi o quanto esses jovens tem a nos contar e ensinar. De fato, deveriam ter pela lei um responsável, como prevê o ECA (BRASIL, 1990), mas não é isso que a realidade nos apresentou. Diante de tais desafios foi feito um contrato verbal entre a pesquisadora e os jovens pesquisados como também foi realizado um contato com a Vara Cível da Infância e Juventude de Belo Horizonte, vara especializada aos casos em que crianças e adolescentes não se encontram sobre o poder familiar - a fim de conseguir uma autorização judicial para realização da pesquisa. Este veio a ser assinado na data de 07/05/2014.⁹ Dos jovens maiores de idade, eles próprios assinaram os termos de consentimento livre e esclarecido, assegurando-lhes a confidencialidade na divulgação dos resultados. A condição fundamental para a escolha dos sujeitos entrevistados baseou-se na disponibilidade e interesse demonstrados para a concessão da entrevista. Nesse sentido, os nomes de todos os sujeitos participantes são fictícios, a fim de garantir o anonimato da participação dos mesmos. A referida pesquisa foi, portanto, submetida a CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e aprovada pelo parecer de nº 719.121, CAAE: 31752214.0.00005525.

⁹ Ver anexo na página 162.

De todo modo, o viés que creditou essa pesquisa refere-se à importância de dar visibilidade a esses jovens, ao fato deles terem aceito o convite para a participação na mesma e terem narrado suas histórias verbalmente, como também por meio de suas táticas de sobrevivência e das invenções que criam para garantir suas presenças no espaço das ruas da cidade belo-horizontina. Portanto, a preocupação nesse estudo foi em resguardar o sigilo sobre suas identidades, bem como estabelecer a cautela de como e o que seria abordado nas visitas de campo. As idas a campo procuraram de fato oferecer a esses adolescentes e jovens a possibilidade de contarem o que achavam importante sobre suas histórias, de forma menos invasiva possível. Até porque as visitas de campo, no contexto da rua, se dão de forma muito dinâmica, complexa e ao mesmo tempo fluída. Priorizou-se, pois, em dar voz a esses sujeitos.

CAPÍTULO 2. O BONDE DA HOSPITALAR

Nesse capítulo, apresento um breve relato sobre a história de vida de cada jovem pesquisado(a), sendo que o conjunto dessas histórias constitui a história do Bonde da Hospitalar. Bonde da Hospitalar foi o nome com o qual os jovens pesquisados se apresentaram a mim, afirmando o interesse de serem, desse modo, nomeados na presente pesquisa. Revelaram possuir esse nome pelo fato de permanecerem, grande parte do dia, na região hospitalar da capital mineira. Após a apresentação da breve história de vida dos(as) jovens pesquisados(as), procuro traçar conexões dos dados reveladores desse grupo com estudos qualitativos e quantitativos. Apresento uma breve discussão sobre a relação constituída entre pesquisadora e sujeitos pesquisados e descrevo como os dados foram analisados.

2.1 Grupo pesquisado: O Bonde da Hospitalar

Imagem 1. Foto de grande parte dos jovens pesquisados. (Praça do Papa)



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, ano (2013).

Abaixo, apresento uma breve descrição de cada membro do grupo pesquisado¹⁰. Mas, antes disso é importante registrar algumas observações. Como exemplo, está o fato de possuírem circulação intensa pelas áreas centrais e centro-sul da cidade, e andarem sempre em grupo de pares. A maior parte do grupo pesquisado, ou seja, nove entre os participantes, são do sexo masculino, enquanto quatro são do sexo feminino, totalizando a participação de 13 jovens. A maioria são adolescentes e jovens negros(as), exceto um jovem branco. Dentre os jovens apresentados, Kito e Sule ficavam na região mais central da cidade e não na Av. dos Andradas, essa última onde a observação participante se deu, em profundidade. Fiquei conhecendo os jovens citados, através dos adolescentes menores de 18 anos e assim foi feito a eles o convite para realização das entrevistas individuais. Nyota, também maior de idade, faz parte do grupo de jovens da Av. dos Andradas e foi uma jovem entrevistada.

Em relação ao registro sobre o pertencimento étnico-racial dos adolescentes e jovens pesquisados é importante considerar que a maior parte dos registros referentes a essa categoria foram feitos por mim, apesar de ter interrogado os mesmos sobre tal, na tentativa de coletar a autodeclaração deles. Esse questionamento se deu em uma das visitas de campo, em que os próprios adolescentes e jovens trouxeram para a cena a questão racial. Foi a partir de então que surgiu a tentativa de captar como os adolescentes e jovens pesquisados se autoclassificavam quanto a cor de pele. Tal tentativa se deu de forma espontânea em um dos dias em campo. Nesse dia, um homem vendendo picolés que passava pela Av. dos Andradas, onde o grupo pesquisado e eu estávamos, despertou o interesse do grupo pelo produto que vendia. Assim, dois jovens que estavam junto do grupo pesquisado, também em situação de rua aproximaram do vendedor de picolés, e logo, compraram picolés e distribuíram para os demais membros do grupo e para mim. Eu, apesar de ter agradecido, demonstrando meu não interesse, depois de insistirem acabei aceitando, foi quando Akin revela: “*Branco não gosta de coisa de preto*”, (sic). Logo um dos adultos em situação de rua que também participava daquele momento expressa: “*Olha quem está falando, você é da mesma cor dela*” (sic¹¹). E Akin responde: “*Eu sou pardo*” (sic). Nesse momento verbalizei que me considerava parda também, mas imediatamente Akin respondeu: “*Você é branca*” (sic). Achei pertinente aproveitar o momento para indagar o restante do grupo de qual cor/raça eles se consideravam. Além de refletir que para Akin eu era uma branca, pois estava numa posição mais

¹⁰ O nome de cada membro do grupo pesquisado foi escolhido pela pesquisadora balizados em nomes africanos. Essa escolha não foi aleatória, mas sim ressaltando a identidade negra de forma a enaltecê-la, não deixando-a obscurecida. Em geral, os significados dos nomes referem-se a: guerreiro(a), vigoroso(a), líder, aventureiro(a), valente, etc.

¹¹ Segundo informações coletadas.

“privilegiada” que eles; ou seja, estava numa condição diferente deles. Dentre os que responderam a minha pergunta sobre o pertencimento étnico-racial foi predominante as respostas como: negro(a) e pardo. Paralelo a essa, apareceram a classificação moreno e marrom escuro. Parte do grupo silenciou não verbalizando, outros estavam tão sob uso de thinner que naquele momento, como em outros também não se darem conta do que se passava do lado deles. Obtive, pois a autodeclaração apenas de Sadiki, Jamila, Akin, Nyota e Sule. Desse modo, aos outros jovens eu mesma os classifiquei tendo como base os critérios estabelecidos pelo movimento negro. Sobre tais critérios, Telles (2003) enfatiza que para o movimento negro o sistema de classificação utilizado baseia, pois, nos termos branco(a) e negro(a), considerando que a população negra no Brasil trata-se do somatório da população parda e preta, estas últimas, por sua vez, são categorias usadas pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A cena citada veio a expressar-me a ambiguidade e complexidade que comporta a classificação racial em nosso país. Nesse sentido, Munanga (2004), em uma de suas entrevistas sobre autodeclaração racial no Brasil aponta para existência de uma complexidade na definição de quem é negro(a) em nosso país. O autor retrata que o país desenvolveu-se ancorado no sonho do branqueamento e entende que por esse motivo muitas pessoas introjetam esse ideal, o que dificulta se considerarem negras. Para ele, os conceitos de branco e negro tem um fundamento etno-semântico, político, ideológico, mas não biológico. Acentua o autor que politicamente, os que atuam no movimento negro identificam como negro qualquer um que tenha essa aparência. Desse modo, a classificação do pertencimento étnico-racial foi feita pela pesquisadora balizada nas ideias expostas. Sendo assim, aos que responderam pardo: Sadiki e Akin, e negro(a): Jamila, Nyota e Sule mantive suas autodeclarações. Pode-se inferir que a dificuldade ou inexistência da autodeclaração dos outros membros do grupo pode estar associada também aos adjetivos negativos que nossa sociedade impõe a população negra. Infelizmente, se assumir enquanto negro(a) em nosso país é assumir a imagem de alguém que ao longo de nossa história vem recebendo conotações pejorativas e estigmas sob sua identidade, além das violências sofridas, o que acaba por destituir o negro(a) de toda sua humanidade, pois, infelizmente em nossa sociedade ainda não se rompeu “a fórmula ocidental, onde branco é igual a “bem-belo-bom” e negro igual a “mal-feio-ruim”, (HENRIQUE, 2007, p. 8)”.

Para mais conhecermos os jovens pesquisados compartilho abaixo um pouco das histórias reveladas para esse estudo:

1. Shena, sexo feminino, 15 anos, negra. Estudou até a 6^a série do ensino fundamental. Mora nas ruas há dois anos. Antes de morar nas ruas, residia no Aglomerado da Serra. Conta que o motivo de morar nas ruas é pelo fato de ter sido abandonada, primeiro pela mãe e depois pela avó. Segundo ela, a mãe deixou uma carta dizendo que não poderia mais cuidar dela. Shena foi entregue aos cuidados da avô materna, mas foi expulsa da casa da mesma, pois na época fumava maconha. Segundo ela, sua avó não aceitava o uso de drogas e o fato dela descer para o centro da cidade para a prática de pequenos furtos. Relata ter interrompido o uso de drogas. Foi apreendida em fevereiro de 2014, tendo recebido a medida socioeducativa de internação. Segundo o grupo pesquisado, foi apreendida devido prática de roubo de uma bolsa na região centro-sul de Belo Horizonte. Shena demonstrava ser uma adolescente tranquila, afetuosa e vaidosa. Ela e Tayó, uma outra jovem pesquisada sempre andavam juntas e bem arrumadas, inclusive, faziam as unhas no espaço das ruas. Possui facebook.

2. Erasto, sexo masculino, 15 anos, negro. Estudou até a 4^a série do ensino fundamental. Mora nas ruas há três anos. Conta que antes de vir morar nas ruas residia com a avó no Bairro Palmital. Recebe visitas no espaço das ruas de amigos que residem no Bairro onde morava. Foi apreendido em março de 2014 e recebeu a medida socioeducativa provisória de internação. Segundo o grupo pesquisado, foi apreendido devido roubo de um shampoo numa drogaria da cidade. Revela ter vindo para as ruas devido briga com o padrasto. Utiliza thinner e maconha. Erasto gosta de compor e cantar Rap e por vezes pedia para gravar uma entrevista para o juiz José Honório¹², pois queria receber uma medida socioeducativa de semiliberdade, afirmava que assim ele voltaria a estudar e fazer cursos. Erasto contava que gostava de andar sempre limpo. Em visita a campo presenciei o mesmo lavar uma blusa no chão da rua com um balde de água, no local onde tomavam banho, identificado por eles como o Tobogã¹³. Possui facebook.

3. Tupac, sexo masculino, 15 anos, negro. Estudou até a 4^a série do ensino fundamental. Conta ter sido expulso da escola. Revelou que o motivo de ter vindo para as ruas foi devido briga com os familiares, principalmente o padrasto. Morava antes de vir para as ruas no Morro do Papagaio. Contou que desde os sete anos de idade residia nas ruas junto com o irmão Kamau, que atualmente possui 14 anos de idade. Utilizava thinner e maconha. Era um

¹² Trata-se de um dos juízes da Vara Infracional da Infância e Juventude.

¹³ O tobogã refere-se a um dos locais que os jovens tomavam banho. Tratava-se do corredor de um lavajato. Os donos do lavajato emprestavam a eles uma mangueira e nesse corredor era onde tomavam banho. Afirmaram ainda, que o nome tobogã devia-se ao fato de ser um espaço propício para escorregar.

adolescente que possuía grande liderança no grupo pesquisado e foi um dos que mais se interessou pela pesquisa. Apresentava sempre um sorriso no rosto e adorava compor músicas de RAP. Tupac faleceu em janeiro de 2014 numa briga com o irmão Kamau. Segundo o grupo pesquisado, o motivo da briga foi devido Tupac ter pedido um beijo a namorada do irmão. Kamau empurrou Tupac e este acabou batendo a cabeça num banco de Praça na Av. dos Andradas, ocasionando seu falecimento imediato. Possuía facebook.

4. Kamau, sexo masculino, 14 anos, negro. Estudou até a 4ª série do ensino fundamental. Veio morar nas ruas com o irmão Tupac. Antes residia no Morro do Papagaio. Conta que o motivo de ter vindo para as ruas foi pelo fato de não se dar bem com o padrasto. Kamau, por vezes, se apresentava nervoso, sério. Era o adolescente mais calado do grupo. Conversava pouco, verbalizando estar bolado, termo que para o grupo significa nervoso. Demonstrava ter muito ciúmes de Tayó, sua namorada. Usa thinner. Ele retornou a residir com a família após a morte do irmão. Após a morte de Tupac alguns componentes do grupo pesquisado afirmavam não querer mais vê-lo e que se ele voltasse iria apanhar, apesar, do grupo entender a morte de Tupac como uma fatalidade. Possui facebook.

5. Tayó, sexo feminino, 16 anos, negra. Estudou até a 6ª série do ensino fundamental. Residia antes no Bairro Taquaril com a mãe. Reside nas ruas há dois anos e conta que veio para as ruas e não retornou para casa temendo apanhar. Revela que no dia que veio para as ruas pela primeira vez havia apanhado muito da mãe. Namora Kamau, jovem que também faz parte do grupo pesquisado. Após a morte de Tupac, o grupo pesquisado revelou que a mesma retornou para a casa junto com Kamau. Alguns membros do grupo pesquisado afirmam não querer mais vê-la. A jovem trazia muitos relatos sobre a violência policial e contestava os atos sofridos por ela e o grupo. Por vezes, pedia a pesquisadora o gravador para registrar o que os policiais faziam com o grupo pesquisado no período noturno. Afirmou não mais utilizar drogas. Possui facebook.

6. Jamila, sexo feminino, 14 anos, negra. Estudou até a 4ª série do ensino fundamental. Há três anos morava nas ruas. Relata que residia em Corinto com a mãe. Segundo ela onde morava não tinha escola para ela. Era uma jovem meiga, que se destacava por sua beleza no grupo. Estava sempre sonolenta devido uso abusivo de drogas, principalmente thinner. Jamila faleceu em dezembro de 2013. Segundo o grupo pesquisado foi assassinada por ter se

envolvido com um rapaz que tinha namorada. A namorada desse rapaz, segundo eles, jogou álcool no corpo dela e depois atirou fogo sobre o mesmo. Possuía facebook.

7. Sule, sexo masculino, 21 anos, negro. Estudou até a 5ª série do ensino fundamental. Há oito anos reside nas ruas. Morava com a mãe e padrasto. Devido conflitos com o padrasto resolveu morar nas ruas. Antes residia em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte. Conta que é um dos poucos jovens que visita a mãe periodicamente. Trabalha como lavador de carros na região hospitalar. Revela possuir uma avó de consideração na rua. Sule demonstra ser um jovem mais tímido. Afirma utilizar maconha ocasionalmente. Não possui facebook.

8. Kito, sexo masculino, 18 anos, negro. Residia em Betim, região metropolitana de Belo Horizonte, antes de vir morar nas ruas. Conta morar nas ruas por conta de conflitos familiares, principalmente pelo fato de ser usuário de drogas e os familiares não aceitarem. Usa thinner e maconha, mas afirma não ser viciado em thinner. Relata que já ficou dois anos abrigado. Coursou até a 5ª série do ensino fundamental, mas alega não saber ler muito bem. Revela não ter conhecido seu pai. Não possui facebook.

9. Nyota¹⁴, sexo feminino, 19 anos, negra. Antes de morar nas ruas, residia no Bairro Nova Pampulha em Belo Horizonte. Estudou até a 5ª série do ensino fundamental. Revela que era uma boa aluna e que tirava notas boas. Revelou que iria voltar para casa. Possuía uma filha de 4 anos que reside com sua mãe. Segundo ela, morava nas ruas por conta de brigas com o padrasto. Usava thinner e maconha. Há sete anos teria vindo para as ruas pela primeira vez. A partir daí iniciou uma trajetória de idas e vindas, ora em casa, ora na rua. Conta já ter usado crack e que se arrependia. Não possui facebook. Segundo informou o jovem Sule, Nyota foi

¹⁴ É necessário retificar que às vésperas da defesa, na data de 28/05/15 de modo imprevísivel encontrei Nyota no centro da cidade. Ao aproximar da jovem e demonstrar minha surpresa ao vê-la, a mesma verbalizou: *“um monte de gente acha que eu morri” (sic)*. Afirmando para a mesma que tinha sido informada de seu falecimento e pergunto o que havia ocorrido e esta relata que as pessoas associaram o fato dela ter morrido devido seu sumiço. Nyota contou que estava na Pedreira Prado Lopes e que naquele dia viera ao centro *“entregar um negócio”*, revelou ainda: *“muitos meninos nem sabem que eu voltei”*. Nyota estava magra, cheirava thinner, estava sentada na calçada da Rua Alagoas esquina com a Av. Afonso Pena. Cabe destacar que obtive a informação primeira de seu falecimento através do jovem Sule, que informou que o mesmo teria sido noticiado em jornais. Sendo assim, na época realizei pesquisas e encontrei informações na mídia sobre o acontecimento relatado por Sule e que consta as iniciais do nome de Nyota, dentre estes - (<http://www.jornaltudobh.com.br/minas/jovem-e-morta-a-facadas-em-hotel-no-centro-de-bh/>). Procurei ao encontrar com Nyota compreender melhor o que havia ocorrido, mas a mesma não especificou detalhes sobre seu desaparecimento. Diante da situação apresentada, evidencia-se a tamanha complexidade e desamparo que encontram os/as jovens pesquisados/as. Na circunstância que se encontram, percebe-se que o fato da jovem ter sumido apagou sua existência, fazendo com que o grupo - seu principal vínculo de pertencimento - considerasse sua morte como realmente um fato acontecido. Verifica-se que essa situação vem reforçar a invisibilidade que marca a história de vida dos/das jovens pesquisados/as.

encontrada morta em um quarto de hotel no centro da cidade, tendo recebido facadas pelo corpo. Sobre o motivo Sule conta suspeitar ser relativo à dívida de drogas.

10. Sadiki, sexo masculino, 15 anos, pardo. Estudou até a 3ª série do ensino fundamental. Reside nas ruas há aproximadamente um ano. Conta ler com dificuldades. Era recorrente andar com uma caixinha, que segundo ele era dele e de Kumi. Segundo ele, Kumi sempre o ajudava, quando iam aos sinais de trânsito da cidade para pedirem dinheiro às pessoas. Conta ter evadido de um abrigo. Não gosta de falar sobre sua família. Demonstrava estar sempre sob uso abusivo de drogas, fazendo com que sua fala fosse emitida embolada. Usa thinner e maconha. Possui facebook. Morava antes na Pedreira Prado Lopes. Em último contato com o grupo pesquisado, afirmaram que Sadiki havia sido apreendido sem motivo.

11. Kumi, sexo masculino, 14 anos, negro. Estudou até a 5ª série do ensino fundamental. Há três anos residia nas ruas, mas durante o processo da pesquisa retornou a residir com sua família. O adolescente sempre circulava pela cidade com o colega Sadiki, que também faz parte do grupo pesquisado. Contavam ficar nos sinais da cidade, pedindo dinheiro. Por vezes, chegavam no campo da pesquisa com suas caixas de dinheiro, principalmente na véspera do natal e afirmaram utilizar o mesmo para comprar thinner dos outros jovens da rua.

12. Bakari, sexo masculino, 14 anos, único jovem branco do grupo, estudou até a 3ª série do ensino fundamental. Estava há quatro meses na rua. Durante a realização da pesquisa, Bakari não era visto com frequência junto ao grupo pesquisado, que informou que o mesmo havia sido abrigado. Quando estava nas ruas, encontrava-se sempre sob uso elevado de drogas, principalmente uso contínuo de thinner. Apresentava-se mais calado. Segundo o grupo pesquisado, Bakari também fazia uso de crack.

13. Akin, sexo masculino, 15 anos, pardo. Estudou até a 1ª série do ensino fundamental. Não possui uma visão, revela que perdeu a mesma numa briga nas ruas. Conta que está nas ruas há aproximadamente um ano, devido violência sofrida pela família. Morava antes próximo a Matozinhos/MG. O jovem no início da pesquisa gostava de conversar e interagir com os outros jovens e a pesquisadora, mas, no decorrer da pesquisa foi se afastando. Afirmava uso de thinner. Observei que seu uso de drogas vinha sendo acentuado, o que refletiu no seu corpo físico. A cada ida a campo observava que Akin emagrecia mais.

Quadro 1 – Características do público pesquisado

Nome fictício	Idade	Sexo	Raça/Cor	Grau de escolaridade	Bairro/Região onde morava antes da ida para as ruas	Cidade	Motivo de ida para as ruas	Há quanto tempo em situação de rua (aproximadamente)
Shena	15 anos	Feminino	Negra	6ª	Aglomerado da Serra	BH/MG	Abandono familiar	2 anos
Erasto	15 anos	Masculino	Negro	4ª	Palmital	BH/MG	Conflitos familiares	3 anos
Tupac*	15 anos	Masculino	Negro	4ª	Morro do Papagaio	BH/MG	Conflitos familiares	7 anos
Kamau	14 anos	Masculino	Negro	4ª	Morro do Papagaio	BH/MG	Conflitos familiares	7 anos
Tayó	16 anos	Feminino	Negra	6ª	Taquaril	BH/MG	Violência intrafamiliar	2 anos
Jamila*	14 anos	Feminino	Negra	4ª	Interior de Minas Gerais, 205 Km de BH/MG	Corinto/MG	Não estar estudando	3 anos
Sule	21 anos	Masculino	Negro	5ª	Região metropolitana de BH/MG	Contagem/MG	Conflitos familiares	8 anos
Kito	18 anos	Masculino	Negro	5ª	Região metropolitana de BH/MG	Betim/MG	Conflitos familiares	1 ano
Nyota*	19 anos	Feminino	Negra	5ª	Nova Pampulha	BH/MG	Conflitos familiares	7 anos
Sadiki	15 anos	Masculino	Pardo	3ª	Pedreira Prado Lopes	BH/MG	Não informado	1 ano
Kumi	14 anos	Masculino	Negro	5ª	Aglomerado da Serra	BH/MG	Não informado	3 anos
Bakari	14 anos	Masculino	Branco	3ª	Não informado	BH/MG	Não informado	4 meses
Akin	15 anos	Masculino	Pardo	1ª	Região metropolitana de BH/MG	Matozinhos/MG	Violência intrafamiliar	1 ano

* Esses jovens faleceram durante o desenvolvimento da pesquisa - Fonte: dados coletados pela pesquisadora, ano 2013 - 2014.

Fonte: Dados produzidos pela pesquisa (2013-2014).

Como mostra o quadro acima, dentre o intervalo etário pesquisado, a vida nas ruas para o grupo pesquisado iniciou-se durante a infância e/ou adolescência, mais especificamente antes dos 18 anos de idade. Esses dados mostram como menciona Rodrigues (2008) que muitas crianças e adolescentes se tornam jovens a partir da experiência da rua. Constata-se que entre o número de adolescentes e jovens em situação de rua pesquisados, detecta-se um

número maior do público masculino se comparado ao feminino, o que também foi evidenciado nas pesquisas analisadas.

No tocante a essa questão, Rodrigues (2008) aponta que tal estatística associa-se a predominância de uma cultura machista em nossa sociedade, que representa aos indivíduos do sexo masculino ocupações referentes ao uso do espaço público distintas das do sexo feminino. Segundo o autor, predomina-se em nossa sociedade a tradição, principalmente, nas classes mais pobres de que as meninas devem se ocupar da casa, sendo úteis nos afazeres domésticos. Esse contexto nos acena para modos de socialização distintos no que tange o ser menino e ser menina na rua, pois há diferença na forma como são tratados e recebem mensagens sociais. Embora veremos, ainda nesse texto, que as jovens pesquisadas em determinados momentos realizam ações, para de algum modo, se masculinizarem.

Em relação ao pertencimento racial do público pesquisado observamos que em sua maioria são negros(as), exceto um jovem branco. Essa evidência é confirmada via estudos sobre a temática que comprovam que a população em situação de rua é representada pela grande maioria negra.

Já em relação ao nível de estudo dos jovens pesquisados verifica-se um nível de ensino que oscila entre a 1ª série e a 6ª série, grau maior de escolaridade entre eles. Há de considerar que além do baixo grau de escolaridade desses jovens, alguns apesar de terem cursado até a 4ª série afirmam não saberem ler, nem escrever.

O contato estabelecido com a escola para a maior parte dos jovens pesquisados trata-se de um vínculo instável, precário, como para outros, mal sucedido, envolvendo brigas, expulsões e baixa frequência escolar. As falas dos jovens pesquisados abordam esses aspectos:

“Fui expulso três vezes, joguei giz nas costas da professora, ela puxou minha orelha e eu dei uma cadeirada nela, aí fui expulso da escola. (Tupac, 15 anos)”.

“Estudei até a quinta série. Aprendia nada. Eu estudava a noite. Ia na escola só pra usar droga. Eu não sei ler muito bem não. Eu passei empurrado. Tô na quinta, mas foi tudo empurrado. Escola Estadual não está tendo bomba hoje em dia. Está passando todo mundo. (Kito, 18 anos).”

O fato de estarem aquém da escola traz impactos nos processos de socialização experienciados pelos jovens em situação de rua, visto que a trajetória escolar traz componentes importantes para que esses sujeitos possam ter posse da palavra falada e escrita,

dentre outras contribuições que essa instituição pode oferecê-los. Embora, compreende-se que a escola parece também ter se constituído como um ambiente excludente para os sujeitos pesquisados, sendo que poderia ter se constituído num contexto propício de aprendizagens significativas para os mesmos, bem como em um ambiente de possibilidades para a compreensão de suas histórias. Todavia, o que acaba por ocorrer é que a escola em seu modelo atual estima que os sujeitos iniciem suas trajetórias escolares portando algo já adquirido, almeja por um determinado tipo de socialização anterior, que no caso dos jovens pesquisados fracassou-se, o que pode ter feito com que muitos deles distanciassem do ambiente escolar em busca de outros espaços sociais educativos. Nesse cenário, a rua por não exigir uma socialização anterior, acaba sendo um espaço de acolhimento e socialização para muitos jovens em situação de rua.

Nessa direção, Leite (1991) cita que é preciso questionar o currículo organizado para atender a um contexto sociocultural indicativo da cultura branca civilizada, higienizada e disciplinada, ignorando a verdadeira identidade cultural de nosso povo e até mesmo querendo levar os despossuídos a perderem o fio cultural que os identifica com sua classe e consigo mesmo, além de impedir de todas as formas que tenham acesso tanto a sua história, quanto ao saber dominante. Deste modo, a escola ao querer impor uma identidade baseada nos padrões europeus, acaba-se por gerir uma crise que explode na relação professor/aluno, mas que de fato teria sua origem na relação da elite com o povo.

Já relativo ao bairro de origem dos jovens pesquisados, identifica-se, que a maior parte dos mesmos residiam em zonas periféricas de Belo Horizonte ou em regiões metropolitanas da referida cidade, exceto uma jovem que residia no interior de Minas Gerais, próximo a região metropolitana, (205 km) de distância. Segundo dados do site¹⁵ da Prefeitura de Belo Horizonte, aproximadamente 307 mil pessoas residem em 169 áreas irregulares como favelas, invasões e vilas no interior da cidade. Sendo que três dessas áreas estão entre as 100 maiores do país. Cabe ressaltar que o percentual de habitantes nessas condições na capital mineira é superior ao de São Paulo, maior cidade do país. Ainda de acordo com os dados registrados no referido site a região metropolitana de Belo Horizonte concentra 82% das favelas do Estado, sendo que o maior assentamento irregular em Minas fica em Betim, na região metropolitana, onde o jovem Kito reside.

15

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=55789&pIdPlc=&app=salanoticias>

Em relação ao motivo principal de vinda para as ruas predominou entre o grupo pesquisado o discurso referente à existência dos conflitos familiares, mais especificamente, relacionados a brigas com os padrastos, o que diz respeito a história de *Tupac, Erasto, Sule, Kamau e Nyota*. Cabe ressaltar que muitos desses jovens não possuem o pai como referência, inclusive alguns deles não conheceram o pai, como é o caso do jovem *Kito*. Em segundo lugar, o motivo de vinda para as ruas diz respeito à violência física sofrida por um dos membros familiares, como exemplo, tem-se a história dos jovens *Akin e Tayó*. Como terceiro motivo está o abandono familiar que caracteriza a história de *Shena*. Cabe registrar que não conseguimos obter os dados sobre o motivo de vinda para as ruas de três dos jovens pesquisados.

Ao comparar os dados obtidos pela pesquisa com as estatísticas referentes aos censos realizados com a população em situação de rua, em Belo Horizonte, encontraremos que do ano de 1998 até os dias atuais a população de crianças e adolescentes em situação de rua teve uma queda significativa, como se pode visualizar a seguir, na (Tabela 1).

Entende-se que essa queda se dá, entre outros motivos com a criação de políticas públicas para esse público, resultado também do Estatuto da Criança e Adolescente, que entrou em vigor em 1990 e decorrente da ampliação de instituições do terceiro setor¹⁶ no país. Embora, visualiza-se que essa queda pode ser explicada pelas iniciativas acima, de cunho jurídico, governamentais ou não governamentais, verifica-se que esse panorama estatístico é mais complexo, ou seja, deve-se também a outros fatores.

Pois, compreende-se que as estatísticas também podem associar-se à violência que esse público sofre, muitas vezes ocasionando a morte na mais tenra idade. Além disso, vivemos um cenário em que há uma baixa na taxa de natalidade no país, em que a população de crianças e adolescentes tem diminuído e a expectativa de vida aumentado, apresentando assim, um índice mais elevado da população idosa.

Ao atentar aos dados locais, referente à população da capital mineira, a situação é preocupante. De acordo com o Diagnóstico da Criança, do Adolescente e jovem em Belo Horizonte, ano de 2013, verifica-se que o crescimento médio geométrico anual, entre os anos de 2000 a 2010, configurou-se negativamente para todas as faixas etárias correspondentes à infância, adolescência e juventude, indicando a tendência de redução dessa população. Com

¹⁶ O 3º setor é composto por instituições privadas, não governamentais, sem fins lucrativos e de interesse público. Como exemplo, podemos citar as ONGs - Organizações Não Governamentais e OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

base nesse crescimento, verifica-se que a população entre 10 e 14 anos, sexo masculino e feminino possui uma taxa de -1%.

Já a faixa etária entre 15 a 19 anos, para o sexo masculino é de -1,8% e para o sexo feminino -2,1%. Por fim, entre 20 a 24 anos, a porcentagem é de -0,5% para o sexo masculino e 0,6% para o sexo feminino.

Diante desse cenário, avalia-se que tais dados devem ser considerados na análise do quadro estatístico sobre crianças e adolescentes em situação de rua, na cidade foco do estudo, nos mostrando que há um universo paralelo envolvendo essa realidade, convocando-nos a deslocar da leitura apenas da evidência que há um número menor de crianças e adolescentes fazendo vínculos com as ruas.

Assim, podemos também pensar que pelo fato dos jovens em situação de rua possuírem trajetórias de idas e vindas em instituições, isso pode vir a interferir nos dados coletados.

Ressalta-se, portanto, que durante a observação participante, jovens e adolescentes apresentaram trajetórias de idas e vindas em centros socioeducativos, alguns em suas residências e outros relataram que já estiveram em abrigos, o que não exclui o vínculo que já possuíam com as ruas, já que o estar nessas instituições é por vezes provisório.

Foi recorrente durante a observação participante ouvir dos jovens que já estiveram em abrigos, que iam nessas instituições apenas para comerem biscoitos e depois retornavam para as ruas.

“Tem dois ou três anos que não vou em abrigo, a última vez que fui, foi para comer biscoito e sair fora”. (Erasto, 15 anos)

Sobre as instituições socioeducativas, o relato deles é de que após o período de permanência nesses locais para cumprimento das medidas socioeducativas retornavam para as ruas da cidade. Identifica-se que os adolescentes e jovens em situação de rua possuem trajetórias labirínticas em que detecta-se movimentos circulares entre as instituições socioeducativas, a casa, abrigos, etc, o que pode ser observado nas histórias reveladas por Shena, Erasto, Kamau, Tayó, Nyota, Sadiki, Kumi, Akin, Bakari, em que já passaram pelo sistema socioeducativo ou já estiveram em abrigos. Como também verifica-se adolescentes e jovens que afirmaram vínculo permanente com as ruas, como é o caso de Sule e Kito.

Dentro dessa perspectiva a situação de rua trata-se, portanto, de uma relação complexa, relação que envolve uma série de instituições nessa dinâmica, “[...] envolve casa, rua, abrigo, projetos sociais, espaços de outras comunidades, em que a rua, em diferentes graus, ocupa um lugar de referência predominante”, revela (VARGENS, 2011, p. 27).

Tabela 1 – População em situação de rua - Belo Horizonte

Censos realizados com a População de rua de Belo Horizonte/MG	1998	(%) Total de 1998	2005	(%) Total de 2005	2013	(%) Total de 2013
Masculino	714	63,75	1018	82,16	-	86,8
Feminino	202	18,03	135	10,89	-	13,2
Menores de 18 anos	204	18,21	75	6,05	13	-
Sem informação*	-	-	11	0,89	-	-
Total	1.120	100	1.239	100		

Fonte: 1º, 2º e 3º Censo da População, em situação de rua de Belo Horizonte, ano: 1998, 2005 e 2013.

* Ressalta-se que no censo de 2005 alguns moradores de rua não se disponibilizaram a realizar as entrevistas e outros estavam dormindo. No censo realizado em 2013, houve moradores de rua que recusaram-se a responder a entrevista, outros que a interromperam antes da mesma terminar e alguns que estavam dormindo.

As estatísticas demonstradas, na tabela acima, reiteram algumas das evidências da pesquisa no que se refere à quantidade superior do público masculino em comparação ao feminino. Os números revelam uma queda na porcentagem de mulheres em situação de rua, que em 1998 era de 18,03%, abaixou para 10,89% no ano de 2005, porém elevou-se em 2013 para 13,2%.

Já no caso dos homens, observamos um aumento gradativo dessa população em situação de rua, que em 1998 era de 63,75, passou em 2005 para 82,16%, elevando-se para 86,8% no ano de 2013. Acredita-se que esse seja um fator relevante a ser analisado para ampliação e/ou criação de políticas públicas destinadas a essa população. No tocante as estatísticas, referente à população mais jovem, com idade até os 18 anos de idade, evidencia-se uma queda nesse número, o que traz algumas inquietações. Inquietações estas que dizem de como tais estatísticas foram obtidas. Pois, como alerta Ferreira (2005)¹⁷, os censos realizados nos anos de 1998 e 2005, trouxeram contribuições e avanços para se pensar esse grupo específico, porém, problemas foram enfrentados na realização dos mesmos e devem ser

¹⁷ Ver artigo *População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: O caso de Belo Horizonte 1998-2005*.

analisados. Dentre os problemas elencados pelo autor, está o referente à inclusão de crianças nos mesmos, pois a contabilização delas acontecia somente se estivessem acompanhadas de um adulto. O que ocorreu como afirma Ferreira (2005) foi que em várias situações observou-se que os moradores de rua afirmaram terem crianças em suas responsabilidades, porém que não os acompanhavam, situação que não foi contabilizada. Há de ressaltar também de acordo com o autor, que as crianças que se encontravam sozinhas ou em grupos pernoitando em logradouros públicos não foram contabilizadas. Entende-se que por esse histórico de dificuldades de mensuração do público de crianças, acreditamos que isso pode ter ocorrido também no que tange ao público de adolescentes. Pois, verifica-se que no censo de 2013 não foi possível apreender um número preciso de crianças e adolescentes em situação de rua. O dado referente ao censo de 2013 que apresenta o número apenas de 13 jovens em situação de rua, número este que corresponde aos jovens pesquisados aqui nesse estudo, parece não ter sido mesmo obtido com exatidão, pois durante a observação participante, outros jovens e adolescentes que não os pesquisados faziam parte do cenário em situação de rua.

Cabe destacar que no espaço das ruas, presenciei o contato de várias instituições abordando-os. Eles me contaram também de pessoas, algumas da igreja que à noite levavam comida para eles. Além de comida, contaram que recebem roupas destas instituições. Parece haver nessas práticas uma idealização e romantização do oprimido, o que acaba segundo Souza (2009) por reproduzir desigualdades em que o discurso politicamente correto, oriundo das raízes advindas da tradição judaico-cristã, acaba por insistir na prática de solidariedade com os infelizes e oprimidos. Nesse sentido, pode-se perguntar se essas ações de auxílio contribuem para que os jovens permaneçam em situação de rua?

Segundo Rodrigues (2008) as práticas assistenciais se caracterizam por intervenções contraditórias, pois se por um lado apresentam intervenções de cunho pedagógico, visando o melhoramento das condições adversas de vida, por outro lado, enquanto medidas paliativas não focam no enfrentamento da pobreza e suas causas estruturais. Nessa direção, Orsetti (1987, p. 35) aponta que “a existência dos meninos e meninas de rua é o resultado de uma política excludente dos aparelhos ideológicos do Estado e da sociedade civil como um todo, que negaram a eles e às suas famílias, à educação, à saúde, e ao mundo do trabalho”.

Em relação às medidas socioeducativas, no início da pesquisa alguns jovens relataram o cumprimento da medida socioeducativa de LA – Liberdade Assistida¹⁸. Mas, ao longo do

¹⁸ A medida de Liberdade Assistida predispõe um conjunto de ações personalizadas, que permitem a disposição de programas pedagógicos individualizados, o acompanhamento dos adolescentes por orientadores, respeitando

desenvolvimento da pesquisa, houve jovens que foram apreendidos tendo recebido a medida socioeducativa de internação¹⁹ ou encontravam-se em regime de internação provisória no CEIP – Centro de internação provisória. Observa-se que os jovens pesquisados demonstram expectativas de que através do cumprimento de determinadas medidas socioeducativas suas vidas irão se transformar, fazendo assim, destaque a medida socioeducativa de semiliberdade²⁰. As falas de Shena e Erasto nos chamam atenção para isso:

“Eu to cumprindo LA, tava com uma técnica ai, só que mudou, já era para ter terminado. Era melhor me dar uma semiliberdade do que ficar na rua. Na rua nem durmo direito, roupa mesmo, tem vez que a gente ganha e tem vez que tem que ser por ato infracional. Preferia uma semiliberdade, ia sair de lá estudando, trabalhando, ia sair com minha cabeça erguida. [...] Nunca cumpri semiliberdade antes. Acho que eu ficando lá, ia me livrar desses meninos. Porque assim, tem lugar que a gente passa, abrigo, Miguilim que eles só querem saber de xingar a gente, e quando a gente xinga, eles pegam e reclamam. (Shena, 15 anos).”

“Querida uma semiliberdade, minha vida ia mudar indo pra semi. Dr. José Honório podia me dar uma semi, porque aqui na rua tá uma bagunça [silêncio]. Não dá pra voltar para casa. Sou revoltado com minha família. Na semi pelo menos tenho descida fim de semana pra vim ver os meninos aqui. (Erasto, 15 anos)”

No âmbito do que revela os jovens pesquisados, verifica-se uma aposta e esperança de que a passagem pelo sistema socioeducativo possa ajudá-los, constituindo-se assim, em oportunidades para o retorno a escola e ao mundo do trabalho – esperança que acaba por vezes em frustração, tomando-se por base o percentual significativo de reincidências, como ressaltam Gonçalves e Brandão (2004) em seus estudos.

Os jovens nos revelam expectativas com o recebimento da medida socioeducativa de semiliberdade vislumbrando a chance de voltarem a estudar e até mesmo de receberem uma socialização mais bem sucedida através de medidas de responsabilização. Enxergam que a

as circunstâncias inerentes de cada adolescente, conforme art. 118 do ECA, (Brasil, 1990) descreve: será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

¹⁹ A medida socioeducativa de internação por tempo indeterminado, é descrita no art. 121, *caput*, do ECA, (BRASIL, 1990), da seguinte forma: “A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.”

²⁰ É um tipo de medida que pode ser determinada como forma de regime socioeducativo inicial, ou como medida de transição para o meio aberto, como explica o art. 120, *caput*, do ECA: “O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.” A medida de semiliberdade, também assegura como afirma o § 1º, do art. 120, do ECA: “é obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade”. § 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à medida de internação.

saída que possuem para as suas vidas é através da atuação do Estado via medidas que os “punam” e não que os protejam. Parecem verificar que a forma de alcançarem a proteção é via medidas socioeducativas (viés da responsabilização), que são de fato as ações presentes e eficazes do Estado em suas vidas. Torna-se curioso a referência que fazem a medida de semiliberdade, dentre as seis medidas socioeducativas que poderiam ser aplicadas. Será que a menção deles a medida de semiliberdade não seria uma forma de expressarem um apelo novamente à liberdade, de não terem a mesma confinada?

Observa-se que os/as jovens pesquisados/as depositam uma expectativa na medida de semiliberdade justo porque em suas vidas não vigorou um sistema de garantia de direitos. As relações que o Estado estabelece com os mesmos e com a qual podem de fato contar referem-se a intervenções que irão de algum modo responsabilizá-los, sem antes terem lhes ofertado proteção. Tais jovens pesquisados/as nos expressam que nasceram em condições de desamparo e estando nas ruas essa condição parece se suceder e em alguma medida acentuar-se, fazendo com que se socializem e construam suas identidades por meio de uma falha no intercâmbio social, mais específico relativo à atuação do Estado.

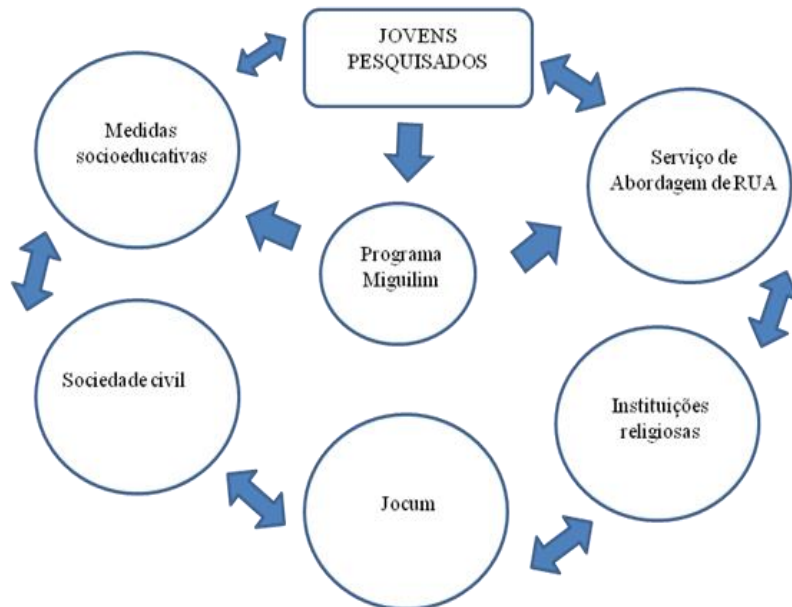
Como afirma Sluzki (1997) os cenários culturais e subculturais em que estamos imersos, os contextos históricos, políticos, econômicos, religiosos, de meio-ambiente, de existência, ou carência de serviços públicos, de idiossincrasias de uma região, país, hemisfério, amparam e fazem parte do *universo relacional* do indivíduo. Em um nível mais microscópico, por sua vez, a rede social pessoal pode ser representada como o conjunto de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou delimita como diferenciadas da massa anônima da sociedade. Essa rede corresponde ao nicho interpessoal do indivíduo e auxilia substancialmente para seu próprio reconhecimento como indivíduo e para sua autoimagem. Nesse aspecto, dentro do que enfatiza o autor é interessante refletirmos sobre como os/as jovens em situação de rua são ou não integrados socialmente. Há qualidade na rede de relações que constituem estando em situação de rua?

Constata-se, pois que as ações sociais que existem efetivamente na vida deles não funcionam a partir de medidas que os forneça vínculos positivos e/ou protetivos. Nessa direção, Abrantes (2011, p. 122) cita que “todas experiências do indivíduo, ao longo da vida, sejam boas ou ruins contribuem para o processo de socialização”, mas nos cabe interrogar sobre os efeitos de uma “má” socialização.

Dentro desse contexto, mediante os relatos dos jovens participantes da pesquisa procurei construir um fluxograma do universo da rua e as relações que os jovens estabelecem,

seja através das mediações institucionais - governamentais ou não, seja por meio das relações tecidas com a sociedade em geral.

FIGURA 1 – Fluxograma das relações constituídas pelos jovens pesquisados no universo da rua



Fonte: Fluxograma criado pela pesquisadora, ano 2014.

Como se pode verificar no fluxograma, o Programa Miguilim parece ter centralidade na vida dos jovens pesquisados, pois sempre mencionavam o serviço. Quando estava em campo, era recorrente ouvir alguns deles dizer que estavam indo ao Miguilim, e outros dizerem que estavam vindo de lá, como também compartilhavam vivências e/ou situações ocorridas dentro da instituição. Porém, cabe registrarmos que a partir de março de 2014 a referida instituição esteve fechada até meados janeiro de 2015. Segundo informações veiculadas pela mídia o motivo refere-se à reforma física e de reestruturação metodológica do serviço. Tal fato se mostrou muito curioso devido proximidade da Copa do mundo 2014, que ocorreu em julho do presente ano. Destaca-se, ainda, que no final do ano de 2012 a instituição havia mudado de espaço físico. O Programa Miguilim que funcionava, na área central, ao lado da Praça da Estação foi transferido para Av. do Contorno, nº 2231. A sede que funcionava na área central da cidade de Belo Horizonte foi desativada para criação do Centro de Referência

da Juventude²¹ que é fruto de parceria entre Prefeitura de Belo Horizonte, por meio do Gabinete do Prefeito e da Secretaria de Governo, com o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude. Segundo dados do site da prefeitura de Belo Horizonte os objetivos da criação do Centro de Referência da Juventude almeja: 1) a construção do primeiro aparelho público direcionado especificamente para o segmento jovem em Minas Gerais; 2) promoção de atividades culturais, esportivas, recreativas, educativas e de formação profissional, dentre outras, voltados para o público de 15 a 29 anos; 3) produção e divulgação de informações de interesse aos jovens; 4) ampliação de formação, conhecimento, oportunidades e habilidades que auxiliem a inserção social dos jovens; 5) articulação com entidades e instituições ligadas ao universo da juventude, bem como integração e apoio a iniciativas locais.

Trata-se de um projeto interessante, mas que traz questionamentos se não seria mais uma medida higiênica tomada a fim de expulsar os jovens em situação de rua da paisagem urbana central para formulação de um projeto, que dentre as propostas descritas, não é direcionado ao público de jovens em situação de rua, que anteriormente frequentava o Miguilim. É mais provável que o público em situação de rua não terá o mesmo acesso a esse equipamento social comparado a outros segmentos juvenis.

Sobre a instituição Jocum – Jovens Com Uma Missão²² os jovens afirmaram que iam de vez em quando passear no estabelecimento físico onde a instituição funciona, contaram que gostavam, pois lá tinha piscina. Mas, afirmaram que no final do dia era ruim pelo fato de terem que voltar para rua. Já em relação o serviço de abordagem de rua, os jovens diziam que recebiam visitas dos técnicos na rua, mas que nem sempre queriam conversar com os mesmos.

No que tange a relação da sociedade com os mesmos procurou-se ao longo do texto fazer menção ao que foi observado pela pesquisadora a partir das relações sociais capturadas, e mediante o que foi narrado pelos jovens. Tais cenas e falas foram sendo problematizadas

²¹ Para maiores informações consulta no site

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=juventude&tax=27174&lang=pt_BR&pg=9961&taxp=0&

²² O JOCUM - Jovens com uma missão é mais conhecido como uma fundação. No Brasil iniciou suas atividades em 1975. Possui sessenta escritórios e centros de treinamento missionário espalhados por todas as regiões do país. Reúne pessoas diferentes para trabalhar nas mais diferentes atividades evangelísticas. Entre os missionários, encontram-se jovens, famílias, aposentados, universitários recém-formados e pós-graduados, pessoas vindas de mais de 100 países e denominações evangélicas. Todos envolvidos com o objetivo: Apresentar Jesus Cristo à esta geração e a possibilidade real de relacionamento com Ele, mobilizando o maior número possível de pessoas para ajudar nesta tarefa; Treinar e equipar cristãos para o cumprimento da grande missão. Para saber mais, sugere-se consulta no site da instituição: <http://www.jocum.org.br/na-cabeca/quem-somos>

junto às teorias utilizadas para elaboração dessa pesquisa acenando, sobretudo, para o realce do envio de mensagens sociais negativas para os/as jovens pesquisados/as. Desse modo, o que verifica-se é que os/as jovens em situação de rua contam com um espelho social falho, em que vínculos sociais importantes vão se fragilizando ou não se formam. A relação que a sociedade tem com os mesmos não se dá pela reciprocidade. Nesse contexto, qual história estaria à sociedade, o Estado e a cidade construindo para com esses jovens?

Já em relação ao uso dos meios de comunicação de massa por parte dos jovens pesquisados é interessante destacar que alguns deles tem acesso a internet, mais especificamente através do facebook. Um deles relata: *"Eu fiz o meu na rua, tem um tanto de casa de computador"(sic)*. Outros jovens contaram que fizeram o mesmo no Programa Miguilim. O acesso à internet por eles, não se dá somente via facebook, eles contam que jogam paciência e outros jogos. Como exemplo, relataram sobre um jogo em que eles preparam a comida. Há uma geladeira e armário virtual onde pegam os ingredientes e criam online um cardápio. Quatro dos jovens revelaram através do facebook manterem contato com alguns familiares e amigos. O acesso que demonstram possuir com essa ferramenta virtual parece acontecer esporadicamente, o que não despreza que a forma como cada um deles irá se apropriar e utilizar de tais mensagens midiáticas será única, podendo assim refletir em experiências sociais singulares, ou seja, em seus processos de socialização. Ao mesmo tempo, chama-se atenção que “não são poucas as iniciativas de transformar a internet em espaço mais focado no consumo que lugar de socialização – participação social propositiva e criativa, como bem nos lembra, Lopes (2013, p.1)”.

Cabe contextualizarmos que o mundo virtual é fruto de uma sociedade capitalista que demanda continuamente o crescimento das relações de consumo. Sendo assim, é instaurada uma cultura de consumo, em que as identificações, referências, vínculos são permeados, por vezes, em torno de bens materiais. Dentro dessa perspectiva, Castro (1998) enfatiza que a cultura de consumo favorece o pertencimento a determinados grupos por meio de determinados produtos. Assim, o sentimento de pertencimento social ancora-se na materialidade.

Dentro da cultura de consumo os grupos sociais se diferenciariam a partir de estilos de vida, onde se estabelece a exclusão ou participação através dos bens culturais. O que se consome, os objetos que se tem ou se usa, definem melhor o consumidor, traçando o seu perfil. (CASTRO, 1998, p.130)

Nesse sentido, cabe indagarmos como o/a jovem em situação de rua é visto e vivencia o cenário virtual subsidiado por uma cultura de consumo? Esta o presentifica ou o anula? O jovem, nesse caso, em situação de rua só será considerado sujeito se for um consumidor? Qual inclusão teriam de fato no mundo virtual?

Sendo assim, podemos refletir se os meios de comunicação de massa tem de fato contribuído para que os/as jovens tenham um espaço real, lugar próprio na sociedade ou se tem gerado mais uma forma de discriminação desses indivíduos.

2.2 Da relação pesquisadora x universo pesquisado

Ao longo dos dias em campo, fui percebendo uma maior aceitação dos jovens a minha presença. Eles me chamavam de Tia da pesquisa. Estranhei essa forma como me chamavam, e depois fui descobrindo que é uma forma de se relacionarem com os adultos com os quais estabelecem vínculos institucionais, o que apareceu nas entrevistas. Pode-se observar que o uso recorrente do termo tia, pelos jovens pesquisados, pode ser compreendido também como forma de expressarem a tentativa de reconstituírem relações de parentesco no espaço das ruas, ou até mesmo expressão de demandas de afeto. Como já nos atentava Freire (1993) “ser tia é viver uma relação de parentesco.” O chamar de tia parece traduzir, de algum modo, o reflexo de uma referência mal resolvida, que sucedeu de forma precária ou se encontra inexistente.

Com os jovens pesquisados percebi que para além de pensar num distanciamento enquanto pesquisadora precisava também realizar movimentos, gestos de aproximação! Por várias vezes peguei-me pensando em como se daria essa aproximação, como delimitaria os seus limites, assim como pensando no universo de possibilidades dessa relação. Fui, então, percebendo que a aproximação era necessária para a criação de uma relação de confiança. Nesse momento, o debate sobre as formas de pesquisa, os saberes subalternizados e as relações com aqueles até então considerados apenas os pesquisados, nos interroga a validade da pesquisa, o que nos exige reconhecer, como assinala Vargens (2011), a inexistência da neutralidade do pesquisador e a complexidade daquele com quem se faz o estudo.

Muitos estudos focam no estranhamento, no distanciamento e pouco na aproximação, que claro, num contexto de pesquisa deve ser relativa. Talvez, por isso, de início, me via um pouco desconcertada de como esta aconteceria. Questionava-me sobre qual lugar e posição adotaria enquanto pesquisadora. Que aproximação era essa? Quando os jovens de algum modo me traziam alguma ação mais afetiva eu logo me perguntava o que fazer, em que

medida corresponder. Em que medida a subjetividade do pesquisador merece ser levada em conta? O fato dos jovens “enlaçarem” o braço no meu, passarem a mão em meu cabelo, ou alguns virem me abraçar quando chegava em campo me traziam reflexões. É interessante ressaltar que tais gestos e ações, como o toque e o abraço, direcionados a mim eram, mais especificamente, advindos das jovens pesquisadas. Já os jovens do sexo masculino tinham o hábito de executar algum tipo de toque ou aperto de mão.

Nesse aspecto, é interessante também ressaltar que numa das idas a campo, durante um lanche que faziam, uma das jovens revela: “*Se você desfizer da gente, a gente desfaz de você também*”, (Shena, 15 anos).

Na fala da jovem, evidencia-se sua contestação para um outro tipo de relação, que não seja unilateral, mas na qual haja reciprocidade, disposições para estar junto, para que de fato acontecesse uma interação, troca.

Assim, no decorrer dos trabalhos de campo, fui verificando a importância de não temer a relação que ali se construía. Tal postura, como descreve Medeiros (1996) reflete um compromisso, uma tomada de posição com os sujeitos da pesquisa e sua realidade, que se distingue a qualquer ideia de neutralidade científica. Como mostra Medeiros (1986), a observação participante compreende um processo que coloca o pesquisador em relação face a face com os sujeitos pesquisados e, ao participar da vida deles, no cenário natural, colhe dados. Dessa forma, segundo a autora o pesquisador faz parte do contexto de observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado pelo contexto pesquisado. Nesse sentido, percebia necessidade de aliar razão e sensibilidade como condição epistemológica para melhor compreender os sinais, os gestos, as ações, verbalizações realizadas diante de mim e para mim. E que o pesquisador(a) ser totalmente racional, ao pesquisar os seres humanos que eu me propunha era colocá-los numa posição enquanto “objetos”, repetir o erro de caracterizá-los como invisíveis, como grande parte da população já o faz. Percebia a importância de fazer uma leitura mais crítica desses adolescentes e jovens que, por vezes, são pelo imaginário social, denominados como pessoas agressivas e perigosas, como nos apresenta Abramo (1994):

[...] jovens pobres nas ruas são suspeitos até prova em contrário. Rapazes de baixa renda, normalmente os negros, são os alvos principais das abordagens policiais. A discriminação também se patenteia no medo de transeuntes e lojistas quando eles entram ou circulam em torno de seus estabelecimentos, e no destrato geral que sofrem em função de seu aspecto e da evidente falta de poder aquisitivo. (ABRAMO, 1994, p. 72)

O que os jovens pesquisados me mostravam era nada mais do que a dimensão afetiva, clamavam por serem aceitos, serem vistos. Afinal eu estava ali pesquisando um público muito peculiar, em que vários vínculos afetivos em sua maior parte haviam sido fragilizados, rompidos, e/ou negados. Não seria, pois, o caso de barrar o afeto que ali estava em circulação, com seus limites. Caberia assim, bom senso em perceber que a construção de uma relação estava se dando. Relação esta em que permeava afetos, afinal de contas eu me propus enxergá-los, ouvi-los, neles confiar e oferecer a minha confiança. E o retorno era essa acolhida que por vezes eles tinham a minha presença. Ao encontrá-los ora nas ruas, não necessariamente enquanto pesquisadora no campo principal da pesquisa, eles vinham até mim e faziam questão de cumprimentar e conversar, mesmo que rapidamente. Não se tratava ali de algo mecânico, mas sim do compartilhamento de histórias, carecesse pensar que ali o encontro de vidas ocorria, através da escuta de vivências nem sempre fáceis de verbalizar. O que se fez claro é que o contato com os sujeitos pesquisados exigiu para além de uma postura intelectualizada, alertando que a rigidez metodológica que às vezes se é obrigada a tomar posse, não corresponde à realidade dos fatos, segundo mostra o estudo de Medeiros (1986).

2.3 Processo de análise dos dados

As entrevistas coletadas foram analisadas mediante o instrumento chamado núcleos de significação, cuja finalidade é a apreensão da constituição de sentidos. No uso desse procedimento consideram-se três etapas, a saber: pré-indicadores, indicadores e núcleos de significação, de acordo com o que nos propõe Aguiar e Ozella (2006).

Esse método é desenvolvido com base na perspectiva sócio-histórica, que pauta-se na gênese social do indivíduo. O primeiro passo para realização desse procedimento exigiu leituras flutuantes dos dados com o objetivo de oferecer a pesquisadora maior apropriação das informações coletadas. Através desse, ou seja, das leituras efetuadas identificou-se os pré-indicadores. Os pré-indicadores referem-se aos temas que circulam com mais frequência no discurso dos entrevistados levando-se em conta "a importância enfatizada nas falas dos informantes, a carga emocional presente, as ambivalências, contradições, as insinuações não concretizadas, entre outras. (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 230)".

Como afirmam os autores citados, os pré-indicadores constituem-se normalmente num grande número, o que fornece um quadro amplo de possibilidades para a criação e

organização dos núcleos de significação, como se pode verificar no quadro que se segue (p. 60). Devido a essa constatação os autores indicam a utilização de um critério essencial no que diz respeito a prevalência de pré-indicadores contributivos para compreensão do campo em investigação. Sendo assim, após a leitura flutuante e a criação dos pré-indicadores foi feita uma 2ª leitura que permitiu um processo de aglutinação dos pré-indicadores. Através desse processo pretendeu-se, pois, chegar aos indicadores, o que de acordo com Aguiar e Ozella (2006) permite o encontro com uma diversidade menor de temáticas contribuindo para o caminho em direção à construção dos núcleos de significação. Salienta-se, portanto, que os critérios usados no processo de aglutinação tiveram como referência à similaridade, complementaridade ou contraposição dos pré-indicadores. Dessa forma, ressalta-se que o processo adotado para análise e interpretação dos dados coletados foi realizado conforme descrito por Aguiar e Ozella (2006):

[...] a partir da releitura do material, considerando a aglutinação resultante (conjunto dos indicadores e seus conteúdos), iniciamos um processo de articulação que resultará na organização dos núcleos de significação através de sua nomeação. Os indicadores são fundamentais para que identifiquemos os conteúdos e sua mútua articulação de modo a revelarem e objetivarem a essência dos conteúdos expressos pelo sujeito. Nesse processo de organização dos núcleos de significação – que tem como critério a articulação de conteúdos semelhantes, complementares ou contraditórios – é possível verificar as transformações e contradições que ocorrem no processo de construção dos sentidos e dos significados, o que possibilitará uma análise mais consistente que nos permita ir além do aparente e considerar tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas. (AGUIAR, OZELLA, 2006, p. 231)

Nessa perspectiva, uma vez concluído o processo de construção dos núcleos de significação, a análise se inicia através de um processo intra-núcleo e avança rumo à articulação, (AGUIAR; OZELLA, 2006). Sendo que o processo de análise não deve ser restrito à fala dos informantes, esta deve articular-se a um trabalho que amplia o processo interpretativo da pesquisa e a conecta com o contexto social, político, econômico e histórico, assim como, no caso desse estudo, em diálogo com o referencial teórico construído para fins da pesquisa.

A partir dessa análise, buscou-se revelar e/ou aproximar tanto a pergunta central de pesquisa quanto os objetivos traçados para o seu desenvolvimento às respostas e/ou questões que levam ao encontro de compreensões sobre o tema. Abaixo, apresento um quadro síntese dos resultados adquiridos com esse método de análise de dados que objetivou traçar os núcleos de significação, alguns destes equivalem a títulos de alguns dos capítulos desse estudo.

Quadro 2 – Construção e sistematização dos núcleos de significação

Pré- Indicadores (Temas caracterizados com mais frequência, pela sua repetição, pela importância enfatizada pelos jovens entrevistados)	Indicadores resultantes da aglutinação = (Junção dos temas pela similaridade, complementaridade, ou pela contraposição possibilitando articulação de indicadores para formação dos núcleos de significação)	Núcleos de significação = pontos centrais de interesse da pesquisa de acordo com os dados coletados, processo de articulação dos indicadores.
Relação com a Família	Historia de vida /Família de origem: Relação com a família, Não conhece o pai, Ausência do pai, Violência familiar, Brigas com o padrasto, Relação com a casa e bairro onde morava, Conflitos na família, Não possui documentação, Contato com a escola, Contexto de pobreza.	1) Grupo pesquisado: O retrato da pobreza
Ausência do pai		2) Vidas à margem
Uso de drogas		3) Reinvenção do espaço da rua
Relação com a rua		4) O Bonde, os rolés e a cidade
Liberdade		5) Mediações institucionais
Roubos		6) A rua para quem nela vive
Contexto de pobreza		7) A arte de sobrevivência nas ruas
Violência na rua		8) Liberdade, Violência e Controle
Relação com a escola		
Amizades	A Rua: Liberdade, Violência e controle: Cotidiano da rua, Crescer na rua, Violência policial, Copa do mundo, Violência "invisível" na rua, Uso de drogas, Liberdade, Invisibilidade, Relação dos jovens com a rua, Roubos.	
Circulação pela cidade		
Cuidado com o corpo		
Artesanatos, arte		
Lazer na rua		
Abrigos		
Não conhece o pai		
Violência policial		
Violência familiar		
Conflitos na família		
Briga com o padrasto		
Cotidiano da rua	O Bonde e a Cidade: Lazer na rua, Circulação pela cidade, Passeios de ônibus, Relação com o tempo, Rolés pela cidade, Centro da cidade, Bonde, Amizades, Trabalho na rua.	
Trabalho na rua		
Relação com a casa, o bairro onde morava		
Alimentação		
Relação com os espaços públicos		
Não possui documentação		
Passeios de ônibus		
Centro da cidade		
Relação com o tempo e espaço		
Instituições do Estado	Espaço, tempo e a circulação na rua Necessidades básicas, Cuidado com o corpo, Higiene, Alimentação; Táticas de sobrevivência Protagonismo na rua, relação com espaço e tempo, Relação com os espaços públicos.	
Medidas socioeducativas		
Instituições religiosas	Relação com as instituições Instituições do Estado, Medidas socioeducativas, Abrigos, Instituições religiosas, Artesanato, arte, Relação com a escola.	
Rolés pela cidade		
Copa do mundo		
Crescer na rua		
Bonde		
Higiene		

Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, 2013-2014.

Nesse contexto, compreende-se de acordo com Bourdieu (2008), que no processo de análise dos dados é importante atentar-se aos efeitos que o pesquisador exerce sem saber

sobre os resultados obtidos e a pesquisa como um todo. Nesse sentido, ressalto que as entrevistas foram transcritas, necessitando serem reescritas, passando assim o escrito para o oral e o oral para o escrito, como já nos ensinava o autor mencionado. Procurei, embasada pelas ideias bourdieuianas aliviar o texto de certos desdobramentos parasitas, de frases confusas, redundâncias verbais e dos tiques de linguagem (“bom”, “né”, “entendeu”, entre outros).

O autor orienta, ainda, que o pesquisador deve controlar os efeitos, na própria condução da entrevista da estrutura social no campo, procurando ao máximo reduzir a violência simbólica que se pode exercer através dos métodos, assinalando que:

[...] certos pesquisados, sobretudo os mais carentes, parecem aproveitar essa situação como uma ocasião excepcional que lhes é oferecida para testemunhar, se fazer ouvir, levar sua experiência da esfera privada para a esfera pública; uma ocasião também de se explicar, no sentido mais amplo do termo, isto é de construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo, e manifestar o ponto, no interior desse mundo, a partir do qual eles veem a si mesmos e o mundo, e se tornam compreensíveis, justificados, e para eles mesmos em primeiro lugar, (BOURDIEU, 2008, p. 704).

Diante das considerações elaboradas por Bourdieu (2008) é válido ressaltar que após gravar as entrevistas, os jovens pediam para escutar suas vozes.

Destaca-se que para além das entrevistas, a observação participante e as fotos tiradas pelos jovens produziram categorias de análises importantes. Na observação participante, por exemplo, observa-se que muitos elementos que apareceram nas entrevistas também foram identificados através de tal método, não contemplando, explicitamente: ser menino e ser menina na rua, sobre o racismo e a luta do negro na sociedade brasileira, mais especificamente, pela ocupação e apropriação dos espaços sociais. Já as fotos tiradas por eles, expressam basicamente: local onde dormem, onde passam o dia, imagens usando drogas, fotos de prédios da cidade: prédios espelhados, prédios altos e prédios em construção. Os jovens registraram também, via as fotografias a circulação deles nas ruas, fotos do Bonde, fotos do estabelecimento onde recebem comida, onde um deles havia cometido roubo e locais onde vivenciam momentos de sociabilidade. Fotografaram, ainda, fotos deles próximo a um shopping center e imagens reveladoras de cenas e acontecimentos que retratam como a dinâmica de vida deles se desenrola, apesar da vida diária com às violências, discriminações e condições precárias.

Dentro desse contexto, salienta-se que as fotografias que o grupo pesquisado produziu são tidas como uma forma a mais de linguagem e algumas dessas encontram-se distribuídas

ao longo dessa dissertação. O uso das fotografias levou em conta a seleção que o próprio grupo pesquisado realizou, abarcando as que consideraram ter tirado para o fim específico do estudo. Ressalta-se, que para além das fotos produzidas pelos jovens pesquisados o leitor irá se deparar também com fotos tiradas pela pesquisadora. Nessa perspectiva, Banks (2009) detalha que no campo das ciências sociais veremos duas correntes principais no que tange o uso da pesquisa visual. Uma que se refere à produção de imagens feitas pelo próprio pesquisador, possuindo assim, um viés secundário. Já a outra que contém a coleta ou estudo de imagens realizadas pelos próprios sujeitos da pesquisa.

Procurou-se, pois, ouvir os jovens sobre os significados de seus registros, atentando as fotos que articulavam com as discussões elaboradas na presente pesquisa. Nesse aspecto, Bassalo e Weller (2011) enfocam que a análise de imagens não é um ato simples, pois é necessário o aprofundamento de referenciais teóricos que auxiliem a leitura para além do que ela se apresenta ao primeiro olhar.

Nesse sentido, as fotografias foram utilizadas não apenas como mera ilustração, mas como material de análise em conexão com os dados coletados e as teorias estudadas, de acordo com o que propõe, (JUSTO, 2003). Entendemos que trata-se de um método potente no campo de estudo das ciências humanas, pois promove reflexões e traz para a cena estudada uma outra forma de dar voz aos sujeitos pesquisados. Como já poetizava Carlos Drummond de Andrade, *“O que pode a câmara fotográfica/ Ajuda a ver e rever/ a multi-ver/ O real nu, cru, triste, sujo/ Desvenda, espalha, universaliza/ A imagem que ela captou e distribui/ Obriga a sentir, A, driticamente, julgar/ A querer bem ou a protestar/ A desejar mudança/”*.

Desse modo, apostou-se no recurso fotográfico como método que pareceu atraente para os participantes e ao mesmo tempo importante para apreendermos as visões de mundo deles, as representações que possuem da rua e os olhares, compreensões tecidas por eles sobre a cidade.

Outro ponto que merece ser registrado é que concomitante às entrevistas com os jovens foram realizadas entrevistas com profissionais que em algum momento de suas carreiras trabalharam com jovens em situação de rua, a fim de captar a visão dos profissionais que atuam com o público em questão, bem como analisar como participavam do processo de socialização dos mesmos, num total aproximado de cinco entrevistas. Porém, durante a banca de qualificação, em julho de 2014, refletiu-se que a quantidade de dados poderia ser reduzida, ocasionando a não análise de tais entrevistas, o que não despreza a contribuição indireta que as mesmas trouxeram para o estudo.

Percebeu-se, então, que um volume extenso de dados não permitiria uma análise aprofundada, o que nos fez lançar mão da sugestão da banca de qualificação, pois, viabilizaria assim, a leitura sobre a temática com foco restrito aos adolescentes e jovens em situação de rua, a partir da observação participante, das entrevistas e das fotos que os próprios jovens produziram.

Ressalta-se que a pesquisa de campo foi realizada entre outubro de 2013 e junho de 2014, totalizando aproximadamente 7 meses, sendo que nos meses de outubro o encontro entre os jovens e a pesquisadora aconteceu de segunda à sexta-feira, num período de 15 dias, turno manhã e tarde, sendo que em alguns dias a pesquisa de campo totalizou 8 horas diárias de trabalho. Nos meses de novembro e dezembro o encontro com os sujeitos da pesquisa passou a acontecer semanalmente às quintas e/ou sextas feiras, no período diurno e/ou noturno. Nos meses de janeiro, fevereiro e março o encontro com os jovens se deu no período da tarde, e nos meses de abril, maio e junho os encontros aconteceram quinzenalmente, no período da tarde e/ou noite. A maior parte dos encontros aconteceram no lugar de maior permanência dos jovens pesquisados, que trata-se da Av. dos Andradas, (fotos abaixo = imagens 2 a 5).

Imagem 2 e 3 - Avenida dos Andradas/ Belo Horizonte – Fotos tiradas pela pesquisadora



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa. (Ano: 2013)

Imagem 4 e 5 - Avenida dos Andradas/ Belo Horizonte - Fotos tiradas pelos jovens Kumi e Sadiki, (Ano: 2013)



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa. (Ano: 2013)

Houve outros encontros que aconteceram no Extra supermercados (localizado na região Hospitalar), Parque das Mangabeiras, Praça do Papa e na Av. Alfredo Balena (nas marquises em frente uma drogaria, lugar onde dormiam). Além disso, houve circulação da pesquisadora seja a pé como de ônibus com os jovens pesquisados, assim como encontros informais. Chamo de encontros informais, os momentos em que na minha circulação pela cidade, indo para o trabalho ou para outros lugares acontecia de reencontrar os sujeitos pesquisados. Estes vinham em minha direção para um cumprimento ou para contar algo que havia ocorrido no espaço das ruas, mesmo que de forma breve. Apesar de não estar nesses locais a campo com propósito específico de pesquisa, ao encontrá-los eles me convocavam a assumir o lugar de pesquisadora. Por coincidência os trajetos se coincidiavam e nesses encontros a pesquisa ali também se ativava. Assim, tais encontros trouxeram importantes elementos para esse estudo. Os principais locais dos encontros “informais” foram a Av. Alfredo Balena, Av. Afonso Pena e a Praça da Savassi, este último onde afirmaram cometer mais atos infracionais. Em um dos dias, ao encontrá-los na Praça da Savassi, as pessoas olhavam desconfiadas e os próprios jovens percebiam a ponto de uma das jovens verbalizar: *“Eles estão achando que a gente vai te roubar”* (Tayó, 16 anos). Pode-se verificar na fala da jovem como conseguem perceber como são vistos e nomeados pela sociedade. O discurso social que comumente é enviado para esses adolescentes e jovens, em situação de rua, como afirma Rodrigues (2008) inclui rótulos, estigmas, termos como drogado, marginal, ladrão, pivete, o que acaba por desconsiderar a condição enquanto adolescentes e jovens. Para tanto, em nossa sociedade o discurso social transmitido ao público pesquisado ainda advém da doutrina da situação

irregular proposta pelo Código de menores²³ (1927), em que crianças e adolescentes nas ruas eram representados como menores e referenciadas por uma conotação pejorativa, sinônimo de bandido, delinquente, segundo nos revela Passeti (1987), e não como propõe a legislação atual vigente - ECA (1990).

Pelo fato de estarem, em situação de rua, até que ponto internalizam e reproduzem não apenas os discursos sociais, como também imagens que correspondem ao conjunto de representações negativas que são criadas sobre eles?

De acordo com Sluzki (1997) as relações sociais contribuem para dar sentido à vida de seus membros, favorecendo, sobremaneira, uma organização da identidade por intermédio do olhar (e das ações) dos outros. É dentro desse contexto, assinala o autor que flui a experiência de que “existimos para alguém” ou “servimos para alguma coisa”, o que por sua vez defere sentido e motiva o outro a se cuidar e a continuar vivendo. Parece que por mais que os/ as jovens pesquisados/as vão para as ruas em busca de uma socialização outra, recebem no espaço das ruas influências de processos “dessocializantes”, favorecendo que a inclusão social seja feita por vias negativas, inserção marginal nos processos sociais, entre outros. Assim, a socialização que recebem no espaço das ruas não serve para que mudem suas condições sociais, mas sim parece fortalecer lugares subalternos aos mesmos, em que suas vidas são recorrentemente rotuladas e criminalizadas.

²³ O Código de Menores, promulgado em 1927, refere-se à primeira legislação brasileira destinada ao público de crianças e adolescentes, em que elegia-os como menores. Teve nova versão sancionada em 1979, sendo que em ambas versões, caracterizava-se os "menores" como objetos de ação e controle do estado, qualificando-os como sujeitos abandonados, delinquentes e/ou carentes.

CAPÍTULO 3. VIDAS À MARGEM

Nesse capítulo procuro dar visibilidade ao contexto que rodeia e tece a vida dos jovens pesquisados. A vida dos mesmos é literalmente exposta às margens e construída nessas margens. Esses jovens estão, pois, à margem do cenário social, espacial e até mesmo acadêmico, o que pode ser verificado na discussão contida nesse capítulo acerca de uma leitura teórica dos sujeitos enquanto jovens e adolescentes, como também pelo número escasso de estudos atuais sobre a temática. Faço menção à miséria que abarca a história dos sujeitos pesquisados, aos métodos extremos de sobrevivência por eles expressos através de suas táticas cotidianas. Além disso, destaco os constantes *rolés* realizados pelos jovens na cidade, o que na compreensão desse estudo acena para a busca desses sujeitos de um lugar, de inclusão social, de tornar possível a vida na paisagem urbana central, mesmo que para isso precisem a todo tempo contar com o imprevisível.

3.1 Revisitando a história para uma breve compreensão dos sujeitos pesquisados

No enfrentamento teórico para promover uma leitura interpretativa - categorização - dos sujeitos da pesquisa no contexto das ruas enquanto adolescentes e/ou jovens deparei-me com limites e indagações. Pude constatar nos estudos o uso de diferentes nomenclaturas para nomeação desse público. Ora, são classificados como meninos e meninas *de rua* e meninos e meninas *na rua*; ora somente de adolescente ou de jovem, como também por identificar o uso dos dois termos de forma simultânea.

Em relação ao uso do termo meninos e meninas de rua constatei que este possui suas raízes no contexto social da década de 80, em que existia uma tendência em categorizar crianças, adolescentes e jovens desse modo. Como lembra Rizzini (1995), tratava-se de uma expressão popular que incluía uma multiplicidade de tipos de crianças e jovens, como por exemplo: do sexo masculino ou feminino; aqueles que passavam apenas parte do dia nas ruas; aqueles que dormiam nas ruas; jovens de 15 a 18 anos, que normalmente não seriam chamados de “meninos” ou “niños” e assim por diante.

Dentro dessa perspectiva, Marques (2010) diferencia a categoria meninos e meninas *de rua e na rua*, destacando que a primeira nomenclatura, diz respeito àqueles que teriam rompido seus vínculos familiares; já a segunda referia-se aqueles que ainda possuíam os vínculos familiares preservados, embora utilizam-se a rua como geradora de renda da família.

Como bem mencionado pelo autor, tais termos vem sendo criticados por denotar certa estaticidade no contexto da rua, sem levar em conta a constante instabilidade de movimentos existentes entre a casa e a rua.

Há de considerar, portanto, que na época em que tais termos eram utilizados com frequência, a legislação regente no país era o Código Melo Matos (1927), que classificava indistintamente crianças, adolescentes e jovens como menores, o que fez tal código ser também conhecido como código de menores. Não havia uma separação entre as fases de vida no plano jurídico, esta só veio a ocorrer após a implantação do ECA, (BRASIL, 1990).

O termo menor era utilizado prioritariamente para designar a criança e/ou adolescente, procedentes das classes populares do Brasil, em situação de miséria absoluta. Segundo Marcílio (1998), o funcionamento do código de menores baseava-se na assistência e proteção à infância sob a ótica da ordem, higiene e controle, o que pressupunha práticas higienistas e repressoras. Diante de tais práticas, houve várias denúncias de violência contra os chamados menores, o que veio a culminar na criação de uma CPI - Comissão parlamentar de inquérito para avaliação de tais atos, resultando assim, na reformulação do código de menores em 1979. Tal reformulação, de acordo com Rodrigues (2008) trouxe a implementação da doutrina da situação irregular, em que as crianças e famílias foram tidas como responsáveis pelas irregularidades da condição de vida que sofriam, em relação aos maus-tratos, abandono e pobreza.

De acordo com Campos (1993), além das crianças nas ruas serem vistas como abandonadas pelas famílias - desconsiderando a pobreza que estava por trás dessa realidade - a compreensão sobre estas crianças estava ligada a delinquência e criminalidade. Tal código enquadrava, pois, crianças e adolescentes dentro de uma representação negativa e estigmatizante.

Gonçalves e Brandão (2004) apontam que várias críticas foram construídas desde o início da promulgação do código de 1979, o que contribuiu para um processo de abertura democrática nos anos 80.

Os movimentos sociais, muito atuantes no período, articularam-se em torno de uma grande aliança que ficou conhecida sob a denominação de Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), cujo principal alvo político era a Reforma Constitucional. Este movimento conquistou uma vitória política ao inscrever no texto constitucional, pela primeira vez na história brasileira, a concepção da criança e do adolescente como cidadãos e sujeitos de direitos, sociais, políticos e jurídicos. (GONÇALVES; BRANDÃO, 2004, p.225)

Baseado nos autores acima e em outros estudos sobre a temática, verifica-se que a destituição do código de menores deu-se mediante uma série de lutas populares, na década de 80. Em particular, salienta-se a atuação do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), que se destacou por destinar um atendimento diferenciado às crianças e adolescentes, no sentido de promover o empoderamento desse público, para que percebessem que a realidade em que estavam inseridos não era natural, mas sim, fruto de um sistema que a produzia, conforme nos mostra Souza (2013). Segundo a autora, o movimento se desenvolveu através de uma proposta inovadora de educação, com base nos princípios da educação popular, e expressava-se pelo cuidado do educador ao entrar em contato com as crianças e adolescentes de rua da época, na medida em que respeitavam a subjetividade destes e o contexto no qual estavam inseridos.

Assim, o movimento, com o apoio do governo federal e do Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância, iniciou o mapeamento e a articulação com as alternativas comunitárias existentes no país, com o intuito de levá-las a uma troca de experiências. No decorrer do tempo, a mobilização fortaleceu-se e foram organizadas comissões locais do movimento com a intenção de disseminá-lo. Aliados a proposta de desenvolver um novo olhar para os chamados meninos e meninas de rua, esses grupos foram se multiplicando e iniciaram uma organização em âmbito nacional na segunda metade da década de 80 e a partir de então o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua tornou-se nacional e oficialmente construído em 1985 como uma entidade civil sem fins lucrativos, aborda Souza (2013).

Dessa forma, no ano seguinte, realizou-se o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua em que os meninos e meninas de rua puderam pela primeira vez na história do país se dirigir às autoridades brasileiras e à imprensa, portanto, ocupando o lugar enquanto autores da fala, em que denunciaram o quanto eram violentados. Esse movimento se tornou importantíssimo, pois resultou no reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos fazendo assim, emergir o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (BRASIL, 1990).

Tal estatuto é que vem transformar a categoria menor para criança (0 a 12 anos) e adolescente (12 a 18 anos), enquanto sujeitos de direitos. Assim, o referido estatuto inaugura a concepção de sujeitos de direitos, sob a luz da doutrina da proteção integral que prevê a garantia dos direitos sociais para a infância e adolescência²⁴.

²⁴ Ver art. 98 à 102 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Paralelo à constatação de que com a promulgação do estatuto a infância e adolescência passam a obter entendimentos distintos, procura-se aqui, aproximar especificamente da literatura sobre adolescentes e jovens, a fim de caracterizarmos o público pesquisado em face da existência desses dois conceitos. Conforme expressa Rodrigues (2008, p.43) “na literatura sobre a temática não encontramos uma definição conceitual clara que distinga a situação de rua, entre o ser adolescente e o ser jovem”.

Nesse estudo, em face do contato com artigos, livros e documentário²⁵ sobre o tema, reconhece-se que o termo adolescente se articula as políticas pautadas para a situação de rua, uma vez que estas utilizam a nomenclatura criança e adolescente, dialogando assim, entre outras políticas com o ECA, (BRASIL, 1990). Já o termo jovem, foi constatado nos estudos de Matias e Franschini (2010) e, mais especificamente, na dissertação de Matias (2008) sem uma preocupação em trazer uma definição mais aprofundada sobre tal conceito, apenas adotando-o enquanto uma categoria etária, e em alguns momentos associado ao termo adolescente. Tais evidências expressam a complexidade de definir o público estudado em uma categoria específica, pois:

A vida nas ruas rompe com as categorias definidas nos âmbitos médico, acadêmico e jurídico. Não há separação, nas ruas, do menino de 16 daquele com 20 anos. Estão todos juntos, se relacionando, formando seus grupos. Ter 12, 13 anos, ou 20, 21 não interfere necessariamente nas suas ações cotidianas, ou nos seus modos de estar no mundo. [...] se para determinados grupos sociais a adolescência (ou a juventude) começa aos 12 anos, para outros – normalmente os mais pobres – a vivência do que caracteriza essa fase da vida pode começar aos 9 ou 10 anos. Do mesmo modo, o término da faixa etária varia conforme o grupo social e sua universalização nos parece uma categorização arbitrária feita desde um ponto de vista das classes dominantes. Entendemos que cada grupo social vivencia os processos de inserção no mercado de trabalho, assunção da vida doméstica, paternidade/maternidade em tempos específicos. A realidade de jovens de classes mais abastadas não corresponde àquela vivenciada por jovens pobres. Quando falamos em situação de rua, as referências temporais são ainda mais distantes do tempo hegemônico, bem como a compreensão do que é essa “vida adulta” (que é outra definição social e cultural e, conseqüentemente, arbitrária), (VARGENS, 2011, p. 38).

Há, contudo, que considerar que para as crianças, adolescentes e jovens a vivência de ciclos de vida diferentes se confundem, questionando até que ponto tais conceitos de adolescência e juventude dão conta da especificidade da situação de rua. Com base em Silva (2006) a *situação de rua* é um termo atualmente utilizado no Brasil para descrever o fenômeno de pessoas que se utilizam da rua como espaço principal de moradia e/ou sobrevivência. Considera-se esse termo mais adequado, pois atenta a dinamicidade da

²⁵ Veja também o documentário "Quando a casa é a rua", Direção de Thereza Jessouroun (35'). Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=P0rke-2_B4E

experiência nas ruas, o que favorece a substituição de termos como criança, adolescente, jovem “de rua” para a expressão em situação de rua. Assim, compreende-se uma forma de romper com a ideia de que o indivíduo seja de rua, mas sim, que ele está naquele momento vivenciando tal situação.

Dentro dessa perspectiva complexa, a pergunta que acompanhou as reflexões desse estudo foi, portanto, como nomear os sujeitos pesquisados: jovens e/ou adolescentes em situação de rua?

Para tanto, verificou-se que o termo seja jovem, seja adolescente:

vem adquirindo conotações e delimitações variadas, promovendo assim uma difusa diferenciação conceitual, às vezes também empírica – observada na construção e utilização dos conceitos de adolescência e juventude, com todos os andaimes teóricos, metodológicos e instrumentais desdobrados por diferentes correntes de pensamento, seja através da evolução histórica dos conceitos, seja como desenvolvimento de abordagens disciplinares, não é estranho que haja uma superposição e/ou transferência de características de uma noção para outra, e vice-versa. (LEÓN, 2009, p.52)

De acordo com o autor, embora muitos estudos nos campos das ciências sociais e humanas utilizarem os termos adolescência e juventude de forma indistinta, existe um esforço conceitual de diferenciação das duas categorias. A psicologia é a área que vem utilizando o conceito de adolescência com recorrência, e as ciências sociais o conceito de juventude. Há várias críticas em torno do conceito de adolescência - usado pelas correntes mais clássicas da psicologia - em que se procura romper com a visão de fases de vidas, já que esta perspectiva considera a existência de ritos de passagem bem definidos. Já o termo juventude no âmbito das ciências sociais, é empregado no plural, a fim de contemplar a pluralidade de universos juvenis, enfocando as relações sociais passíveis de serem construídas por sujeitos ou grupos particulares nas formações sociais no processo de traçar vínculos ou rupturas entre eles, Dayrell e Carrano (2014).

Procura-se, pois, nesse estudo, romper com tais visões clássicas em que a ênfase dada seja a adolescência e/ou juventude baseou-se numa lógica universalizante. Nesse estudo, concebe-se tais categorias num diálogo contínuo entre o cenário sócio-histórico-cultural e relacional do ser humano, como já abordava Léon (2009).

Baseado em Léon (2009), convencionalmente em termos etários situa-se a adolescência a faixa etária compreendida entre 12 e 18 anos, e juventude a faixa entre os 15 e 29 anos de idade, a qual, por sua vez, divide-se em três subgrupos: de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos.

O que se observa em campo, talvez seja reflexo também do que se detecta no meio acadêmico, sobre a dicotomia do uso das duas categorias, ora distinguindo-as, ora aproximando-as. Pois mediante os desafios de consenso teórico sobre qual nomenclatura utilizar-se-ia para caracterização dos sujeitos pesquisados, voltou-se à questão para os mesmos, através de um processo de conversação, ou seja; perguntando-os como eles se consideravam, adolescente ou jovem?

Dentre o total de treze pesquisados, tive acesso à resposta de oito, sendo que quatro se reconhecem enquanto adolescentes, três enquanto jovens e um deles respondeu a questão indagando o que era adolescente?

Destaca-se ainda, que a faixa etária do grupo pesquisado oscilou entre um intervalo relativamente extenso (14 e 21 anos), em que prevaleceu o intervalo entre 14 e 16 anos, totalizando a participação de 10 pesquisados, e o restante, três pesquisados, sendo um com idade de 18 anos, outro 19 anos e o último 21 anos. Embora dada atenção a tais intervalos etários, observou-se poucas discrepâncias entre as experiências dos sujeitos pesquisados. O que verifica-se é que na rua, o cotidiano deles se mistura, os atos, gestos e falas carregam semelhanças, independente da faixa etária.

É interessante observar que dentre os sujeitos que responderam a questão, a categoria adolescente sobressaiu, apesar de haver questionamentos sobre o que seja a mesma. Vale também registrar que entre os quatro que responderam adolescente, estão *Tayó 16 anos, Akin 15 anos, Kumi, 14 anos e Kito 18 anos*. Já o reconhecimento enquanto jovem compreende as falas de *Kamau 14 anos, Nyota 19 anos e Sule 21 anos*. Diante das respostas dadas, observa-se que o critério etário é de fato frágil para definição do que seja adolescência ou juventude. *Kamau* apesar de possuir 14 anos, se afirma como jovem. Por exemplo, *Sadiki* (15 anos) nos indagou o que era adolescente, e o próprio grupo após sua pergunta manifestou-se trazendo falas do tipo: *Adolescente é quando não se é mais criança, aí vira adolescente, (Akin, 15 anos)*. Após a conversa entre o grupo, *Sadiki* mostrou-se pensativo e verbalizou “*não sei se eu sou [silêncio] adulto*”?

O posicionamento do grupo juntamente com as observações tecidas em campo me fez perceber o quanto há um processo de adultização na experiência de vida desses sujeitos. A partir da sistematização dos dados coletados percebi que estava diante de uma complexa compreensão, uma vez que os dados empíricos demonstraram que estas categorias se misturam, ao mesmo passo em que se complementam, na medida também em que os próprios sujeitos se interrogam sobre tal. Evidencia-se também que a infância, a adolescência ou a juventude tornam-se palavras estranhas para muitos deles, já que não é de conhecimento de

todas as crianças, de todos os adolescentes e jovens essas vivências, mas sim de uma minoria privilegiada. Nesse sentido, deparou-se com dificuldades em enquadrar os sujeitos, respectivamente, dentro de uma ou outra categoria. Ainda mais, pelo fato de constatar o comportamento bastante adultizado entre os demais, o que é quase uma exigência para a sobrevivência nas ruas. A indagação de *Sadiki* é um reflexo desse impasse do que é ser, uma criança ou adolescente nas ruas.

Como explicam Vogel e Mello (1996, p. 134), “os filhos das camadas mais pobres já nascem adultos”. Abordam ainda, que as crianças dessa classe (a mais desfavorecida) chegam ao mundo já recebendo a tarefa de responsabilizar-se pelo seu próprio sustento. Salvo, quando além de cuidarem de si mesmas são obrigadas a cuidar do sustento familiar, pois muitas vezes se deparam com situações constrangedoras, tendo a mãe doente (ou ganhando muito pouco) e a presença de irmãos menores.

Face à análise das possibilidades categóricas junto à empiria apresentada optou-se, nesse estudo, para fins metodológicos pelas duas classificações - adolescente e jovem, contudo, relacionando-as a adolescência e juventude pobre de nosso país. De algum modo, a escolha das duas categorias foi uma forma encontrada de traduzir as ambiguidades que o campo nos apresentou, apesar de em alguns momentos darmos ênfase maior a categoria jovem sem, portanto, excluir a ideia de adolescência. Pois, de algum modo, a transição precoce dos sujeitos pesquisados para a vida adulta, a inserção no mercado de trabalho mesmo que informalmente ou de forma transgressora e também as responsabilidades já assumidas precocemente nos aduzem a uma ideia de jovem de acordo com a afirmação de Abramo (1994). A autora nos apresenta que “a noção mais geral e usual do termo juventude se refere a uma faixa de idade, um período, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto, (ABRAMO, 1994, p.1)”.

Nesse contexto, o termo adolescente nesse estudo é utilizado pautado no ECA (BRASIL, 1990), que considera adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos e situa-se numa perspectiva sócio-histórica, em que a adolescência é pensada como uma “construção social que tem suas repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno e não como um período natural do desenvolvimento”, (BOCK, 2004, p.39). Para a abordagem sócio-histórica importa pensar como este período do desenvolvimento se constituiu historicamente e socialmente.

Já a definição de juventude, aqui usada, apoia-se a dois conceitos expostos por Léon (2009): o juvenil e o cotidiano. O primeiro abarca o processo psicossocial de construção da

identidade e o segundo refere-se ao contexto de relações e práticas sociais nas quais tal processo se realiza, pautado por fatores ecológicos, culturais e econômicos. Entende-se que essa perspectiva amplia o olhar para a diversidade juvenil frente as mais diversas e adversas realidades cotidianas experienciadas pelos sujeitos pesquisados, pois o que se leva em consideração nessa perspectiva “é a variável cotidiana e experiência do período juvenil”, (Léon, 2009, p.55).

Sendo assim, a concepção de jovem com a qual dialogo se dá pensada, sobretudo, pautada no público de jovens pobres e negros “que tem pago com a própria vida o preço de nossa insensatez coletiva”, (SOARES, 2004, p.130).

O foco, portanto, está não na apreensão da juventude em si, mas sim nos modos diversos de ser jovem, e de que forma tal condição é ou não vivida em face da raça, idade, gênero, classe e etnia. Por fim, podemos definir que estamos falando de jovens que possuem suas juventudes negadas e/ou ameaçadas.

3.2 Marcas das trajetórias dos sujeitos pesquisados: O retrato da pobreza

A breve biografia exposta nesse estudo sobre os sujeitos pesquisados retrata de forma superficial o que de fato caracteriza a trajetória dos mesmos. Pois, a história desses adolescentes e jovens possui raízes e marcas historicamente e socialmente “definidas”, mesmo antes de nascerem. A história de vida dos mesmos vem nos revelar a pobreza e miséria constitutivas de nossa sociedade brasileira. Filhos da *ralé*²⁶, destituídos de direitos, inclusive ao que tange a própria vida carregam as marcas da desigualdade social e dos resquícios da escravidão. E é importante frisar que “não só os filhos, como membros isolados da família, são vítimas da estrutura da pobreza, mas famílias inteiras abandonadas, vítimas da exclusão e violência, em condições de pobreza, fome e miséria”, (COELHO, 2005, p. 232).

Ao atentarmos onde reside a maior parte dos jovens pesquisados, verificaremos que as residências de suas famílias estão alocadas nas periferias da cidade de Belo Horizonte, ou nas regiões metropolitanas da mesma, o que apresenta o cenário de segregação espacial que também delinea a existência desses sujeitos.

²⁶ Para Souza (2009) a *Ralé*, representa a classe de indivíduos precarizados, que se reproduzem e que estão fadados ao abandono social e político. Trata-se de uma classe explorada pela classe média e alta, e ainda, são caracterizados na vida pública como os indivíduos perigosos e/ou carentes. Ver Souza, Jessé de. *A Ralé Brasileira, quem é e como vive*.

Ao atermos ao pertencimento étnico-racial, aos contextos: social, familiar e urbano que caracterizam tais trajetórias, detecta-se que as precondições sociais, simbólicas, morais e materiais a eles lhes foram negadas e/ou restritas. Embora princípios meritocráticos queiram afirmar que isso nada reflete no percurso da trajetória humana, e que o motivo desses jovens não terem suas realidades transformadas, positivamente, é devido a incompetência individual dos mesmos.

Segundo Souza (2009), a ideologia meritocrática é a que impera no mundo moderno, em que aos pobres é destinada a culpa pelos seus próprios fracassos. Fato é que os jovens pobres, mais especificamente os adolescentes e jovens em situação de rua não vieram ao mundo com o amuleto da sorte, que lhes garante o nascimento em uma classe social privilegiada, que pudesse proporcioná-los oportunidades, recursos sociais, afetivos, materiais e simbólicos, já que “no mundo moderno os privilégios continuam a serem transmitidos por herança familiar e de classe”, (Souza, 2009, p.42).

Para os jovens pobres o amuleto recebido refere-se a um estigma que carregam no desenrolar de seus cotidianos. Estigma este que os caracteriza enquanto pessoas perigosas, delinquentes e/ou carentes.

“As pessoas acham que morador de rua é tudo ladrão, essas coisas, não é não. Tem nego que está na rua aqui porque não tem outra opção. (Kito, 18 anos).”

A fala do jovem expressa como a sociedade lhes envia e reforça esse estigma. Já outro jovem procura através de imagens nos revelar a reação da sociedade a eles. Akin ao fotografar dois espaços da cidade (foto abaixo) revela: *“tirei essas duas fotos porque quando chegamos nesses lugares, pensam que nós vamos roubar” (sic).*

Imagem 6 e 7 – Fotos tiradas por Akin.



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, ano (2013).

A mensagem social enviada para esses jovens vem reforçar o estigma e a não aceitação, ou melhor; proibição ao acesso, uso e apropriação dos lugares e equipamentos, quer sejam públicos, quer sejam privados. Esses jovens identificam que são vistos e nomeados pelo discurso social como marginais. Como nos afirma Orsetti (1987) jovens pertencentes as classes mais pobres se sentem incapazes não porque sejam, mas porque pessoas pertencentes a classes diferentes afirmam, em sua totalidade, que são incapazes, marginais.

Esses jovens são recorrentemente penalizados pelo fato de serem pobres, pelo fato de morarem nas ruas, justamente em consequência do descaso do Estado e da sociedade, sendo que esta última exige dos mesmos distância. Já o Estado prefere ignorá-los, eles não tem voz, são discriminados por um sistema que funciona para puni-los e não para efetivamente protegê-los.

O que se observa é que os jovens em situação de rua são invisíveis para a sociedade e Estado no que tange a necessidade de ofertá-los proteção. São lembrados e “visíveis” para receber estigmas, preconceitos, serem violentados fisicamente e/ou simbolicamente e não para serem visíveis enquanto sujeitos de direitos, como é proposto pelo ECA, (BRASIL, 1990). Trata-se de uma invisibilidade relativa, pois se no âmbito das políticas públicas aparecem invisibilizados, no tocante as políticas de segurança são fortemente identificados. Já a sociedade lhes emite um olhar daquele que passa e que os teme, trazendo para cena uma mão mais firme segurando a bolsa ou um vidro de carro que imediatamente se fecha, como bem expressa, (VARGENS, 2011).

Esses adolescentes e jovens tem vários motivos para estarem em situação de rua. Sentido este que ultrapassa a singularidade de cada um, mas diz de oportunidades que reflete no cenário social, econômico, cultural e histórico de vivência de cada um, como foi demonstrado a partir de elementos de suas histórias de vida.

Não quero dizer que os adolescentes e jovens em situação de rua não cometem atos infracionais e/ou crimes. Eles próprios afirmam que sim e na maioria das vezes como ato de sobrevivência e por não obterem chances de ser algo diferente do que o sistema vigente e a sociedade lhes “impuseram”.

Segundo Rodrigues (2008) o cometimento das transgressões pode ser entendido como forma de externalização das violências sofridas e a expressão da insatisfação e revolta em face do modo como são tratados pela sociedade. Como afirma Campos (1993) o transeunte que passa pelas ruas das cidades brasileiras identifica que a desordem está nas próprias crianças e adolescentes que fixam suas moradias nas ruas e não na situação que os “envia” para esse local. Os próprios jovens procuram suas formas de subversão à lógica dominante que lhes

rotula enquanto violentos e marginais. Observa-se assim, que a socialização que recebem trata-se de modos de ser e conviver marginais, são vistos e falados a partir desses estigmas, porém por meio de suas táticas de sobrevivências buscam inaugurar novas referências socializadoras. Um trecho do rap de um dos jovens nos acena para isso:

*Aqui galera
Pra poder me limitar
Me colocam na prisão
A prisão irmão
Não é o meu lugar. (Erasto, 15 anos)*

A prisão não deveria mesmo ser lugar desses jovens, porém vivemos numa sociedade que elege como criminoso, principalmente, o pobre e o negro. Quando acima menciono que as histórias de vida desses jovens expressam as marcas da desigualdade social e dos resquícios da escravidão, quero chamar atenção pelo fato dos jovens em situação de rua serem todos pobres, e em sua maioria, negros (as). Não se trata de um acaso, mas sim expressão de como o negro ainda ocupa um lugar de subalternidade em nossa sociedade, em que possui as condições mais precárias de existência, seja pelo viés moral, econômico ou social.

A presença negra na paisagem central urbana se dá via violação de direitos, isso se faz significativo ao nos aproximarmos de leituras que assinalam sobre os movimentos de luta e resistência dos negros no Brasil pela inclusão e ascensão social. De acordo com Wacquant (2001) penalizar a miséria significa invisibilizar o problema negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval do Estado.

Trata-se de uma lógica perversa em que o adolescente ou jovem quando apreendido é visto apenas como “criminoso” e não como em situação de violação de direitos, sua história pregressa pouco importa. O que está inscrito na biografia destes adolescentes e jovens é descartado, pois é obscurecido pela experiência da criminalidade precoce, (Adorno, 1993). Tais adolescentes e jovens são enxergados, por um “olhar ambíguo”, entendido aqui como um olhar que “vê”, “não vendo”, que julga, invisibiliza e rejeita a existência do outro. Nesse sentido, são vistos apenas quando violam o direito de alguém, porém se fazem invisíveis ao longo de toda uma trajetória, em que seus direitos, os mais diversos, permaneceram negados.

O adolescente ao cometer um ato infracional²⁷ é responsabilizado por isso e recebe uma das medidas socioeducativas, previstas pelo ECA, (BRASIL, 1990) caso possuir faixa etária até os 18 anos, e sendo um jovem acima da idade mencionada considera-se seu ato

²⁷ Segundo art.103 do ECA, ato infracional corresponde à conduta descrita como crime ou contravenção penal.

contra lei um crime, e assim é aplicada uma pena, conforme determina o Código Penal Brasileiro. E quando esses adolescentes e jovens se encontram em total desamparo tendo seus direitos, os mais diversos violados, onde estaria o responsável?

O que se verifica é que esses jovens são capturados por uma lógica que a todo custo marginaliza pobres e negros, e pouco ou nada faz para garantir aos mesmos seus direitos. Como revela Gonçalves e Brandão (2004), ao analisar o perfil típico de jovens infratores constataremos que trata-se de um grupo específico, oriundo de favelas e periferias, além de serem, em sua maioria, negros. Tais afirmações podem ser verificadas no contexto da cidade foco do estudo, através dos dados disponibilizados pelo Relatório Estatístico do CIA-BH²⁸, ano 2012, apresentando que dentre os adolescentes que cometeram atos infracionais no referido ano, 42,7% pertencem à raça/cor pardo; 29,5% deles pertencem à raça/cor preto e 16,1%, à raça/cor branco.

Os adolescentes pertencentes à raça/cor amarelo somaram 2,6% e à raça/cor indígena 2,1%. Além disso, 6,9% dos entrevistados não souberam ou não responderam. Fica evidente que a população negra que equivale a 72,2% incluindo os pardos e pretos, lidera tais estatísticas enquanto os ditos produtores da violência. Sabe-se que por trás desses números está o Estado com seus mecanismos de manutenção da desigualdade, controle, violência e racismo, destinando ao pobre e negro o “lugar” enquanto principal agente da violência.

O que pouco se apresenta é que dentre os atos infracionais praticados por esses jovens, tendo como referência o ano de 2012, 30,2% dos casos que deram entrada no CIA-BH não deveriam resultar propriamente em medida a ser executada pelo sistema nacional de atendimento socioeducativo - SINASE²⁹, 40,9% deles foram resolvidos em audiência preliminar, o que aponta para o fato de que a maioria dos atos infracionais atribuídos aos adolescentes são de menor potencial ofensivo.

No que se diz respeito aos atos infracionais cometidos em 2012, 24,1% referem-se ao tráfico de drogas; 17,1% o uso de drogas; 12,0% o furto; 6,5% o roubo e 6,0% lesão corporal. Os homicídios contabilizaram (0,3%) e as tentativas de homicídio (0,4%). Comparando-se

²⁸ CIA-BH - Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de ato infracional de Belo Horizonte/MG. O CIA/BH foi instituído através da Resolução-Conjunta nº 68, datada de 02 de setembro de 2008, em cumprimento ao disposto no art. 88, inciso V do ECA (1990), visando o pronto e efetivo atendimento ao adolescente autor de ato infracional. A instituição tem como objetivo maior agilizar e conferir maior efetividade à jurisdição penal juvenil, ampliando e facilitando o acesso dos jurisdicionados, tanto na área de apuração da prática de atos infracionais, quanto na aplicação e execução das medidas socioeducativas.

²⁹ Este confere ao poder estadual a execução das medidas socioeducativas privativas de liberdade: Semiliberdade e Internação. As demais, denominadas em meio aberto – LA - Liberdade assistida e PSC - Prestação de serviço à comunidade – são de responsabilidade de execução do município.

esses percentuais com o ano de 2011, constatou-se uma queda de 5,8% no tráfico de drogas, mas um aumento significativo na prática de atos infracionais contra o patrimônio, sendo 33% no roubo à mão armada; 15,2% no furto e 6,5% no roubo simples.

As estatísticas vem desmistificar que a juventude é violenta, ainda mais no que tange a prática de atos infracionais de alto potencial ofensivo. Além disso, pode-se pensar que a violência simbólica que a sociedade pratica cotidianamente a esses jovens acaba por retornar a ela mesma através da violência física que é praticada por eles. Acusam-se tanto os jovens como violentos e se esquece da violência que é enviada e exercida sobre essa população.

A penalização da juventude das camadas sociais precarizadas como bode expiatório da produção da violência urbana atual, tem sido um instrumento utilizado pelas elites para ocultar o aumento da desigualdade social, corrupção generalizada no poder público e ausência do Estado nas políticas sociais voltadas para a saúde, educação, moradia, saneamento, cultura, lazer, meio ambiente e trabalho. (MARQUES, 2010, p. 390).

Dentro da perspectiva abordada por Marques (2010), para alimentar um sistema neoliberal como é caso brasileiro, busca-se a todo custo criminalizar os pobres, fazendo com que a sociedade tema a infância, adolescência e juventude pobre, o quem vem sendo atenuado ao longo da história. Cabe destacar, pois, que ninguém nasce violento, torna-se violento, aprende-se a ser violento.

Como bem aponta Adorno (1993), a circulação dos jovens em situação de rua entre apreensões e a rua não faz nada mais a adaptá-los a essa vida. Com a criminalização da pobreza, a polícia e Estado para além de violentar vidas, favorecem mecanismos para que fortaleça o sistema penal. Pois ao invés de conter a prática de atos infracionais, acabam reforçando a lógica de reprodução de tais atos, já que “quanto mais se reprimem esses comportamentos, mais tendem a propiciar o desenvolvimento de resistência o que, a sua vez, significa a territorialização na delinquência, tornando certas crianças e jovens uma população conhecida nas investidas policiais”, (ADORNO, 1993, p.204).

A penalização dos jovens acaba camuflando a omissão do Estado na garantia dos direitos fundamentais. Se nos debruçarmos sobre as estatísticas de crimes cometidos veremos que somente 10% são cometidos por jovens. Além disso, apenas 1,09% dos jovens têm participação nos crimes mais violentos. Nesse sentido, pouco se questiona sobre o descaso do Estado frente a esses jovens que cumprem medidas socioeducativas, o histórico de vida dos mesmos, relativo às diversas violações de direitos, se faz desprezível. A maior parte deles, anteriormente à prática do ato infracional foi privado de ter condições dignas de moradia, de

saneamento básico, de educação, de ter acesso a lugares privilegiados, como vivências de lazer, de um atendimento a saúde de qualidade, dentre outros, como apresenta Rabelo (2013).

E outro ponto que merece ser mais enfatizado para esse contexto é a prevalência de jovens negros nos centros socioeducativos, configurando mais uma vez os efeitos do racismo em nosso país.

Nesse cenário, para os jovens pesquisados o acautelamento³⁰ é tendencialmente um destino. Na frase do Rap: “*Pra poder me limitar, me colocam na prisão*”, nos demonstra como esses jovens são controlados o tempo inteiro por um sistema que priva pela docilização dos corpos, como já nos dizia Foucault (1987), numa perspectiva que funciona como disciplinamento.

De acordo com Wacquant (2003) há um processo de *criminalização da pobreza* que elege e trata as classes subalternizadas como bandidos que devem ser dominados, controlados. Quaisquer de suas ações, culturas, saberes são vistos como crime e externalizados para os demais segmentos da sociedade como risco à ordem social.

De acordo com Souza (2009, p. 423), “a função real da prisão é criar delinquente de forma arbitrária, de tal modo que apenas as classes mais pobres sejam consideradas perigosas”. Conforme nos alerta o autor, há um não funcionamento das políticas para que a classe inferior continue existindo. E esta precisa existir para que o sistema capitalista vigente continue vigorando a todo vapor, basicamente: aos pobres e negros (as) punições e restrições, e as classes mais abastadas cada vez mais privilegiadas.

Para uma melhor compreensão da história de vida dos jovens pesquisados cabe, pois, procurar revelar a desigualdade social que está explicitamente condensada na realidade desses sujeitos. Para a reflexão sobre a desigualdade social, um dos movimentos necessários é destituir sua correspondência à mera má-distribuição de renda. Em conformidade com as ideias de Souza (2009) tal argumento é frágil e isola toda a complexidade embutida no cenário de vida dos sujeitos pobres. É importante distanciar da compreensão apenas econômica para o entendimento da desigualdade e ir em direção aos fatores não econômicos envolvidos. Trata-se de refletir sobre a gênese e reprodução do fenômeno da desigualdade no tempo, ao invés de acostumar com a sociedade em que vivemos que “naturaliza a desigualdade e aceita produzir gente de um lado e subgente de outro”, (SOUZA, 2009, p.24/25).

³⁰ Acautelamento é um termo utilizado para designar que o adolescente, entre 12 e 18 anos, foi apreendido devido ato infracional em um dos locais de execução das medidas socioeducativas em meio fechado, mais especificamente, nas chamadas: casas de semiliberdade e/ou nos centros socioeducativos de internação ou internação provisória (CEIP). Tal termo é similar ao aprisionamento, destinado aos adultos que cometem crime.

A “produção” de uma *subcidadania*, segundo Souza (2003) é fomentada através da perpetuação da violência simbólica que as classes pobres sofrem. Souza (2009) atenta para esse tipo de violência muda e silenciosa que afeta dezenas de milhões de brasileiros e questiona:

Porque chamar de “violência” apenas aquilo que a TV, os jornais e revistas, na sua busca frenética de manipular o medo público de modo sensacionalista como meio de angariar clientes e lucro, chamam de violência? Porque apenas a “violência espetacular” das perseguições, tiros, balas perdidas concentra a atenção e foco de todos? Esse amesquinamento do olhar seletivo é o próprio fundamento da manutenção de uma ordem excludente e perversa que só pode se manter enquanto tal, de modo legítimo, se conseguir, precisamente, “eufemizar”, mitigar, diminuir os conflitos sociais de forma a torná-los circunscritos e parciais. (SOUZA, 2009, p. 98).

Segundo o autor, tal “miopia” do olhar seletivo é que acaba por consolidar um debate público que frequentemente transforma questões sociais em questões de polícia. A afirmativa de Souza (2009) contribui para verificar como adolescentes e jovens sofrem com a existência do envio desse olhar. Foi recorrente durante a pesquisa de campo os relatos dos jovens em relação às intervenções policiais.

“Polícias fazem as coisas com a gente e ninguém faz nada. Ontem mesmo deram choque nos meninos porque eles correram. Eles vão onde dormimos todo dia encher o saco, não sei pra que isso. Bate na gente a toa! [Silêncio] Ficam ameaçando a gente, dizendo: não quero ver vocês aqui não! Dr. Valéria³¹ determinou que não quer vocês na região hospitalar! Peguei e falei pra eles: nós não estamos na pracinha, estamos aqui do outro lado dormindo, longe da pracinha. Porque é assim, na pracinha eles não gostam que a gente fica não, na Praça Werneck, aí a Dr. Valeria mandou fazer um arrastão na época quando ficávamos lá. Ela falou que ia tirar todo mundo da rua e ia dar internação³² em todo mundo. E deu internação na metade dos meninos. (Shena, 15 anos).”

É perceptível através da fala de Shena o quanto esses adolescentes e jovens ficam a mercê da violência policial, além de contarem com uma proteção que ao invés de ancorar-se no ECA (BRASIL, 1990), resgata práticas de controle e punição do anterior código de menores, o que coloca esse público num estado de *subcidadania*, como descrito por Souza (2003).

Nesse contexto, Rodrigues (2008) revela que a realidade de adolescentes e jovens em situação de rua está aquém do gozo dos direitos, configurando uma condição de não-cidadania. A não-cidadania, explicitada por Rodrigues (2008) se articula ao entendimento

³¹ Dr. Valéria é a juíza titular da Vara Infração da Infância e Juventude da capital mineira.

³² A internação refere-se a uma das medidas socioeducativas previstas pelo ECA (1990), arts. 121 à 125.

sobre a subcidadania ou subgente relatado por Souza (2003), já que se faz visualizando a existência da dominação simbólica que postula de forma desarticulada uma concepção acerca do valor diferencial dos indivíduos, ancorada via meios institucionais. Segundo o autor, considera-se mercado e Estado as instituições centrais na promoção dessa dominação por meio de prêmios e castigos, sob a forma de salários, lucros, emprego, repressão policial, imposto, etc – “a imposição objetiva, independentemente de qualquer intencionalidade individual, de toda uma concepção de mundo e de vida contingente e historicamente produzida sob a máscara da neutralidade e objetividade inexorável,” (SOUZA, 2003, p. 180).

De acordo com o autor tal hierarquia valorativa pautada institucionalmente, mas de maneira invisível é que irá definir quem é ou não “gente”, ou “cidadão”. Em sociedades periféricas modernizadas de fora para dentro, como é o caso brasileiro, o ser considerado “gente” será o “europeu”. O termo europeu utilizado por Souza (2003) atribui-se a europeidade, no seu sentido preciso, retratando não um fenótipo ou tipo físico, mas ao lugar que irá segmentar a sociedade em classificados e desclassificados sociais.

A *ralé* ocupa o lugar enquanto desclassificados sociais, carregando consigo um estigma inato, seja do abandono, seja da delinquência o que acaba por tamponar os conflitos sociais que fazem parte da lógica hegemônica. Dessa forma, “a sociedade do mérito pune severamente todas as pessoas que não se enquadram em seu perfil preferido, reservando a estas os piores lugares na hierarquia moderna do status e da dignidade”, (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 25).

Há uma legitimação da desigualdade injusta em qualquer sociedade moderna, sendo a brasileira, reflexo de uma modernidade capenga, como enfatiza Souza (2009). O autor chama atenção para necessidade de recusa do moralismo politicamente correto, pois este proíbe de ver a miséria como algo também moral e muito além da questão econômica. Para ele se faz importante não deixar opacas as razões da dominação social, em que aos pobres acontece um tipo de integração subalterna.

Desse modo, podemos detectar que os jovens pesquisados expressam pelas suas trajetórias o lugar de subalternidade que ocupam em nossa sociedade. Lugar este que reflete sua condição social precária, seu pertencimento étnico-racial enquanto negro, seus vínculos fragilizados e/ou rompidos com a escola, família, entre outras instituições fornecedoras de bens culturais e simbólicos importantes para constituição de suas identidades. São os eleitos pela exclusão, exploração e violência. Fato é que toda nossa dinâmica social se forma em processos de “exclusão para incluir”, como nos aponta Martins (2003).

Inclusão esta que se dá de maneira perversa, precária, desconsiderando os sujeitos pobres totalmente das lógicas de produção. Assim, os discursos recorrentes sobre as crianças, adolescentes e jovens em situação de rua operam de forma a defender que estão totalmente fora dos meios de produção, ou fora do sistema, e, portanto, cabe a estes serem eliminados. No entanto, tais ideias difundidas pelo pensamento social hegemônico acabam descartando, que por diversos modos, eles acabam participando nos circuitos de produção, sem que haja mudança na sua condição de subalternidade, como pontua Martins (2003).

O autor nos incita a pensar numa nova desigualdade, afirmando não existir exclusão e sim contradição. Para ele, existem vítimas de uma dinâmica vinculada a processos sociais, políticos e econômicos excludentes; há o conflito pelo qual a vítima exclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa, e sua reivindicação corrosiva.

A ideia de exclusão para Martins (2003) não passa de um fetichismo. Para o autor, a exclusão nada mais seria do que a substituição da ideia sociológica de processos de exclusão para processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização. O autor aponta que as políticas econômicas atuais, no Brasil e em outros países que seguem o que está sendo chamado de modelo neoliberal, implicam propositalmente uma inclusão precária, instável, marginal.

Tal modelo neoliberal, pautado pelo autor vem acentuando as oportunidades desiguais aos sujeitos “incluídos” de forma sub-humana, o que favorece lugares residuais aos sujeitos sociais no âmbito da sociedade brasileira construída frente a hierarquias, onde sempre haverá um outro, naturalmente inferior, sujeito a formas de controle e dominação, (VARGENS, 2011).

3.3 Reinvenção do espaço e expressão da arte de sobrevivência nas ruas

Segundo o dicionário Aurélio a rua é uma via pública para circulação urbana, total ou parcialmente ladeada de casas. Logo, quando pensamos em rua, podemos perguntar o que tem naquela rua? Qual o nome daquela rua? Quem mora naquela rua? Eis, pois que rua e casa também se associam.

Da Matta (2000) nos propõe pensar a rua sendo uma extensão da casa. O autor aborda essas duas categorias – casa e rua- como sociológicas, enfatizando que:

Quando digo então que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de possibilidade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DA MATTA, 2000, p.15)

O autor chama atenção para o fato de que a relação existente entre as duas categorias abarca a concepção de espaço moral. Para Da Matta (2000) a moral e os bons costumes estavam ligados ao espaço da casa. Na casa, de acordo com o autor se poderia ter opinião, chamar a atenção, ter expressão, enfim, atos que, na rua, seriam condenados. Enquanto a rua possui oposição a casa, representada pela fluidez e movimento, nela se encontram os indivíduos anônimos, vigorando também nesse espaço o discurso da impessoalidade, onde os segmentos dominantes como bem lembra Da Matta (2000), tendem a tomar o código da rua para produzirem a fala totalizada. Fala esta que baseia em mecanismo impessoal, simbolizado: pelo modo de produção, luta de classe, subversão da ordem, enfim, a lógica do capitalismo.

Como aborda Vargens (2011), dentro do contexto do capitalismo podemos verificar que as ações do Estado se propagam, não via mera restrição do acesso à cidade, mas sim em empreender ações que oferecem um acesso seletivo, regulado e prescrito. Verifica-se assim, que sob a égide do capital a rua e/ou ruas da cidade são colonizadas pelo poder, ocasionando assim a subdivisão dos usos, acessos e apropriações do espaço da rua – entre rua autorizada para uns e rua negada para outros.

Para Da Matta (2000), na rua é possível sermos desrespeitados por aqueles que representam a autoridade, pois somos vistos por eles como subcidadãos. Por não termos voz ficamos na condição de subcidadãos, apresentamos um comportamento dúbio ao jogarmos o lixo e sujarmos ruas e calçadas, sem cerimônia, e ao desobedecermos às regras de trânsito. Para tanto, o que o autor revela é que não se recria na rua o mesmo espaço caseiro e familiar, não se vê a rua como espaço público, no sentido de: pertence a todos, espaço comum, de todos.

Como relata Da Matta (2000), a nossa sociedade tem uma cidadania em casa, outra no centro religioso e outra na rua. Dentro desse contexto, o autor relata que determinadas expressões marcam a distinção entre casa e rua: “vá para a rua!”; “vá para o olho da rua!”; “estou na rua da amargura!”. Essas expressões denotam rompimento e solidão. Mandar

alguém ir para “o olho da rua” significa rompimento e deixar alguém “na rua da amargura” significa solidão, desproteção, estar sujeito às normas vigentes da rua.

Da Matta (2000), ao abordar a casa e a rua como categorias sociológicas, não as faz como oposição absoluta, visto que as mesmas se reproduzem mutuamente, pois também na rua há espaços ocupados no sentido da casa, onde determinados grupos sociais vivem como se estivessem em casa. Nesse sentido, o que motiva estudar a rua é justamente o fato de esse espaço compor tais contradições. A rua, pois, além de trazer à tona as demarcações entre espaço público e privado, é um “palco” de constantes trocas sociais, cena de vários atores que a ocupam e apropriam de formas distintas. Vendo a rua a partir dessa visão encontramos sustentação em Sposito (1993) quando a autora afirma que:

De algum modo, a rua se inscreve na sociabilidade urbana, em vários momentos da vida das cidades, mas ela se reveste de especificidades históricas que precisam ser consideradas e examinadas na interação com outras instituições socializadoras. Nos últimos anos, as ruas de grandes cidades como São Paulo se transformam em local de trabalho e moradia, passam a ser ocupadas por crianças e adolescentes, excluídos da sociedade que lhes nega o direito à vida em família, à escola e, sobretudo, o direito de serem crianças. (SPOSITO, 1993, p.166)

Dentro dessa perspectiva, encontra-se a importância de analisar a rua enquanto representante da espacialidade das relações sociais gestadas pelo grupo de adolescentes e jovens em situação de rua. Como afirma Cabral (2005), enquanto para uns a rua é simplesmente passagem, para outros a rua é mais que um itinerário. Segundo a autora, a rua retrata um cenário de contínuos acontecimentos, em movimento constante, e por esse motivo nela a vida social se manifesta. A rua de acordo com a autora revela formas de apropriações e temporalidades, pois guarda em si “vivacidade”. Assim, “ruas e esquinas de um mesmo bairro ou em relação aos espaços do centro traduzem diversas formas de viver, conceber e imaginar o tecido social e o uso do espaço”, (SPOSITO, 1993, p.167).

No caso desse estudo, para o público específico que me propus pesquisar, a rua “representa um espaço público de realização da existência pessoal a que outros espaços, privado e público – família, escola e trabalho – estão impedidos de oferecer: a emancipação precoce”, (ADORNO, 1993, p. 201). Os jovens em situação de rua demonstram virem para as ruas em busca de outros espaços socializadores para além da família, já que os recursos e vínculos até então nesse contexto constituíram-se precariamente. Assim, os jovens pesquisados usufruem da rua, sobremaneira, reinventando esse espaço enquanto local de sobrevivência. Sendo que nas ruas, sobrevive quem é capaz de “se virar”, como nos apresenta (Gregori, 2000).

Dessa forma, os relatos dos jovens nos ajudam a compreender o que significa a experiência tecida na rua.

“Na rua aprendi a me virar, a não dar mole”. A rua ensina você a ficar esperto.” Kito (18 anos).

“Na rua aprendi a virar homem, a não dar mole”. (Sule, 21 anos)

Diante os relatos coletados, observa-se que a prática de viração exposta por Gregori (2000) torna-se uma exigência a ser assumida para os sujeitos pesquisados. Nas falas dos mesmos, observa-se que estão implícitos os riscos inerentes à situação de rua, obrigando assim, a desenvolverem uma série de expertises nessa trajetória. A expressão que se repete nos dois discursos “aprendi a não dar mole”, parece nos evidenciar isso.

Para além das falas, a viração é traduzida em diferentes ações que os jovens estabelecem no espaço das ruas. Recriam os espaços e as formas de relação, seja para, dormirem, tomarem banho e/ou para se alimentarem. Esses jovens se viram, seja através do trabalho precoce, roubos, das doações, ou via o simples pedir, como mostra a foto tirada por uma das jovens. A fotografia abaixo apresenta um dos locais que os jovens recebem comida.

Imagem 8 - Foto tirada por Tayó.



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, ano (2013).

Para além do pedir, em alguns momentos, esses jovens recebem comida no próprio espaço das ruas, na Avenida dos Andradas. Em um dos dias em campo, presenciei um funcionário de um hospital da redondeza levar de bicicleta almoço para os mesmos. Ainda assim, a recriação das formas de ter acesso ao alimento se fez necessário. Sem talheres, quebraram a tampa do marmiteix, que era de isopor, para fazerem as colheres. Documentei

também, outros momentos em que os jovens chegavam apenas com um marmitex no espaço das ruas e esse era dividido entre vários jovens, passado de mão em mão. Demonstravam solidariedade entre eles, compartilhando com muita tranquilidade a comida, seja um único marmitex, como também o lanche, esse último observado em outros momentos em campo. A alimentação deles advinha também dos pequenos roubos, que relatavam fazer em alguns estabelecimentos da cidade, a fim de garantirem o que deveria ser resguardado - o direito à alimentação - como prevê o Estatuto da criança e do adolescente. O que acontece é que crianças e adolescentes em situação de rua se desenvolvem tendo que gerir suas vidas de acordo com as necessidades que vão aparecendo em seus cotidianos.

Com base nas ideias de Marchi (2007), constata-se que a autonomia de que expressa seja a criança e/ou adolescente em situação de rua não é fruto da conquista de seus direitos, mas sim, decorrente, sobremaneira, das privações e restrições dos mesmos. Mas, mesmo dentre as várias violações de direitos sofridas, os jovens seguem tentando resignificar as violações sofridas, somando esforços para recompor a vida no espaço das ruas.

Quando não tomam banho no CRCA - Miguilim, relatam que tomam banho em qualquer lugar que tenha água, local onde alguns dos meninos lavam carros (tobogã), ou na Praça Raul Soares. Sobre o tobogã, trata-se do uso dos fundos de uma funerária. Esta funerária possui um corredor, eles fecham o portão e tomam banho com uso de uma mangueira. Lá revelam ser propício para escorregar.

Imagem 9 – Foto Tobogã - (um dos locais onde os jovens tomam banho)



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, ano de 2014.

Observa-se, pois, que esses jovens criam táticas para suprirem suas necessidades básicas compondo movimentos de resistência no cenário do espaço urbano. Ainda assim, da necessidade recriam possibilidades de lazer frente a dispositivos precários. Como apresenta Vargens (2011) os jovens em situação de rua encontram brechas para outras lógicas que não a de ordem hegemônica para estarem na cidade, sabem muito mais da vida do que imaginamos, dos mecanismos de poder e das táticas de sobrevivência. A relação que os jovens pesquisados estabelecem com a cidade nos traduz uma procura de identificação com esse território. Nota-se que esses jovens são de fato sujeitos da experiência, que junto com seus pares constroem conhecimentos e modo de estar no mundo, até então não imaginados. A existência do protagonismo deles advém das constantes invenções e autonomia que expressam para lidarem com tamanha adversidade que esse espaço comporta. No período noturno, por exemplo, presenciei a cena, em que alguns dos jovens chegavam com caixas na mão e ao aproximar do local onde iriam dormir (Av. Andradas) abriam as caixas e as estendiam no chão. Após deitaram e compartilharam cobertores. Outros me relataram dormir próximo da Praça Sete, inclusive denominaram tal espaço para mim como a cede.

“Eu fico na cede, praça sete, durmo dentro do banco, tem um menino que tem o cartão do banco [...] aí passamos o cartão e dormimos no Itaú, hotel cinco estrelas. A gente não rouba pensando só no dinheiro não. (Kito, 18 anos).”

O que se observa é que esses jovens na situação em que encontram promovem ainda esforços para se protegerem. Lutam pela não desumanização de suas existências. Nesse sentido, Vargens (2011) assinala que os jovens em situação de rua criam e recriam movimentos de resistência frente ao espaço urbano, constroem táticas para estarem na paisagem urbana central, até então, “destinada” historicamente às classes dominantes. Como não enxergar o protagonismo expresso por eles?

As atitudes subversivas que apresentam os colocam em contato com um protagonismo para além de situações e ações qualificadas como politicamente corretas. Eles são, sem dúvidas, autores de formas inventivas de vida. Nessa direção, cabe bem o questionamento de Marchi (2007) quando questiona o fato de que a criança e/ou jovem pobre em nossa sociedade são vistos como atores sociais, somente pela ação desviante que praticam. A autora destaca que em nosso contexto brasileiro, o sentido político, de ator social, somente é reconhecido à infância e juventude pobre, portanto, como “desvios” de um comportamento socialmente sancionado ou aprovado. Ou seja, são vistos como malfeitores. Os que estão do lado (ou efetivamente são) do mal. Tais concepções pela autora são descritas como complexas,

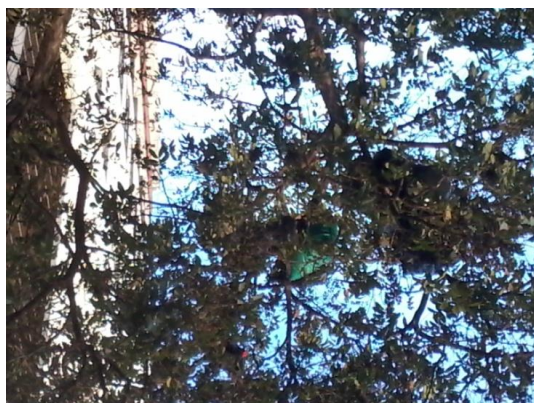
necessitando problematizar o uso dessas classificações: do bem e do mal, certo e errado principalmente por estarem ligadas a valores universais, carregando assim, um viés dicotômico que se encontra alicerçado aos valores não somente ocidentais, mas antropologicamente humanos. Tal visão é expressa por nossa sociedade, o que acaba fazendo com que os jovens pesquisados sejam reduzidos a estigmas que ocultam a realidade de suas histórias em toda sua amplitude.

Portanto, para compreendermos o protagonismo dos jovens em situação de rua é preciso ir além do conceito que o associa a uma forma de participação política. Os jovens pobres com os quais esse estudo dialoga possuem formas diferentes de atuação social e de inventariar suas vidas.

Encontra-se nos estudos de Abramo (2000), a afirmação de que formas não convencionais de participação política já vem ocupando um lugar de destaque em nossa sociedade. Dentro dessa perspectiva, Corti e Souza (2005) esclarecem que novas formas de política podem se expressar, não só entre os jovens, mas também, em toda a sociedade, e em todos os segmentos juvenis, até mesmos os jovens pobres, antigos menores.

Muitos jovens através de diferentes ações vêm afirmando outras formas de funcionamento e de organização, que fogem às pré-estabelecidas. Essa juventude pobre e marginalizada cria e inventa outros mecanismos de sobrevivência e luta, resistindo às exclusões e destruições que vivenciam diariamente em seu cotidiano, e conseguindo, muitas vezes, escapar ao destino traçado pela lógica do capital e entendida como inexorável e imutável. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p. 35-36).

Evidencia-se assim, sobremaneira, várias tentativas dos jovens pesquisados de subversão à lógica dominante, demonstradas a partir da criação de inventos para que a vida nas ruas, mais especificamente, na paisagem central da cidade seja de algum modo possível. Esses jovens nos mostram novas formas de participação social, dedicam em alcançar experiências alternativas para seus processos de socialização, deixando marcas onde passam. Desse modo, expressam guardar seus pertences em bueiros, ou até mesmo uma árvore torna-se esse lugar, como nos mostra a foto abaixo.

Imagem 10 – Árvore (um dos locais onde guardam pertences)

Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, ano 2013.

Aliado as formas de sobrevivência criadas por esses jovens e expostas acima, identifica-se também o roubo e a droga como elementos constituintes dessa realidade. Sobre a droga, um primeiro ponto que merece atenção é que nem todos os jovens pertencentes do grupo pesquisado as utilizam, como pode-se citar Shena e Tayó, já Sule revela utilizar ocasionalmente. De fato, no período em campo, não observei o uso de drogas pelas duas jovens citadas, apesar disso, afirmaram que já haviam utilizado drogas no início de suas trajetórias de vida nas ruas.

De certa forma, tal constatação nos provoca a ir além de afirmativas do senso comum, que recorrentemente aduz que adolescentes e jovens vão para as ruas por conta de tais substâncias. Entretanto, mesmo que as jovens afirmem a interrupção do uso de drogas, Silva e outros (2010) nos alertam que o uso de drogas psicotrópicas entre a população de crianças e adolescentes em situação de rua não devem ser caracterizado somente como eventual ou esporádico, pois, segundo os autores, estudos descrevem o quão presente a droga está no cotidiano desse público e ressaltam os diferentes problemas em nível orgânico, social e psicológico que são produzidos por tais usos. Além disso, nos atentam para o aumento de uso excessivo de crack pela população infanto-juvenil em situação de rua. Contudo, Silva e colaboradores (2010) relatam que pouco se sabe sobre as alterações longitudinais no uso de drogas, entre crianças e adolescentes em situação de rua, especialmente, pela dificuldade de acompanhar este público ao longo do tempo, e conseqüentemente, devido baixo número de estudos sobre o assunto.

Nesse contexto, dentre os jovens pesquisados que utilizam drogas, o thinner é a droga de uso mais frequente. Nas observações em campo, a presença do thinner, pelos que o usavam

fazia com que os diálogos fossem atravessados pelos seus efeitos, em alguns momentos dificultando até mesmo o entendimento sobre o que queriam dizer. Houve momentos que o thinner abafava o que queriam dizer, às vezes diziam as palavras, mas o som não saía. A intensidade do uso se dava muito relacionada ao “clima” da rua, quando o dinheiro recebido naquele dia era pouco, ou se havia acontecido alguma briga entre eles, ou a morte de algum membro do grupo em situação de rua.

Verifiquei que para alguns dos jovens, como é o caso de Kamau (14 anos) e Akin (15 anos) o uso de drogas aumentava no dia que verbalizavam a expressão “*hoje eu tô bolado*”. Nesse contexto, a droga se faz presente como “[...] um forte aliado para o desejo de fuga do menino de rua: fuga da fome, do frio, das emoções. Um escudo, um casulo, ‘uma casaca’ que serve para proteger sua fragilidade da hostilidade de um mundo que às vezes o ameaça. (DINIS, 2000, p. 2)”.

Em linhas gerais, o uso da droga pelos jovens pesquisados parece relacionar-se, de fato, a forma de suportarem a rua na medida em que o frio, a fome e/ou a solidão falam mais alto. A droga parece trazer um alívio imediato de todo o sofrimento que expressam pelo fato de estarem naquela situação, uma forma de dar lugar a revolta que carregam dentro de si, de suprir o afeto negado. Nessa direção, “a fragilidade do suporte social é um fator que contribui de maneira significativa para o alto índice de uso de drogas no contexto das ruas”, (NOTO ET AL, 1998, p. 340). Para o referido autor, os fatores principais que levam o público de crianças e adolescentes em situação de rua fazerem uso de drogas circula entre a obtenção da diversão ou prazer, esquecimento da tristeza, pelo fato de seus pares utilizarem, e por fim, pela sensação de sentirem mais soltos, desinibidos. Akin (15 anos), por exemplo, em um contexto de observação no espaço das ruas expressa: *A droga é meu amor*, (sic). Nesse contexto, as drogas parecem suprir não somente as carências materiais, mas também as de ordem afetiva. Vinha observando que Akin emagrecia muito no decorrer da pesquisa, demonstrava que a droga era o que sustentava o cotidiano dele naquele espaço. Akin em outros momentos que parecia estar sob uso mais intenso de drogas revelava estar bolado ou não ter dormido bem à noite. Acredita-se que muitas das intempéries que a vida nas ruas traz eram de, algum modo, amenizadas através do consumo de drogas, principalmente o thinner.

Nesse aspecto, o diálogo com Silva e demais autores (2010) se faz interessante, visto que para eles o uso de drogas por crianças e adolescentes em situação de rua pode tratar-se de uma estratégia para enfrentar e suportar os sentimentos negativos e/ou eventos estressores, que o contexto de vidas nas ruas impõe.

Portanto, era recorrente estarem no espaço das ruas parados ou circulando, sob posse de garrafas de thinner. Registrei, em várias idas a campo, a presença de alguns dos adolescentes e jovens no espaço das ruas deitados, ou sentados usando thinner, observando o que se passava naquele espaço da cidade.

Na rua não se tem hora certa para fazer o que se quer, nem se é obrigado a fazer ou deixar de fazer seja lá o que for. Viver na rua significa, pois, não ter pai, nem patrão. Por isso, além de tomar com o tempo e espaço uma liberdade inconcebível para o menino de casa, consegue-se alcançar uma antecipação considerável na capacidade de se dispor do próprio corpo, no que se refere às relações sexuais e ao consumo de drogas. (VOGEL; MELLO, 1996, p. 145)

Além das observações sobre o uso de drogas pelos jovens pesquisados, identifiquei também o repúdio que alguns dos próprios jovens fazem as drogas, a partir de suas próprias experiências de consumo, como verbalizam Tayó e Nyota.

“Teve uma época que tive overdose de tanta droga que usei. Depois parei de usar. Vi que isso não era vida para mim não. Tayó (16 anos)”

“É triste ficar na rua, eu ia e voltava para casa, fiquei assim muito tempo, aí resolvi usar droga. Resolvi ficar só na rua. Já fumei crack, mas hoje não fumo mais, não sou doida de usar esse trem mais. Nyota (19 anos)”

Como os registros revelam para essas jovens o fato de terem vivenciado a experiência do uso, fez com que pudessem elaborar uma crítica acerca do consumo das drogas, inclusive chegam a fazer alusões negativas a essas substâncias. Todavia, como afirmam Silva e outros (2010), em muitos casos o uso de drogas é feito para conter as lágrimas e ocupar um vazio, oriundo de uma história de negligência, abandono, violência e inexistência de oportunidades experienciais para crianças e jovens.

O outro fator que perpassa a trajetória de vida dos jovens em situação de rua e exprime umas das maneiras de sobrevivência é por meio da prática dos atos infracionais. Sobre esses atos é marcante perceber as contradições referentes a estas práticas e como esses jovens a significam. Um dos jovens, por exemplo, ao indagado como consegue dinheiro nas ruas afirma:

“Eu não peço não, eu vou à luta, eu roubo. A gente corre atrás. [...] Roubar dentro de estabelecimento é mais fácil, o dono de lá tem dinheiro pra repor, é melhor, por que às vezes você rouba alguém na rua e a pessoa é pobre. (Kito, 18 anos)”

É interessante observar que existe o lado positivo que atribuem ao roubo, em contraponto o simples pedir, parece que o ato traz a sensação de que conseguem assim deslocar-se de uma posição de dependência do outro, mas sim revela a conquista própria de algo.

Segundo Leite (1991), crianças e adolescentes em situação de rua percebem claramente a diferença entre receber e tomar. Receber representa um ato passivo e de submissão, enquanto tomar significa um ato ativo e de participação. Por esse motivo, talvez, é que eles furtam nas ruas, aliado a uma sensação de aventura e diversão, mais do que o pedir.

Além disso, nota-se a preocupação de Kito em roubar num estabelecimento, pois, segundo ele, traria menos prejuízo e não correria o risco de roubar alguém pobre. A fala do jovem nos revela a interiorização de valores que atravessa a prática do ato infracional por ele cometido. Além disso, Kito como também outros jovens, revelaram roubar na companhia de colegas de rua, o que segundo eles aumenta a chance de terem “êxito” no ato praticado.

Como aponta Vogel e Mello (1996) o furto e roubo pressupõe a turma, sendo ambas, atividades que envolvem técnica e saber. Trata-se de habilidades que precisam ser aprendidas e treinadas, e é na turma que esse aprendizado nasce, tornando possível distinguir o quê, de quem, como e quando furtar ou roubar.

“A rua ensina os outros a usar droga, roubar [...] o cara aprende a roubar, mas roubar ensina a gente ficar esperto. (Kito, 18 anos)”.

Na rua esses jovens aprendem tanto coisas positivas como negativas, como, por exemplo, não dá para negar que a "escola do crime" também os ensina, por mais que seja pelo caminho mais perverso, cruel. Ao mesmo passo, diante do processo de exclusão/inclusão precária que marca as trajetórias dos jovens pesquisados, estes lançam mão do cometimento de atos violentos em busca da obtenção de um capital viril, procurando assim escapar das artimanhas sociais que encobrem suas existências, como pontua (MARQUES, 2010).

Afirma o autor, que mediante a lógica viril, os homens das classes populares - ao serem excluídos do mercado de trabalho, produção e consumo – se veem, sobretudo, vulneráveis, o que por sua vez, coloca a masculinidade dos mesmos em jogo. Desse modo, negadas suas oportunidades de trabalho e ascensão social, os jovens pesquisados encontram a violência como forma de representarem sua masculinidade, já que na sociedade em que vivemos, ainda sobrevive o estereótipo de que agir é coisa de homem e conversar coisa de mulher. Nesse âmbito, é interessante enfatizar que algumas das meninas, principalmente

Shena e Tayó, andavam de bermudas, bonés e faziam cortes nas sobrancelhas. Ao indagá-las sobre o corte na sobrancelha verbalizaram: *“Esse trem é de homem”* (sic).

Como aponta Marques (2010) as meninas em situação de rua costumam se masculinizar, utilizando calções e bonés a fim de esconderem traços de um viril predominante. Observei, assim, que a forma das jovens se vestirem e se cuidarem oscilava, ora faziam as unhas nas ruas e usavam roupas mais femininas, ora procuravam-se através de roupas e ações se masculinizarem, o que pode ser explicado como maneira de se protegerem contra atos sexuais violentos, como pontua o referido autor, como também como forma de obtenção de uma performance útil durante o cometimento dos atos infracionais praticados. Para dialogar com tais pontuações, temos abaixo o relato de uma das jovens:

“Ontem mesmo um policial já chegou falando de uma parceira nossa. Já chegou esparrando, chamou ela de puta e disse que se ela descesse pra Savassi iria encher ela de coro. Pra falar assim, ele já deve ter feito alguma coisa com ela. Um deles disse que se eu e Shena ficássemos na hospitalar eles iriam levar a gente de quebrada. Eu queria gravar isso que eles fazem, na hora que eles estiverem me batendo ou falando essas coisas. Eu já pensei em gravar em telefone, mas não tenho. (Tayó, 16 anos)”.

A fala de Tayó apresenta não só relatos sobre a violência física advinda dos policiais, mas indícios, mesmo que nas entrelinhas da presença do cometimento de violências sexuais o que acentua a vulnerabilidade que marca suas vidas no contexto em situação de rua. Ao mesmo passo, como lembra Marques (2010) o público em situação de rua encontra-se fragilizado não apenas nas ruas dos grandes centros urbanos, mas, sobretudo, nos becos e ruelas das periferias e favelas das cidades.

A precariedade da condição socioeconômica das suas comunidades e das suas famílias pode gerar rupturas de vínculos, fragilidades e busca de estratégias de sobrevivência muitas vezes cruéis, como é o caso do trabalho infantil pela via do narcotráfico, exploração sexual, assaltos e furtos, dentre outros. (MARQUES, 2010, p. 398)

Observa-se em diálogo com as afirmações de Marques (2010) que os jovens pesquisados encontram-se vulneráveis a diversos fatores de risco em seus contextos de origem, em que a pobreza acaba por privá-los de condições básicas de vida, o que na rua acaba se acentuando. Embora se verifique que no âmbito da rua esses jovens encontram brechas para existir, para que o brincar aconteça, mesmo que por via da conciliação com o trabalho precoce.

Nota-se que o trabalho desenvolvido pelos jovens pesquisados se dá via atividades ilegais ou informais, como exemplo, os furtos e/ou roubos e a atividade de lavar e/ou vigiar carros. Sobre os trabalhos informais revelam que o centro da capital é um dos locais de possibilidade para exercerem tais atividades. Um dos jovens expressa basicamente o seguinte:

“O centro é capital de giro. É um lugar bom pra trabalhar. Aqui no centro a pessoa só não ganha dinheiro se ela não quiser. Bolsa família mesmo, esse negócio é lero, lero. Setenta reais por mês? O que é que você faz com setenta reais? Setenta reais eu gasto em dois dias. E assim...no centro eu posso jogar minha bola quando dá no parque municipal. (Sule, 21 anos)”.

Sule demonstra que, de alguma maneira, a fixação de sua “moradia” nas ruas do centro da cidade, acaba por oferecer mais oportunidades de trabalho. Porém, essa forma de trabalho não deixa de ser produto de um sistema que *exclui para incluir* via um trabalho subalterno e que acaba por alimentar um tipo de socialização precária, ligada a experiências através da ilegalidade ou da informalidade. O jovem apresenta questionamentos pertinentes acerca do benefício que é oferecido aos moradores de rua, num valor irrisório de setenta reais, o que vem colocar em xeque a ineficácia de políticas sociais efetivas para a situação de vida nas ruas. Para além do centro da cidade ofertar mais chances de vínculos com o trabalho mencionado, observa-se na fala do jovem que também proporciona vínculos com o lazer, antes não existentes na região em que morava. Os jovens residindo nos bairros de origem distantes dos equipamentos de lazer e cultura, acabam por ter a rua como ambiente de diversão mais relevante para suas vidas. Assim, a vinda para a paisagem central acaba por ampliar as possibilidades de experiências culturais e de lazer.

Desse modo, Castro (2004) lembra-nos que os jovens pobres convivem com a distância dos bens simbólicos da cidade, o que restringe suas possibilidades de ampliação dos horizontes culturais e/ou educacionais.

Assim, à mobilidade pela cidade cabe um diferencial enorme no tocante a como cada grupo socioeconômico de crianças e jovens se restringe ao local de moradia, compensando ou não pelas insuficiências que ele apresenta aos equipamentos de cultura, lazer e educação, (CASTRO, 2004, p. 72).

Sendo assim, Santos (2000) nos chama atenção para necessidade de enxergarmos crianças e jovens em situação de rua em suas complexidades de vida, em seus modos particulares de ser e estar no mundo, e igualmente ao ato de aprender.

“Com a cidade nós aprendemos muita coisa, a maioria do que a gente não aprende em casa [...] tipo a humildade, aprende não ficar brigando com os outros, entendeu? Porque aqui quando você vai brigar um dos meninos [...] sempre tem um na roda que não deixa. Um pode colocar pilha só que o outro não deixa nós brigarmos, e assim vamos aprendendo a convivência, a união, a humildade, tudo, o amor, por exemplo. (Tupac, 15 anos)”

Percebe-se de acordo com a fala de Tupac que outros vínculos são construídos no espaço das ruas, fazendo com que esse contexto se torne também promotor de relações que envolvem a incorporação de valores, aprendizados e sociabilidade. Ao mesmo passo, a fala de Tupac merece ser relativizada já que esse espaço comporta contradições. Sua morte, por exemplo, se dá justamente por um ato em que acreditava que o grupo poderia evitar. Sendo assim, as experiências em situação de rua não se expressam tão positivamente, como revela a fala de Tupac.

Estar em situação de rua trata-se, pois, de uma experiência nem sempre positiva, mas que os sujeitos nela inventam “táticas”, (CERTEAU, 1994). Esses jovens criam e protagonizam o tempo inteiro formas incríveis de sobrevivência. Trata-se como já dizia Certeau (1994) dos relatos cotidianos que contam aquilo que apesar de tudo, se fabrica e se produz.

De acordo com Leite (1991), esses jovens a todo instante necessitam lançar mão da criatividade como mecanismo de vida frente a uma sociedade que é, a todo instante, hostil às suas presenças. A criatividade é percebida pelas descobertas que fazem para burlar a morte e a ordem instituída, a lei da propriedade privada e da moral burguesa e religiosa. Está, pois relacionada à resistência, aos valores positivos que buscam para preservar a vida, valores que só se extinguem com a fome, doença ou morte, mediante o cenário de negação dos direitos básicos – educação, alimentação, habitação – crianças e adolescentes em situação de rua desenvolvem um comportamento guerrilheiro de sobrevivência, empregando assim, sem sombra de dúvidas, elementos criativos, como também protagonizando processos de socialização.

“Eu sempre fui assim, na idade de 5 anos eu já tava na rua. Pra mim levar um chips, um refrigerante para escola eu tinha que roubar. Imagina o que eu tinha que fazer para ter minha roupa, meu tênis. Sule (21 anos)”

A fala de Sule elucidada que antes de cometer atos infracionais, seus direitos já se encontravam violados, como o vestuário e a alimentação, por exemplo. Nota-se assim, que a

falta de recursos básicos e materiais leva muitos jovens a iniciarem a vida na criminalidade. Não quero aqui justificar ou defender a prática de tais atos, mas sim chamar atenção para o fato de que as crianças, adolescentes e jovens possuem demandas de consumo, muitas destas referentes ao suprimento de necessidades básicas.

Pelas histórias partilhadas verifica-se que o grupo pesquisado já teria visto e vivido cenas de desconhecimento da visão de muitas pessoas, além de sofrerem inúmeras faces de violência. Os adolescentes e jovens pesquisados vivem sob o signo da ambiguidade existente nas relações tecidas no espaço das ruas, entre a rua negada para eles e a rua autorizada para os vários “outros”. A foto abaixo tirada por Akin e representada por ele como “*foto do carro avançando o sinal vermelho e a polícia passou na hora e não fez nada*”, vem nos reafirmar como a lei funciona para determinados segmentos sociais, e distingue o que é pela autoridade considerado crime ou não. Sabe-se bem que se ocorresse o simples fato de um dos jovens estarem correndo naquele mesmo espaço, a atitude dos policiais não seria a mesma.

Imagem 11 - Foto tirada pelo jovem Akin, (15 anos)



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, ano (2013).

Diante desse cenário, podemos evocar Paulo Freire (2005) quando nos chama atenção para que enquanto a violência dos opressores fizer dos oprimidos homens proibidos de ser, a resposta destes através da violência será movida por sua ânsia em conquistar tal direito de ser. Os opressores são caracterizados pela classe dominadora e os oprimidos a classe que deve ser dominada. Como poderia, portanto, os oprimidos darem início a violência, se eles são resultado de uma violência?

Para os opressores, porém, na hipocrisia de sua generosidade, são sempre os oprimidos, mas, conforme se situem, interna ou externamente, de “essa gente”, ou de essa “massa cega e invejosa”, ou de “selvagens”, ou de “nativos”, ou de “subversivos”, são sempre os oprimidos os que desamam. São sempre eles os “violentos”, “os bárbaros”, os “malvados”, os “ferozes”, quando reagem à violência que sofrem. (FREIRE, 2005, p. 48)

Nesse contexto, os oprimidos são seres humanos que tem a sua humanidade ameaçada. Para o autor, “[...] a desumanização, mesmo que um fato concreto na história não é, porém, destino dado, mas o resultado de uma ordem injusta que gera a violência dos opressores e esta, *o ser menos*, (FREIRE, 2005, p. 32)”.

Como bem registra o mencionado autor, os opressores reconhecem como pessoas humanas somente a eles, sendo os outros caracterizados como coisas. Para os opressores o direito que deve existir é apenas um, e este de uso exclusivo deles – o direito de viverem em paz, ante o direito de sobreviverem, que possivelmente nem sequer reconheçam, mas apenas concedem aos oprimidos. E isto, ainda, porque afinal de contas é fundamental que os oprimidos existam, para que eles existam e sejam “generosos”. Os opressores, disfarçadamente generosos, tem necessidade para que sua generosidade persista tendo oportunidade de realizar-se, da permanência, da injustiça. A ordem social injusta é a fonte causadora permanente desta generosidade que se nutre da morte, do desalento, da miséria. E “[...] quem inaugura a negação dos homens não são os que tiveram a sua humanidade negada, mas os que a negaram, negando também a sua. Quem inaugura a força não são os que se tornaram fracos sob a robustez dos fortes, mas os fortes que os debilitaram”, (FREIRE, 2005, p. 47)

Mediante o exposto, destaco que foi marcante em campo, algumas pessoas que estacionavam seus carros na Avenida dos Andradas darem dinheiro para os jovens pesquisados. Há de ressaltar, que alguns recebiam um trocado fruto do trabalho de olharem carros, mas outros ganhavam através do pedir ou até mesmo pelo fato de estarem naquela condição, em situação de rua, assim a dita generosidade dos opressores atuava sobre os oprimidos constantemente.

3.4 O Bonde e a rua: *rolés* na busca incessante por um lugar de pertencimento

Destaco que a forma que consegui um vínculo de maior aproximação com os jovens foi através de um primeiro *rolé* junto a eles na Praça do Papa. Esse aconteceu ao perguntar a

um dos jovens o que fariam. Logo, responderam que iriam dar um *rolé*: “*Rolé, dar volta na cidade*”, (Kamau, 14 anos). Eu disse então, que queria dar um *rolé* com eles. Aí esse jovem grita para os outros: “*a tia da pesquisa quer dar um rolé com a gente.* (Kamau, 14 anos). O restante do grupo se aproxima e pergunta onde e eu proponho que eles escolham. Eles então sugerem que aconteça ou no Parque das Mangabeiras ou na Praça do Papa. Segundo eles, estes são lugares que mais gostam de frequentar. Nesse momento, uma das jovens verbaliza: “*Você é doida? Você não vai querer dar rolé com a gente. Nós roubamos [silêncio]... mas tipo assim, se você for a gente vai ficar de boa, (Tayó, 16 anos)*”.

Encontramo-nos na área hospitalar e eles já começaram a conversar, me apresentando alguns dos jovens que eu ainda não conhecia. De repente, propuseram conversar num banco na pracinha em frente à Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG e de repente já não queriam mais. Diziam: “*Ah aqui tá maior paia, vamos para outro lugar*”, (Tayó, 16 anos). Sendo assim, subimos em direção à Av. Afonso Pena. Chegando lá, propuseram que sentássemos na Praça Tiradentes, mas logo, já mudaram de ideia, afirmando que queriam ir para Praça do Papa, e assim fomos. Esse foi um dia produtivo para a pesquisa, intenso de interação com os jovens pesquisados, sendo que muitas coisas aconteceram no percurso como durante o momento que estávamos lá.

Há que se ressaltar que o primeiro ônibus que deram sinal não parou para eles, já o segundo sim. Alguns jovens pegaram a traseira do ônibus, foram *surfando*, termo utilizado por eles, dois deles pulou a roleta não tendo pago a passagem e o restante ficou na parte da frente do ônibus. Entrando no ônibus, sentei ao lado do trocador, e ele ao perceber que estava com os jovens, revela: “*Cuidado, me passa seu e-mail para te dizer quem são esses meninos*” (*sic*). Eu disse que já sabia quem eles eram. Naquele momento, novamente pairava sob eles não só o estigma advindo da fala do trocador, mas também, os olhares dos passageiros do ônibus. Tal estigma anula a identidade do outro e a transforma no retrato estereotipado e classificação que lhes destinamos, como descreve Soares (2004). Dessa forma, o estigma faz com que esse outro seja apenas visto como o “moleque perigoso”, cuja ação é dada como previsível.

Ao final dessa visita de campo constatei, que de fato, vivenciei junto com eles uma aventura urbana. Percebi uma sede desses jovens em dizer, em contar suas histórias e, ao mesmo tempo, em que cantavam RAP, traziam falas que denunciavam a violência que sofriam da polícia, mostraram-me, os muros altos dos prédios e os olhos vivos. Sobre isso um deles expressa o seguinte: “*Ali oh, isso aí é para eles verem tudo que a gente tá fazendo, e*

olha o tamanho dos muros das casas (Tupac, 15 anos)”. A fala de Tupac nos atenta para a expansão dos enclaves fortificados existentes no interior da capital mineira.

Os enclaves fortificados são fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. (CALDEIRA, 2003, p. 258/259)

Caldeira (2003) registra que desse modo, os ricos com o uso dos enclaves fortificados utilizam serviços de segurança privada para que os pobres e todos os “indesejáveis” possam ser controlados do lado de fora. Esses últimos acabam novamente sendo por meio desses mecanismos as vítimas de vigilância, controle, desrespeito e humilhação, o que potencializa sobremaneira a desigualdade que impera em nossa sociedade.

Cabe salientar que ao chegarmos ao interior da referida Praça, as pessoas iam se afastando e outras iam embora. Identifiquei assim, como esses jovens, vivem as marcas da segregação espacial e discriminação. A presença deles naquele espaço de nenhum modo os acolhe, mas sim os expulsa/exclui. Notei assim, o quanto a sociedade age não dando voz ao sentimento de pertencimento desses jovens ao espaço urbano. Observa-se que determinados espaços públicos são utilizados por determinados grupos sociais, como se apenas eles pudessem usufruir dos mesmos. Além disso, constata-se uma “privatização” dos lugares a fim de mantê-los como posse e privilégios de grupos sociais específicos. Como exemplo, podemos pensar nos rolezinhos³³ que vem acontecendo desde o ano de 2012, em diversas cidades do país, exemplificando como o uso e apropriação do espaço se dá de forma diferente, regulada e desigual para determinados grupos sociais. Os mais afetados, os jovens negros e pobres acabam por serem impedidos de usufruírem o direito à cidade, no que tange ao acesso, circulação, ocupação e apropriação de quaisquer espaço.

Nesse caso, os jovens pesquisados em situação de rua por mais que tenham mudado de lugar, deixando suas residências situadas nas regiões periféricas para fixarem moradias na área central da cidade, não deixaram de ser o que são, portanto, membros da *Ralé*. São considerados fora do lugar, fora do espaço social e moral, como nos lembra, (MACIEL; GRILLO, 2009). Assim, a identidade dos jovens pesquisados é constituída mediante movimentos contínuos na cidade. Os constantes *rolés* são vistos como busca incessante por um lugar, por laços de identificação. Estar em circulação intensa pela cidade através dos *rolés*

³³ Para aprofundar no tema, indica-se consulta no artigo “O que os rolezinhos dizem sobre o direito à cidade?”, disponível em: <http://umaincertaantropologia.org/2014/01/25/o-que-os-rolezinhos-dizem-sobre-o-direito-a-cidade-portal-aprendiz/>

revela uma atitude protagonista desses jovens na tentativa de romperem com a invisibilidade social e para que assim decifrem os “nós e laços” que permeiam a vida cidadina. Os *rolés* para além de garantirem as táticas de sobrevivência dos jovens pesquisados parecem revelar o movimento deles em busca de um lugar que os filie e os integre à cidade de uma outra forma, como um lugar de reconhecimento e identificação, o que fabrica efeitos nos processos de socialização dos mesmos.

CAPÍTULO 4. COMPONDO COMPREENSÕES ACERCA DA SOCIALIZAÇÃO DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA

Ao realizar um breve apanhado histórico sobre o conceito de socialização veremos que, por muito tempo, a socialização foi compreendida como uma ação necessária para que os indivíduos se tornassem seres sociais, em que valores e regras eram transmitidos de uma geração à outra. Desse modo, tal termo foi pensado pelas teorias clássicas como transmissão dos ensinamentos dos mais velhos aos mais novos, em que os indivíduos adotavam uma posição passiva, caracterizados apenas como receptores do que lhes permitia “aptidão” ao convívio social. Os indivíduos, pois, não eram considerados participantes da construção da vida e experiência social.

Como nos apresenta Setton (2011), houve vários questionamentos em torno dessa visão oriunda das contribuições da sociologia clássica, sobretudo, por considerar a socialização como um fenômeno baseado na obtenção de competências para se viver em sociedade. Nesse sentido, várias ideias difundidas no âmbito das teorias clássicas da sociologia apresentaram por muito tempo a socialização como uma imposição da sociedade sobre o indivíduo. A socialização, nesse contexto, foi descrita a partir de dois tipos - socialização primária e socialização secundária - a primeira sendo uma função dada à família e a segunda às instituições, mais especificamente, à escola. Assim, a escola foi vista por muito tempo como uma instituição nomeada como central para a socialização das novas gerações, sendo responsável pela transmissão de papéis sociais a crianças e jovens.

Setton (2002, 2011), Dayrell (2012), Abrantes (2011) e Sposito (2009), indicam um rompimento com as ideias da sociologia clássica conforme apresenta Setton (2011, p.717):

A sociologia, reconhecendo a singularização crescente das trajetórias individuais, deve obrigar-se a desfazer-se da ideia de uma conexão homogênea entre todos os fenômenos. A sociologia atual deve representar a vida social como um quebra-cabeça, incerto e fragmentado. O que antigamente era visto como construído pelas instituições e formas sociais é agora pensado como produto de uma reflexividade. Os indivíduos são levados a tornarem-se indivíduos por eles mesmos.

Nota-se que a crítica desses autores à sociologia clássica trata, pois, do fato dessa perspectiva compreender o indivíduo como mero produto do sistema social. Em contraponto a esse olhar, iremos encontrar o aporte da obra *Sociologia da Experiência*, de François Dubet (1996), para tecermos uma compreensão sobre os sujeitos pesquisados, visto que, este autor entende os indivíduos em ação, como agentes do sistema social e não apenas produto deste.

Dubet (1996) revela não existir uma unidade do sistema e do ator. O ator não é totalmente socializado a partir de determinações das instituições, nem sua identidade é formada somente nos marcos das categorias do sistema. Em outras palavras, pode-se dizer que há existência de conexões entre o ator e o sistema social, em que ambos se constituem dialogicamente.

Dentro dessa perspectiva, que compreende o indivíduo como sujeito ativo no processo social, e passível de sofrer as influências desse processo, detecta-se a possibilidade de tecer conexões acerca dos processos de socialização dos adolescentes e jovens em situação de rua, expandindo-os para as mais diversas esferas sociais, antagonicamente à perspectiva tradicional que identificava a escola como um território prioritário de vivência desses processos, ao lado da família. Para os jovens em situação de rua, os vínculos e percursos nessas instâncias são caracterizados por rupturas, ou se deram de forma precária ou até mesmo foram inexistentes. “Ao contrário das concepções clássicas do processo de socialização, como a ação determinante da sociedade sobre o indivíduo, as tendências atuais colocam em evidência o caráter ativo e interativo do indivíduo como ator deste processo,” (BELLONI, 2007, p. 61).

Desse modo, Belloni (2007) nos convida a romper com as ideias clássicas sobre a socialização e propõe pensá-la por meio da participação ativa do indivíduo, que intervém, age e interage com todos os elementos de seu universo. Assim, nos apresenta Rodrigues (2008):

Os adolescentes e jovens em situação de rua constituem um grupo específico, cujas características denotam a desfiliação deste público de alguns grupos considerados próprios entre adolescentes e jovens, como a família, a escola, as igrejas, e os filiam ao grupo de rua, com rituais de entrada, regras de pertencimento, de exclusão. (RODRIGUES, 2008, p. 64).

Para os jovens em situação de rua, os vínculos com as chamadas instâncias socializadoras clássicas, família, escola e trabalho praticamente não se efetivaram ou se deram com fragilidade. Falar da existência de uma crise das tradicionais instâncias socializadoras no que tange a realidade do público pesquisado, é anular toda a complexidade emergente em suas vidas, pois as experiências com as mesmas lhes foram negadas e/ou restritas.

Na atual situação de rua em que os sujeitos pesquisados se encontram, pode-se dizer que esses experienciam processos sociais totalmente distintos de outros adolescentes e jovens, pois como nos afirma Koller e Hutz (1996), o viver de meninos e meninas de rua abrange seu trabalho, sua educação, seus relacionamentos, seu lazer. São, portanto, socializados pela

dinâmica da rua e pelas leis/regras que esta impõe. Dentro desse contexto, uma das jovens expressa:

“Na rua tem meus colegas, minha amizade com Shena, tipo assim, ela pode ficar lá em casa, mas não aguentamos, a gente volta pra rua [...]. O que a rua tem de bom é as amizades, na rua a amizade é diferente. (Tayó, 16 anos)”.

Verifica-se, pois a potência que o grupo de pares tem na constituição dos processos de socialização na rua, bem como o próprio jovem atua como força motriz desse processo. Nota-se que os jovens aprendem com os próprios jovens, compartilhando assim, da situação comum que estão experimentando.

Nesse contexto de estudos, constata-se que há uma atuação ativa dos adolescentes e jovens na recriação e reinvenção da socialização deles próprios. Para além dos vínculos institucionais que os jovens criam vivendo no espaço das ruas, são criados laços de amizade entre o grupo pesquisado e com os adultos moradores de rua, que, por vezes, encontram-se no meio deles.

Daí a importância que assume para o adolescente o grupo de rua, pois fazer parte de uma galera ou de uma gangue passa a ser da hora, alimenta sua atitude de rebeldia e seu desejo de liberdade. No fundo, o que ele busca é um espaço de pertencimento, onde possa se sentir ancorado para enfrentar o desafio comum à sua idade: afirmar-se perante o mundo e os outros que aí se encontram. (JUSTO, 2003, p. 29)

Constata-se, pois, que os laços formados entre os jovens pesquisados são bem consolidados, e parecem fortalecidos justamente pela liberdade que conquistam ao estarem nesse espaço, criando suas próprias regras de convivência e seus valores.

“Na rua tenho minha liberdade, agente circula para onde a gente quiser! Aqui as regras é você mesmo quem faz. Na rua sei me virar, é difícil a rua sair de dentro de mim, eu tenho meus amigos. A rua vicia. (Tupac, 15 anos)”.

Na fala de Tupac, o “vício” da rua, parece estar também ancorado nos laços de pertencimento que esses jovens constroem com seus pares, como também na liberdade que experimentam. No entanto, o discurso que os jovens apresentam sobre a conquista de liberdade estando no espaço das ruas necessita ser de algum modo relativizado, já que a liberdade que experimentam se trata de uma liberdade vigiada, controlada, tendo sua concretude mais em detrimento da possibilidade de criação das próprias leis, de ter a

autonomia sobre suas vidas e da circulação contínua pela cidade. O que na realidade compreende-se é que a liberdade dos mesmos só se faz possível frente às táticas que criam.

“Eu sou um menino que tem coisa que não tem como eu respeitar!? Não gosto que os outros ficam mandando em mim, aí então, eu prefiro ficar na rua, pois tem coisa que minha mãe manda eu fazer, que eu odeio, odeio, como lavar vasilha e arrumar casa?! Pois meu negócio verdadeiro é assistir televisão e como não posso fazer isso em casa, fico na rua aprontando, mas isso eu sei que é ruim para mim, porque daqui uns dias não vai ser essa mesma coisa. (Tupac, 15 anos)”.

Na fala de Tupac, visualiza-se como a casa para muitas crianças e adolescentes deixa de ser um local de abrigo, cuidado, orientação, ocasiões de sociabilidade e tempo livre para se transformar num espaço de conflito, risco, solidão e servidão, onde ao invés de ser garantida a infância, essa é, pois, banida, como nos aponta Vogel e Mello (1996). É interessante a capacidade que Tupac tem para fazer uma autocrítica sobre seu próprio comportamento, e de algum modo, definindo uma “solução” para dar lugar a sua infância, que no espaço da casa foi fragilizada. Mas, infelizmente na rua sua infância é negada novamente, sob outros moldes.

Mesmo compreendendo que os primeiros vínculos sociais e simbólicos da criança nascem no grupo familiar a que pertence, há de considerar, no entanto, que as crianças e adolescentes cujas famílias vivem em situação de rua, na maioria das vezes não logram alcançar tais valores, carecendo assim, de apoio material e psíquico de acordo com as pontuações de Oliveira (1993). Para o autor, privações das mais diferentes formas - materiais, sociais e afetivas – fazem parte do contexto familiar dessas crianças que são as principais vítimas de um sistema de pauperismo que atinge as camadas mais pobres da população da América Latina. Dentro dessa circunstância, detecta-se que os processos de socialização dos jovens pesquisados, filhos da *ralé*, vivenciados no âmbito de suas famílias se deram de forma precária, como nos afirma Souza (2009). O que se reconhece de modo explícito, em cada caso é a existência de uma família que se reproduz biologicamente, mas não é capaz de reproduzir-se socialmente, como já dizia Vogel e Mello (1996). De acordo com os autores supracitados, assim as famílias alcançam sua valência como campo de forças e alcança o polo negativo, em que os laços se afrouxam na razão direta do enfraquecimento moral. E, é nesse momento que surge às condições de busca a outros espaços sociais, o que leva muitos meninos e meninas às ruas.

Coelho (2005, p. 232) argumenta que “a família em contextos de pobreza se encontra pressionada, pois, entre o que se espera dela como agente socializador e o que não é capaz de dar devido às condições precárias de vida.” Nessa direção, a autora relata que a pobreza

estrutural suscita privação e dificuldade de acesso aos bens e serviços, mas superior a isso, produz exclusão, fragiliza as redes de afeto e de sociabilidade, corrói os valores culturais - o que vulnerabiliza, assim, o grupo familiar e as subjetividades de seus membros. Tais famílias, de acordo com a autora, encontram-se estressadas em seus cotidianos, já que são privadas de outros bens, como o lazer e a cultura, fazendo com que a luta pela sobrevivência ocupe um lugar de destaque na dinâmica familiar. Esse contexto nos demonstra que a pobreza vai muito além da privação material, como já mencionado nesse texto por Souza (2009), entendendo que as privações sofridas por essa classe irá influenciar a posição dos indivíduos nos diferentes lugares sociais.

Para Bourdieu (2008), a posição definida pelo grupo social de origem dos sujeitos leva-os a obtenção de um tipo específico de socialização resultado, pois, de uma transmissão de *habitus* específico. *Habitus*, segundo o autor, trata-se de um conjunto de disposições, formas de pensar, sentir e comportar socialmente, sendo constituído e incorporado pelos indivíduos. Além disso, é gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação de tais práticas, mais especificamente, é definido pela:

[...] necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma, o *habitus* enquanto disposição geral e intransponível realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente as condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente – ou o conjunto dos agentes que são produto de condições semelhantes – são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente convertíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida. (BOURDIEU, 2008, p.162/163).

Com base nas ideias elaboradas pelo autor, veremos que condições diferentes de existência fornecerão *habitus* diferentes. Sendo assim, os indivíduos produzirão ações em função do *habitus* que incorporam. *Habitus* este, que se encontra, sobremaneira, articulado a respectiva classe social.

Nesse sentido, a formulação do autor nos provoca a pensar o que foi incorporado pelos sujeitos pesquisados em suas relações seja com a família, escola e outros espaços sociais. Que tipos de vínculos sociais, aprendizados foram possíveis com essas instituições?

Em relação à escola, a vinda para as ruas acabou por fragilizar também o vínculo com a mesma. Alguns dizem não saber ler nem escrever, o que demonstra a pouquíssima inclusão que tiveram no sistema escolar. Para outros o vínculo com a escola rompeu-se antes da vinda para as ruas:

“Eu sai da escola, por conta de amizade, colega lá perto de casa, aí não voltei mais. Eu quero até voltar pra escola, mas ninguém faz nada. Escola vai me fazer falta. (Shena, 15 anos)”.

Apesar de Shena expressar que a escola irá lhe fazer falta percebe-se que não houve incorporação de um *habitus*, transmitido por herança familiar para que tornasse o vínculo com a escola mais permanente. Como marca Souza (2009) para a *Ralé* os pais em sua maioria, nunca cobraram dos filhos irem à escola. Esses filhos não receberam ajuda nos deveres, esses pais não tiveram participação na escola. E isso não porque são culpados, mas sim por possuírem ausências simbólicas e materiais que lhes permitissem essa transmissão de papéis.

Ao atermos na biografia individual e social dos jovens pesquisados visualizamos que o *habitus* transmitido por suas famílias trata-se de um *habitus*, que veio também a fracassar na tentativa de vínculo desses sujeitos com a escola. Desse modo, os sujeitos pesquisados acabam assim, criando novos e outros modos de se viver em sociedade, recebendo e exercendo influências do presente contexto em que suas vidas se desenvolvem.

4.1 Processos socializadores e identitários de jovens em situação de rua

Destarte, Abrantes (2011) afirma que a relação entre socialização e identidade se faz na medida em que cada indivíduo apreende disposições, competências e valores que influenciarão na construção e afirmação das identidades. Ao mesmo passo, o indivíduo associa-se a uma identidade específica, resultante da negociação entre papéis atribuídos e intenções próprias. O conceito de identidade aqui é empregado sob um viés sociológico, que compreende o indivíduo como um sujeito:

Formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo, que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. (HALL, 2006, p.11/12)

A identidade nesse caso é, pois, permanentemente constituinte e constituída. Está na interface do psicológico e das relações sociais. A identidade não se constrói como algo fixo e sim móvel, pois é formada na interação e inter-relação entre o indivíduo e a sociedade. Em

diálogo com Carvalho (2012), examinaremos que a identidade volta-se para o processo de interação dos indivíduos nos diferentes contextos sociais, nos quais estes procuram construir uma gama de sentidos de si mesmos e, concomitantemente, do outro. Assim, tal processo não se limita a um conjunto de crenças e representações do indivíduo sobre ele mesmo e o outro, mas, também, pelo contexto social no qual permanecem inseridos.

Desse modo, Carvalho (2012, p. 210) enfatiza que as instituições sociais comportam um essencial “[...] significado no processo de construção da identidade, posto que se constituem no espaço de produção de saberes, de experiências, de inter-relações, de comunicações, de intenções e das operações de sentido – simbólicas”. Nesse aspecto, cada instituição social possui estrutura, modos e meios de funcionamento particulares, produzindo relações sociais que são instituídas dentro de modelos culturais pré-estabelecidos.

Tais relações, contudo, são investidas de afetos e representações acerca do emaranhado de relações e práticas que tem uma referência em comum, de tal forma que sejam acessíveis aos atores sociais.

Nesse contexto, Carvalho (2012) expõe que a compreensão das identidades requer pensá-la como um processo de construção, contínuo e que se articula com a história e está contido num conjunto de relações sociais.

Em diálogo com Carvalho (2012), Abrantes (2011) assinala que a construção identitária trata-se de uma dimensão importante no processo de socialização, sobretudo nas sociedades modernas, embora não seja a única. Nesse sentido, indaga-se como esperar uma identidade de forma positiva e moralmente aceita dos jovens em situação de rua se os processos de socialização destinados a estes “fracassaram” ou se dão de forma “marginalizada”?

Observa-se no comportamento dos jovens pesquisados uma busca incessante de “[...] inserção social (ou de construção de si mesmo) pela margem urbana”, (MARCHI, 2007, p. 42). Embora, se note que a socialização que acontece no grupo mediante o contexto das ruas, as relações tecidas com os amigos do Bonde da Hospitalar e com a presença dos adultos que os rodeiam não é considerada adequada dentro do estatuto social operante. Sendo assim, por estarem fora das instituições tradicionalmente responsáveis por sua socialização, não adquirem, dessa forma, seu reconhecimento e enquadramento na sociedade, quer como uma criança quer como um jovem, com base nas formulações de Marchi (2007).

Dentro dessa perspectiva, a referida autora afirma embasada pelos estudos de Douglas (1976), que aos “meninos de rua” no Brasil são conferidos “perigos e poderes”, resultantes, pois de sua situação caracterizada como marginal. Como defini Douglas (1976, p.74)

indivíduos considerados marginais são “[...] aqueles que, duma maneira ou de outra, são excluídos da ordem social, aqueles que não têm lugar. Mesmo que não possam ser repreendidos no plano moral, o seu estatuto é indefinível”.

Marchi (2007) elabora que a pessoa tendo seu lugar destituído dentro do sistema social, é vista, pois, como marginal, sendo que toda prevenção contra o perigo que ela aparenta parte dos “integrados”, já que o marginal não pode governar sua situação, comportar-se de forma anti-social é a expressão imanente de sua condição.

Apesar disso, identifica-se, portanto, a expressão de doses de astúcias no comportamento dos jovens pesquisados na tentativa de vínculos de integração no espaço das ruas, em que o universo da socialização dos mesmos, trata-se, de um processo de interações constantes deles enquanto sujeitos ativos em seus diferentes meios de vida, marcados pelas relações com os adultos moradores de rua, com seus pares, na interação com os espaços institucionais ou não e com as vivências do tempo livre e sociabilidade.

Na sociabilidade, esta liberdade de fazer relações e esta adequação de sua expressão estão desobrigadas de quaisquer determinantes concretos de conteúdo. O modo pelo qual os grupos se fazem e desfazem e o modo pelo qual a conversação, surgida por mero impulso e oportunidade, começa, se aprofunda, se afrouxa e termina, numa “reunião social”, fornece uma miniatura do ideal societário que poderia ser chamado a liberdade de se prender. (SIMMEL, 1983, p. 178)

Há, pois, de se considerar que os processos socializadores vivenciados pelos jovens pesquisados são marcados também por relações de sociabilidade. Para o autor, estas relações são contempladas pelo puro processo denominado *sociação* que se dá de modo autônomo e lúdico. Entendida, mais precisamente, como a forma pela qual os indivíduos se organizam em grupo de pares, satisfazendo assim o interesse de estarem juntos, (SIMMEL, 1983).

A *sociação* pressupõe que os indivíduos estejam em interação, estejam uns com os outros, para os outros, contra os outros por meio de um sentimento de prazer e satisfação por estarem desse modo, ou seja, unidos. A sociabilidade não possui um propósito em si, é influenciada apenas pelos sujeitos que a praticam, sendo necessário ser estabelecida pela livre interação e pelas relações entre iguais. Baseia-se no desejo dos indivíduos em constituir com os outros uma interação, predominantemente, pura, não sendo, pois atingida por elementos materiais.

Trata-se, assim de relações simétricas que são construídas num interior de um grupo, a ponto de se tornarem socialmente iguais, compreendendo, pois, “o jogo no qual se “faz de conta” que são todos iguais, e ao mesmo tempo, se faz de conta que cada um é reverenciado

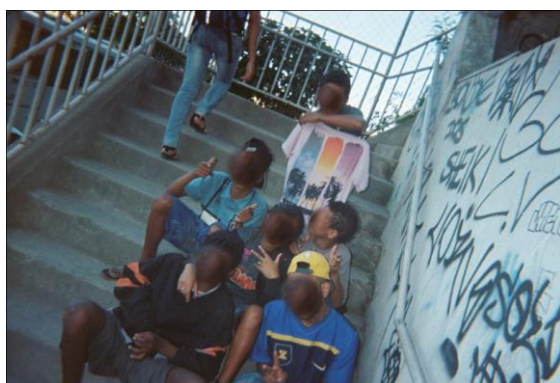
em particular; e “fazer de conta” não é mentira, mais do que o jogo ou a arte são mentiras ao seu desvio da realidade, (SIMMEL, 1983, p. 173)”.

Na sociabilidade, a conversa é o legítimo propósito em si, não preocupando assim, com a objetividade de se chegar a um conteúdo em particular, mas apenas limitando-se no interesse da própria sociabilidade.

As novas formas de sociabilidade que se gestam entre os jovens, moradores dos bairros periféricos das grandes cidades, nascem principalmente da socialização no mundo da rua, suas esquinas e pontos de encontro, onde desenvolvem relações de amizade e lazer, (SPOSITO, 1993, p. 161).

O que é expresso por Sposito (1993) acena para o registro de uma das jovens pesquisadas, (foto abaixo). A jovem relata ter fotografado a imagem abaixo por representar um local de encontro do grupo pesquisado, verbaliza: *“Tirei essa foto por causa das amizades, aí a gente fica de vez em quando. Subindo aí, vai pra favela onde meu namorado mora. Ele tá na foto também, tem problema?”*. (sic)

Imagem 12 – Foto tirada por Shena (15 anos)



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, ano (2013).

Ao significar essa foto, Shena e Tupac revelaram também que a escada onde estavam é um lugar onde sentam para conversar, passar o tempo, nos demonstrando ser um espaço onde tecem relações de sociabilidade.

Por outro lado, conforme nos apresenta Vargens (2011) a vinda de muitos jovens para o universo das ruas se dá pela busca do lazer, de conhecer a cidade, ou algum lugar mais bonito do que a comunidade onde residiam, ou mesmo pelo cansaço de verem a pobreza cotidiana. Dentre as fotografias produzidas por eles ficou evidente o fascínio que expressam por alguns prédios da cidade. Todos os jovens que tiveram em posse das máquinas

fotográficas oferecidas pela pesquisa tiraram fotos de prédios suntuosos, como podemos ver nas (fotos abaixo).

Imagem 13 – Prédio em construção - foto tirada por Tayó



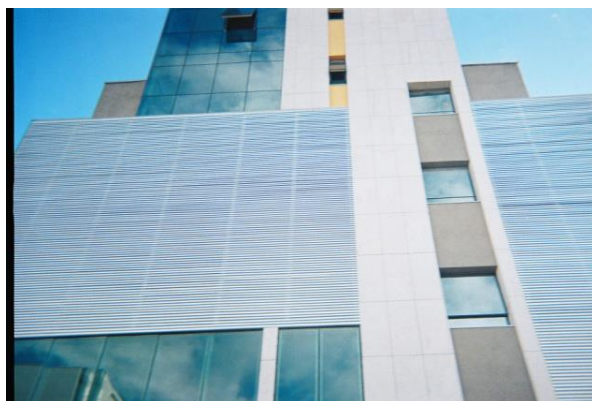
Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, (2013)

Imagem 14 – Prédio - Foto tirada por Sadiki



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, (2013)

Imagem 15 – Prédio espelhado - Foto tirada por Akin



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, (2013)

Figura 16 – Prédio - Foto tirada por Shena



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, (2013).

No relato dos jovens sobre as fotografias de construções e/ou prédios da cidade percebeu-se que a motivação para esses registros apresentam pontos em comum. Segundo a narrativa dos jovens, trata-se de prédios que nunca entraram, apenas expressaram relatos de algum tio, ou primo que já tenha trabalhado na construção de prédios “altos, chiques”, termos usados por eles. O depoimento de um dos jovens revela o seguinte:

“[...] gosto das marquises, do viaduto, dos prédios bonitos, grandes, sabe, o centro, tudo. Eu gosto de todos os lugares aqui no centro. Adoro Praça Sete, Savassi, Praça da Estação, Praça Raul Soares. Foi na rua que eu aprendi também a andar de perna de pau, a fazer curso, informática, isso foi no Miguilim, mas hoje não posso frequentar lá mais. Mas assim eu queria adquirir as coisas na vida, um trabalho para ganhar dinheiro de verdade sabe, não mixaria. (Sule, 21 anos)”.

Nessa perspectiva, percebe-se que a relação dos jovens com a cidade é mediada pela expressão de um encantamento estético pela mesma. As fotos dos jovens tiradas dos prédios, alguns brilhando, outros em construção nos demonstram um fascínio pela visão estética da cidade. Prédios que antes de virem para as ruas não eram aos seus olhos contemplados com tanta proximidade, pois nos bairros onde moravam as construções são, todavia, precárias. Em seus bairros de origem construções como essas não estiveram presentes em suas paisagens cotidianas, a não ser via a vista capturada estando nas lajes de algumas casas no interior das favelas.

Além disso, o discurso dos jovens revela certo encantamento e curiosidade por tais construções suntuosas, pois a maioria desses não tiveram acesso e entrada nesses locais.

Desse modo, constata-se, sobretudo, a prevalência de fotos referentes às arquiteturas, das quais nunca entraram, o que é ilustrado na seguinte fala: *“Meu Tio já trabalhou construindo prédio bonito no centro da cidade, mas que depois de pronto nunca entrou”*. (Sadiki, 15 anos). Visualiza-se também que as fotos dos prédios brilhantes e construções novas, talvez nos digam de um espaço dos quais reivindicam para projeção de suas vidas.

Verifica-se que os jovens estando no miolo do bairro em que viviam não tinham a possibilidade de enxergar toda amplitude da cidade, tudo que ela oferta, ouve-se dela falar, ou até mesmo não se ouve falar. Parece que de longe estando em suas moradias admiram os prédios altos, vislumbram uma vida melhor, uma outra vida que os integre na cidade de outra maneira, que os devolva o direito de estarem dentro da cidade e não às suas margens. Clamam por vínculos integrativos, mas ao ocuparem a paisagem central da cidade percebe-se que ela os exclui novamente, continua a segregá-los, rotulá-los. Observa-se que o não fazer parte, ou o desejo de querer se incluir, faz com que a saída do bairro e vinda para o centro da cidade represente uma tentativa de ampliação dos processos de socialização.

4.2 Tempo, espaço e linguagem da rua

Constata-se que o tempo dos jovens pesquisados é outro, o vocabulário único, tudo acontece muito rápido e em movimento contínuo. Os deslocamentos deles no tempo e espaço são imediatos. Ao mesmo tempo em que chegam a um lugar, verbalizam que irão para outro. De acordo com Ferreira (2001), para os “meninos de rua”, a modulação do tempo não se faz possível, entregues que estão à imprevisibilidade da rua. Nada é planejado ou projetado, tudo é vivido no “aqui e agora”; na pressa, no imediato e na urgência.

O tempo dos jovens pesquisados é o tempo presente, trata-se do tempo sobre o qual podem contar. Esses jovens quando apresentaram perspectivas de futuro, essas foram difusas e frágeis como expressou uma das jovens:

“Eu sai da escola, por conta de amizade, colega lá perto de casa, ai não voltei mais. Eu quero até voltar pra escola, mas ninguém faz nada. Escola vai me fazer falta. (Shena, 15 anos)”.

Tudo acontece o tempo todo, expressando que não podem contar com o amanhã e nem com o ontem, o passado. Dessa forma, apresentam uma relação de imediaticidade com a vida.

Na rua vivem o tempo da cidade, tempo este da itinerância. Trata-se de um tempo fugaz, como afirma um dos jovens: “*Não sei o que vai acontecer daqui a 10 minutos, (Sule, 21 anos).*”

Assim, a vida na rua se distingue, em primeiro lugar, por formas diferenciais de apropriação do espaço e alocação do tempo. O espaço onde costuma desenrolar-se é o centro da cidade. Este, porém encontra-se divididos em territórios, cada qual estruturado a partir do epicentro de algum logradouro público, em geral uma praça. Um território abarca toda uma rede de pontos da qual fazem parte os lugares preferidos de atuação das turmas, além de toda uma gama de trajetos, circuitos, rotas e atalhos, mediante os quais essa rede se integra, (VOGEL; MELLO, 1996). Em particular, podemos ressaltar os seguintes recortes territoriais: Avenida Afonso Pena, Região da Savassi, Região Hospitalar, Praça do Papa e Parque das Mangabeiras, entre outros.

Percebe-se, portanto, que o cotidiano de vida dos jovens pesquisados é caracterizado por constantes rolés, mais especificamente na região central da capital mineira, visto que o movimento que apresentam entre um território e outro se faz constante. O movimento deles é, de fato, dinâmico, uns chegam e já sentam no pedrado da rua, outros já correm para olhar carros, outros deitam a sombra de árvores. Dentro dessa perspectiva, Certeau (1994) afirma que a diferença do espaço para o lugar são os movimentos, as relações. Um lugar é uma configuração instantânea de posições, uma organização geométrica, uma espacialidade homogênea e estática; já o espaço, conta com a dimensão relacional, com os movimentos e dinamismo de seus ocupantes. Cabe destacar que o espaço, e aqui em especial, o espaço das ruas, trata-se como defini o autor do espaço enquanto o lugar do cotidiano, das experiências e da construção de práticas coletivas. Tal compreensão nos aproxima do conceito de território usado por Santos (1994) ao assinalar que o espaço ganha valor a partir de seu uso e apropriação.

Para o autor o espaço na medida em que é usado e apropriado, transforma-se em território usado, visto não apenas como o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. “O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.” (SANTOS, 1994, p.96-97).

Para os jovens pesquisados, observa-se uma luta que desenvolvem no espaço a fim de transformarem esse espaço em um território usado para que assim conquistem um lugar próprio na cidade. Expressam nas fotos lugares que desejam acessar, de algum modo, pertencer. A fotografia deles do lado de fora de um shopping é, por sua vez, a expressão

reivindicatória de direito ao uso desse lugar. Ao contar e significar a foto tirada, Sadiki (15 anos) revela: “*Fomos para tirar a foto dentro do shopping, mas não deixaram a gente entrar, aí tiramos em frente à entrada*”.

Imagem 18 – Foto tirada por Tayó



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, ano (2013)

Imagem 17 – Foto tirada por Shena



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, (ano 2013).

Assim, verifica-se que a situação de rua associa-se também ao lugar que os jovens ocupam na cidade diante das fronteiras e possibilidades de acesso a mesma. Nesse sentido, Leite (1991) revela que as leis de controle social visam disciplinar as cidades a partir séc. XIX, o que faz com que os jovens criem táticas, usem de mecanismos criativos no reagir à dominação, expressados, pois, em modos de luta pela sobrevivência e pela ocupação dos espaços.

Nesse contexto, pode-se pensar como hipótese que os jovens que moram nas ruas saem de suas casas para promoverem movimentos de inclusão social, de direito à cidade, sem descartar os demais motivos expostos nesse estudo. Nota-se que os jovens não procuraram nos apresentar e/ou representar os lugares estigmatizados para suas apropriações. Ao contrário, os lugares escolhidos por eles são os lugares dos incluídos, dos que estão “dentro” da cidade, dos que desfrutam do direito aos bens materiais e simbólicos da sociedade e que os incluídos julgam ser do âmbito apenas de seus direitos exclusivos, como por exemplo; parque das Mangabeiras, Praça do Papa, Shopping center. A busca dos jovens pelo uso dos equipamentos sociais da cidade e por bens simbólicos e sociais da mesma é justificada pela inexistência de tais equipamentos em seus bairros de origem. São jovens que antes da vinda para as ruas possuíam um raio restrito de circulação, segregados em seus bairros de origem, sem possuírem direitos de cidadania social em relação ao “benefício” do uso da cidade que habitam, (CASTRO e ABROMOWAY, 2002).

Outro ponto que foi identificado com a pesquisa e merece ser registrado é que os jovens em situação de rua comunicam-se através de outros códigos linguísticos. A gíria é constantemente utilizada nas conversas entre eles, como também na relação estabelecida com a pesquisadora. De acordo com Rodrigues (2008) a gíria utilizada por adolescentes e jovens em situação de rua é decorrente de um recurso linguístico que expressa uma singularidade de ideias, sentimentos, vontades, pensamento, que buscam romper com padrões vigentes e assim produzem novas formas de comunicação que possam organizar o plano da realidade vivida nas ruas. Segundo o autor, a criação e uso de algumas linguagens definem estratégias de sobrevivências entre eles, em que a palavra é usada de acordo com o interesse, o lugar e as pessoas ao redor. Trata-se também, de uma maneira de compartilharem mensagens de normas, regras, segredos, e avisos importantes para o funcionamento de suas vidas no espaço das ruas.

Uma fala também recorrente dos/das jovens pesquisados/as foi relativa ao fato de que morar nas ruas não significava andar sujo/a. Foi perceptível o cuidado que a maior parte deles

tem consigo mesmo, em relação à higiene, aos modos de vestir e à estética. As meninas, por exemplo, fazem as unhas na rua.

"Uma vez fui pedir comida num lugar e a moça disse que eu não morava na rua porque eu estava limpo. Eles acham que por você morar na rua você tem que andar sujo. [...] Mais tarde vou lá na praça Raul Soares tomar um banho, lá na cachoeira, você não conhece lá não?" (Kito, 18 anos).

"Tipo assim, por exemplo, em casa você não tem sua liberdade, em casa você não pode sair, sua mãe não deixa, os meninos acha assim, mas não é assim. [...] na rua a gente come, bebi, mas não é porque a gente fica na rua que a gente tem que ficar sujo, essas coisas." (Tayó, 16 anos)

No imaginário social ainda deve conservar a ideia de que as pessoas que moram na rua não tem acesso a um vestuário limpo. Presenciei alguns deles comprarem roupas em um bazar na Av. do contorno antes de irem tomar banho. Os jovens apresentam que é um direito deles andarem bem arrumados, e percebe-se que a sociedade ainda não consegue enxergá-los desse modo. Nota-se um esforço por parte deles para de algum modo se igualarem, se fazerem "iguais" a determinado padrão de estética, higiene, até como forma de procurarem se sentirem mais aceitos. Cabe retomar aqui como buscam alcançar uma imagem refletida desse outro que o vê, porém o invisibiliza. Dentro dessa perspectiva, salienta-se que ao devolver as fotografias aos jovens pesquisados e Akin não ter de imediato conseguido encontrar as fotos referentes à câmera que portava, apresentou um choro intenso. Só após encontrar suas fotos é que o jovem se acalmou, o que aduz pensar que naquele momento o que ele mais queria era se ver, já que o espelho social se faz tão frágil, a fotografia naquele momento parecia suprir a necessidade de pela sua imagem se ver, se reconhecer de algum modo.

4.3 O Bonde e a cidade de Belo Horizonte

*Rapazeada escuta o papo
Escuta que eu vou falar
Eu sou o MC Bandido
Eu colo na Hospitalar
Pode vim aqui é nós
O bonde aqui que tá
Aqui na Praça do Papa
O bonde aqui vai formar*

*Na praça do papa pode crer
 Tu já mandou o papo
 Eu já to é na Praça do Papa
 Se liga aí meu mano
 Preste muita atenção
 Tá ligado aí parceiro
 Vou falar no sapatinho
 Eu sou o MC Tulete
 Vou queimar é um bodinho
 O bagulho fica doido
 A chapa vai esquentar
 Vou botar o golzinho
 A blazer vai capotar
 (Rap produzido por Tupac e Erasto)*

A letra da música feita pelos jovens pesquisados pode ser fonte de múltiplas interpretações, porém, as passagens do refrão *O bonde aqui que tá/ Aqui na Praça do Papa o bonde aqui vai formar/ Na praça do papa pode crer/* nos chama atenção, pois parece nos evidenciar, de alguma maneira, que o estar naquele espaço trata-se de uma conquista, algo antes possível com pouca frequência ou até mesmo não possível antes da vinda para as ruas. Isso se deve ao fato de morarem às margens da cidade, distantes, sobretudo, de paisagens como a da Praça do Papa, de uso recorrente da classe média-alta Belo-horizontina.

Nesse contexto, o diálogo desse estudo com a cidade de Belo Horizonte se faz preciso, pois sua história e constituição demarcam fronteiras e limites, não só decorrente de seu traçado físico, mas também relativo às barreiras sociais inerentes a vida urbana que é tecida nesse espaço³⁴.

O cotidiano da cidade é mais do que uma história do banal, do corriqueiro, é mais do que o trânsito intenso e apressado de mercadorias, dos seus transportes, dos homens sendo transportados individual ou coletivamente sobre o traçado físico da cidade. A história que se vive no cotidiano da cidade é efeito material e simbólico desses movimentos, reveladores de sentidos do pensar e agir dos homens em suas múltiplas relações sociais tecidas em diferentes lugares. (SIMAN, 2010, p.583)

Dentro da concepção de Siman (2010) é que se discute a cidade além de sua arquitetura, de seu traçado material, portanto, sem excluí-lo, e ligando-os, assim, aos

³⁴ Bem sabemos que a história da cidade de Belo Horizonte tem sido alvo de estudos de pesquisadores imersos em diferentes áreas do conhecimento, como exemplo historiadores, urbanistas, arquitetos, geógrafos, entre outros, porém nosso objetivo nesse estudo não se trata de resgatar essa história via tais perspectivas, mas sim ater-se a alguns elementos relativos à sua constituição, o que nos auxilia compreender as histórias dos sujeitos pesquisados.

processos sociais. Entretanto, uma das condições de entendê-la é levando em conta tais traçados, pois Belo Horizonte traz os reflexos de uma cidade planejada e pensada através de um ideário republicano. Elegida para ser a Capital de Minas Gerais, expressa todas as contradições que seu traçado não previu. Isso significou expressão de marcas em sua história, contudo, resultando uma dinâmica reprodutora de uma hierarquia social, em que os espaços foram se constituindo e sendo destinados de acordo com o pertencimento de classe. Quanto mais baixa era a classe social dos habitantes da cidade, mais longe do poder, das áreas centrais, dos bens de consumo, e culturais os indivíduos eram “enviados”.

O plano de construção da cidade foi, portanto, se dando através de processos de exclusão. Para tanto, entende-se que não há como pensar na história de vida dos habitantes de uma cidade sem associar, pois, a história de formação da respectiva cidade. A socialização e identidade dos jovens pesquisados, por exemplo, carregam as marcas e reflexos referentes à constituição da cidade de Belo Horizonte no que diz respeito à segregação social e espacial que lhes foi imposta.

A segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante nas cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam culturalmente e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. (CALDEIRA, 2003, p.211)

O público pesquisado trata-se de um dos grupos atingidos pela desigual organização e constituição do espaço urbano da cidade, nesse caso específico a capital mineira. Desse modo, de acordo com Santos (2004), os usos da cidade junto de suas instituições se dão por meio de uma chamada organização capitalista do espaço, em que conforme Vargens (2011) através de distintas lógicas, o proletariado é retirado dos centros urbanos, ou seja; do centro do poder, bem onde o estado se estabelece, prioritariamente através da violência e do controle da urbanização.

Sob essa perspectiva, verifica-se que se torna um ato de coragem e resistência dos sujeitos pesquisados ocuparem a paisagem central urbana, até então, historicamente negada a eles.

Constata-se que os jovens em situação de rua buscam através de suas táticas fazerem parte da cidade estando “dentro” dela e não “fora”, em suas margens (locais periféricos da cidade). A imagem abaixo que fotografa Akin e Kumi, demonstra de algum modo, o esforço

deles em ocuparem a cena urbana central e como isso é significativo para eles. Sobre essa foto Kumi afirma: *“Pedi Sadiki para tirar essa foto, eu e Akin na paisagem, olha os prédios altos, achei bonito”*.

Imagem 19 – Foto tirada por Sadiki



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, ano 2013.

Observa-se, contudo, que esses jovens querem ser vistos “dentro” da paisagem urbana central, como sujeitos de direitos da cidade, cidade esta que os exclui, mas sobre a qual apresentam formas ou possibilidades de dela fazerem parte e nela se constituírem. Entende-se que os jovens em situação de rua querem ver devolvidos seus direitos de estar dentro da paisagem urbana central e não à margem dela. Porém, ao fixarem suas moradias nas ruas o que se evidencia é que a cidade não foi feita para eles, a presença deles no espaço público difere do projeto urbanístico e social da cidade, fazendo com que sejam recorrentemente alvo de discriminações e de medidas de segurança.

A fala a seguir de uma das jovens nos descreve sobre os constantes deslocamentos que ela e o restante do grupo pesquisado necessitam realizar em busca de um lugar na cidade que possa “amenizar” a violência sofrida diariamente pela polícia:

“Não é moleza. Os policiais chegam já maltratando a gente, expulsando a gente dos lugares. Por causa deles, eu e os meninos aqui, já tivemos que ficar mudando de lugar. Mas aqui na Andradas é mais escondido, eles não enchem tanto o saco da gente dormir aqui. (Tayó, 16 anos)”

A violência que os jovens sofrem da polícia é uma constante em suas vidas. De acordo com Cadeira (2003) no Brasil, onde a distância entre as classes é significativa, a discriminação e violência contra os pobres pelas forças de “segurança” são redobradas, continuam assim, a sofrer os abusos da polícia. A fala de Tayó também nos mostra que onde suas existências ficam obscuras, escondidas, há certa “permissão” para suas presenças, o que vem reforçar como o aparato do Estado vias as medidas de segurança atua a fim de querer ver a pobreza apagada da cena social, em contraponto a necessidade de proteção dessas vidas, estejam onde estiverem.

O fato da maior parte dos jovens pesquisados residirem nas periferias da cidade de Belo Horizonte/MG antes da ida dos mesmos para as ruas tem muito a nos dizer sobre suas biografias. Residindo as margens da cidade, fora da avenida do contorno, nos demonstram um movimento em busca de traçar vínculos outros com a cidade. Refiro-me assim, a busca desses sujeitos pela paisagem central urbana nos provocando a pensar até que ponto a vinda para as ruas não seria também uma tentativa de efetivar laços outros de pertencimento a cidade. Laços diferentes dos que a história moldou, e continua para que a população pobre e negra esteja cada vez mais aquém do centro urbano. De acordo com Coura (2009), no final do séc. XIX o processo de ocupação do solo em Belo Horizonte se deu de forma desigual, tendo o estado favorecido a formação de uma estrutura espacial socialmente segregada.

Dentro desse cenário, os dados obtidos através dos estudos de Neto e Riani (2007), demonstram que na cidade de Belo Horizonte, particularmente na região centro-sul, cujo nível de renda é mais alto, há uma predominância da população branca em detrimento de uma baixa proporção da população negra da cidade (menos de 18,3%). Já as regiões periféricas no norte da cidade, como os bairros Isidoro Norte e Capitão Eduardo, que se caracterizam pela pobreza mais acentuada, possuem maior concentração de negros(as). Verifica-se também, que alguns pontos mais próximos da região central possuem maior proporção de negros e pobres, estes alocados nas regiões de favelas, como Morro das Pedras que possui o maior número de indigentes (16,57%) e com uma população negra de 63,59%. Constata-se, desse modo, que os brancos vivem predominantemente nas regiões habitadas pelas classes média e alta e os negros nas regiões mais pobres, (NETO; RIANI, 2007).

Dessa forma, não há como deixar de situar que o sistema neoliberal que marca nossa sociedade vem cada vez mais se ocupando de estratégias para afastar as pessoas do centro, prioritariamente, as pertencentes às camadas pobres, fazendo com que os espaços sejam cada vez mais privatizados.

Nessa perspectiva, examina-se que o grupo pesquisado encontra-se à margem desde que nasceram, pois não lhes foi ofertado um lugar próprio na cidade, que os reconheça e os legitime no plano real de suas vidas, enquanto sujeitos de direitos.

Sujeitos estes que são afetados por lógicas de controle ao uso e apropriação à cidade. Pode-se pensar que a vinda dos adolescentes e jovens para as ruas é uma tentativa para também saírem da invisibilidade do bairro.

A ausência de lugar na cidade para o público pesquisado se dá desde o momento que surge a proposta de Belo Horizonte/MG ser a nova capital de Minas Gerais. Como aborda Rabelo (2013), para efetivação dessa proposta foi convidado o engenheiro Aarão Reis, que teve como planejamento atender os interesses da elite mineira, tornando assim, Belo Horizonte, centro político, administrativo, econômico, social e cultural do estado, abrigando apenas 200 mil habitantes. Para termos uma ideia, segundo IBGE (2013), Belo Horizonte/MG possui atualmente cerca de 2.479.175 habitantes. Mesmo com o passar dos anos, diante desse panorama, podemos ter uma noção de quantos habitantes já não seriam contemplados nesse projeto urbanístico.

De acordo com Rabelo (2013), dentre as orientações do engenheiro aos funcionários que trabalhariam na nova construção da capital do país estava à ordem em “desapropriar, amigavelmente ou judicialmente, os terrenos a serem ocupados e as construções e benfeitorias a serem demolidas”, (RABELO, 2013, p. 49). Segundo o autor, tal medida, adotada por Aarão Reis determinava que as obras seguissem as mais severas indicações e exigências modernas de higiene, conforto, elegância, e embelezamento, sem excessivas preocupações com suntuosidades dispensáveis. No entanto, não houve compartilhamento do novo projeto da capital, seja com os antigos moradores, seja com os que desembarcavam na cidade, seja para trabalhar ou residir. Tratava-se de uma imposição hierárquica e verticalizada à população, desrespeitando assim, não só os moradores como também o lugar onde estes viviam.

Nesse contexto, a cidade foi assim planejada, abarcando na área urbana a classe média-alta, ou seja, dentro da Av. do contorno, e a área suburbana que ficava fora da então Av., destinada a localização dos bairros e vilas que não foram planejados. Desse modo, ao voltarmos o olhar para localização do bairro de origem de grande parte dos jovens pesquisados, detectaremos que para eles não se foi pensado lugar.

Cabe destacar ainda, sobre a outra área da cidade demarcada chamada cinturão verde, destinada para atividade agrícola, cujo loteamento compreendia sítios, e chácaras de abastecimento da população. Esta área era, pois, produtora de carnes de pequenos animais,

legumes, frutas, leite e hortaliças, como aponta Rabelo (2013). A divisão da cidade de Belo Horizonte é bem ilustrada, abaixo:

A zona urbana que constituía o espaço moderno e ordenado reservado para as elites mineiras. Possuía avenidas largas, retas, geométricas, infraestrutura sanitária e técnica, área que deveria ser espelho das cidades mais modernas do mundo; a zona suburbana, fora dos limites da Avenida do Contorno que funcionava como uma fronteira que separava a vida urbana da suburbana, onde as moradias eram sofríveis e os serviços precários; e, por fim, a zona rural, um cinturão verde, onde se localizariam os núcleos coloniais que abasteceriam a Capital de frutas, legumes, verduras e matéria prima para a sua construção. (PASSOS, 2009, p.44)

Sob essa ótica Ribeiro e Garcia (2001) afirmam que a constituição da cidade de Belo Horizonte se desenvolveu em confronto com fenômenos da segregação social e da segregação espacial. A segregação social estabelecida em face de determinantes de desigualdade e pobreza. Já a segregação espacial remete às divisões entre os espaços demarcados pelos fatores relacionados aos fatores sociais: raça, riqueza, educação, religião, profissão, nacionalidade.

Tais fatores elencados por Ribeiro e Garcia (2001) não eram preocupações de Aarão Reis, segundo menciona Rabelo (2013). As preocupações do então engenheiro centravam-se na meta de ancorar a criação da capital mineira nos moldes de uma bela e ampla forma de um anfiteatro para o oriente. Porém, esse projeto tornou-se “maldito” para a população pobre. Os antigos moradores foram desapropriados e suas propriedades demolidas para darem lugar à nova cidade, recebendo, pois, valores insignificantes.

[...] muitos habitantes da cidade ficaram desprovidos de recursos, tiveram que ocupar locais desfavorecidos, distantes do centro, processo este que caracterizou a exclusão da população mais pobre e que se estende até hoje, a despeito de esforços de algumas administrações municipais. (RABELO, 2013, p.52)

A cidade que estava, portanto, a nascer não era para os sujeitos pesquisados, ou seja, a classe pobre e miserável, tal população não foi, portanto, levada em conta no projeto de Aarão Reis. Era o nascimento da cidade em contraponto, o falecimento da existência de muitos de seus habitantes, se assim, pode-se dizer.

Como revela Passos (2009) mediante tal divisão da cidade foram demarcados limites, determinando e hierarquizando territórios, em que não havia locais para os trabalhadores que vieram exercer suas forças de trabalho. Estes tiveram que instalar-se em locais provisórios, desprovidos de qualquer assistência do poder público. E como consequência disso, surgiam-se, então, as primeiras favelas belo-horizontinas. Rabelo (2013) expõe que nas favelas residiam

os sem-teto da época, a mão de obra estrangeira, com pouca ou nenhuma qualificação e os trabalhadores procedentes de diversos pontos do Brasil, em grande maioria ex-escravos.

O projeto demarcou desde o início a divisão entre os favorecidos, integrados por representantes da elite política, altos funcionários, comerciantes, profissionais liberais, e o resto da população, antigos moradores, imigrantes, trabalhadores vindo do interior, entre os quais um grande número de negros recém-libertados da escravidão. Aos primeiros, foram destinadas as áreas nobres da cidade, como o Bairro Funcionários e o Centro; aos demais moradores não houve uma localização prevista. Os antigos residentes, com o pouco que receberam a título de indenização pela desapropriação de seus imóveis, retiraram-se para regiões afastadas e menos valorizadas, como Venda Nova e Barreiro. Os trabalhadores, nacionais e estrangeiros, tiveram de instalar-se onde podiam, geralmente em áreas deterioradas constituindo favelas da capital. (RABELO, 2013, p. 52)

Nota-se de acordo com as afirmações do autor, que ao invés de ser evidenciada a participação e contribuição dos trabalhadores, e seus ancestrais para a construção da cidade acabou-se por discriminá-los. Trata-se, pois, de uma lógica injusta, em que os próprios construtores da cidade são destituídos do direito de ocupar e usufruir da cidade dignamente. Tais indivíduos acabaram por oferecer suas forças de trabalho à construção de um espaço, do qual foram expulsos.

Como enfatiza Rabelo (2013), o projeto moderno e conservador que intitula Belo Horizonte como uma das cidades mais inovadoras do mundo acabou por não alterar os padrões conservadores, dando lugar a segregação e exclusão social nos velhos centros urbanos. Além disso, o autor ressalta que há escassez de registros, no que se concerne à participação dos trabalhadores, dos pobres, dos negros, na fase inicial da história Belo Horizontina.

Dentro desse contexto Rabelo (2013, p.52), cita que “um recente relatório do Programa das Nações Unidas (ONU) para Assentamentos Humanos, *Estado das cidades do mundo* 2010-2011, unindo o urbano dividido, inclui Belo Horizonte entre as cidades de maior desigualdade social no Brasil”.

Para o referido autor, tal desigualdade é fruto de um crescimento da cidade na contramão das ideias de seus fundadores. Pelo plano original, a cidade devia se desenvolver do centro para periferia, tanto assim que a primeira recebeu todas as atenções do governo. O que ocorreu, entretanto, foi à expansão incontrolável da região suburbana, cuja população rapidamente ultrapassou a do centro. Para se ter uma ideia já em 1912, cerca de 70% dos moradores de Belo Horizonte viviam nas periferias. Durante anos, grandes espaços da cidade permaneciam inutilizados, mesmo com a execução de todo um arsenal de infraestrutura. Tais

fatos se explicam como registra Rabelo (2013), pelos altos preços dos terrenos na área central, os quais eram inacessíveis para maioria dos moradores da cidade. Sendo assim, foram então fixar suas moradias nas zonas mais distantes e desprovidas de recursos para urbanização, em sua maioria pobres e negros(as).

Sobre a ocupação da cidade de Belo Horizonte para a população negra, Rabelo (2013) sublinha que esta se deu de forma totalmente desigual se comparado ao segmento branco. Aos negros coube uma incessante luta para ocupação e apropriação dos espaços da cidade, fazendo necessário criarem estratégias para reinvenção da vida social. A cidade de Belo Horizonte, reconhecida, pois, pelo seu traçado moderno, como exposto mais anteriormente, caracterizou-se fortemente por sua característica excludente e de segregação da população negra, desde a planta da sua construção, como bem nos lembra (CARDOSO, 2001). De acordo com o autor Belo Horizonte, a cidade moderna, produzida nas pranchetas da modernidade, pretendia realizar o desejo das elites brasileiras: uma cidade branca, asséptica e europeia. Assim, a população negra foi confinada nas favelas e periferias desde a construção da cidade.

A lógica de exclusão da população negra e sua segregação em favelas e áreas periféricas é a marca da política urbanística e do pensamento médico desde antes da abolição oficial do trabalho escravo. Por outro lado, a busca de legitimidade da ocupação territorial no Brasil, incluiria simbolicamente o indígena, mas não o negro. Este seria materialmente excluído da possibilidade de acesso às terras devolutas, a partir de 1850, com a chamada Lei das Terras. Por essa legislação que instituía a compra e venda de terras que, durante o regime escravocrata, eram de fácil apropriação, o negro pobre ficava impossibilitado de adquirir terras. (CARDOSO, 2001, p.135)

Desse modo a população que veio morar na capital mineira, segundo o autor, sofreu um processo deliberado de segregação pelas elites políticas, eclesiásticas, econômicas, sociais e culturais. Paradoxalmente, a população branca instalou-se em bairros com maior qualidade de vida, produzindo assim, um retrato espacial da cidade que evidencia claramente a divisão racial e social do território urbano.

Cardoso (2001) revela que nessa expansão da cidade, da periferia para o centro e do centro para a periferia, é possível registrar aspectos importantes da história da população negra na cidade de Belo Horizonte, expressada, sobretudo, por um movimento contínuo de afirmação política e de resistência cultural.

Como nos afirma Rabelo (2013) na história de Belo Horizonte como de resto em toda história do Brasil, os negros sempre estiveram relegados a uma posição subalterna, que só nas últimas décadas vem mudando de forma gradativa. Por isso, até então suas presenças na vida

das cidades eram praticamente ignoradas pelos historiadores. Tal fato é o caso de Belo Horizonte em que acabaram por esquecer que no período de Curral Del Rei, nome anterior da capital mineira, a mão de obra nas fazendas era fundamentalmente escrava. Viviam sob duras condições de trabalho, servil no campo, na mineração. Como afirma Ligia (1991), pela ótica do sistema, os negros foram vistos como causa do nosso desenvolvimento interrompido ao invés de serem enxergados como os responsáveis e grandes construtores do país, através de suas forças de trabalho, o que veio a multiplicar por três a produção mundial de ouro no século XVIII.

Apesar de trabalharem na construção da capital, como lembra Rabelo (2013), as pessoas negras não tinham nem sequer um lugar apropriado para morar. Desse modo, é que foram surgindo às favelas fora do centro urbano, lugar, pois de destino da população em sua maioria negra. Viviam, pois, nessas regiões em condições desfavoráveis, e que se perpetuam até os dias atuais.

Os negros tiveram e tem um papel importantíssimo na história da cidade, aliado ao trabalho para criação da nova capital, participavam nos movimentos reivindicatórios de construção da capital, embora poucos estudos revelem a luta dos mesmos, (RABELO, 2013). Dentre tantas atuações e ações destaca-se a luta do movimento negro.

O que os próprios militantes negros (as) convencionaram chamar de Movimento Negro, são na verdade um conjunto de entidades, associações e grupos culturais, de diversos tipos, frouxamente articuladas entre si – há quem prefira mesmo designá-lo por “movimentos negros”, no plural. Há desde entidades socioculturais como a Associação José do Patrocínio - a mais antiga entidade da comunidade negra de Belo Horizonte - que, nos anos 80, passa se chamar Centro de Integração Sócio Cultural da Raça Negra – CISCURNE; organizações políticas como o Movimento Negro Unificado - o MNU - a mais importante organização negra dos anos 80; instituições semi-acadêmicas de estudos e pesquisa como o Centro de Estudos Afro-Brasileiros da FAFICH/UFMG e, mais recentemente, o Grupo Interdisciplinar de Estudos Afro-Brasileiros da UFMG; organizações de mulheres negras como o N'zinga – Coletivo de mulheres negras; a Associação Nacional Casa Dandara; organizações religiosas de matriz afro-brasileira como a Federação Espírito-Umbandista de Minas Gerais; a Federação dos Congadeiros de Minas Gerais; o Instituto Nacional da Tradição e Cultural Afro-Brasileira – INTECAB; a Congregação Mineira de Candomblés – COMCAN; o Centro Nacional de Articulação e Resistência Afro-Brasileira - CENARAB; passando por grupos ligados à Igreja Católica como os Agentes Pastorais Negros - APN'S; o Grupo de União e Consciência Negra - GRUCON e os grupos culturais de dança afro-brasileira como a Cia Dançarte dirigida pela coreógrafa Marlene Silva - pioneira em Belo Horizonte; a Cia de Danças Bataka; a Cia Primitiva de Arte Negra; entidades que congregam as escolas de samba como a Associação Mineira das Escolas de Samba e Blocos Caricatos – AMESBEC; inúmeros grupos de capoeira como o Grupo Iuna de Capoeira Angola; o Grupo de Capoeira Angola Pelourinho; os grupos de capoeira regional liderados por Mestre Dunga, Mão Branca e outros; grupos culturais que agregam a juventude negra da periferia articulados pelo movimento Hip-Hop; coletivos de sindicalistas negros, universitários negros e grupos de combate ao racismo vinculados aos partidos políticos como o PT, PDT, PMDB, PC do B, e outros, etc. (CARDOSO, 2001, p.137)

Portanto, para compreensão sobre o Movimento social negro é preciso percorrer o itinerário histórico da luta política articulada contra o racismo, o processo de construção e afirmação de uma identidade étnico-racial na cidade de Belo Horizonte, através do trabalho desenvolvido por algumas das instituições citadas acima, como nos mostra (CARDOSO, 2001).

No entanto, foram no contexto da cidade, vítimas da marginalização social e repressão policial. Como afirma Rabelo (2013) a polícia se intensificava onde havia a presença negra, o que também se faz muito presente na história atual, mais especificamente na história dos sujeitos pesquisados a partir dos relatos descritos ao longo desse texto.

4.4 Racismo no Brasil: Jovens negros(as) em situação de rua

“Não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas, como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior. A vida do preto brasileiro é toda tecida de humilhações. Nós tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite”.

Nelson Rodrigues

Em nossa sociedade ainda sobrevive o mito freyriano de que vivemos num *paraíso racial*³⁵, em que as relações entre brancos e negros se desenvolvem de forma harmônica e solidária. Tal ideia desarticula da cena social os conflitos, privilégios e violências entre um grupo humano sobre outro; ou seja, entre brancos e negros. A democracia racial, pautado por Freire (1933) vem reforçar uma ideia de igualdade entre as raças, o que passa de uma falácia em nosso contexto brasileiro.

Florestan Fernandes, em sua publicação “A Integração do negro na sociedade de classes”, apresenta contestações às ideias relativas à democracia racial, considerando-a, portanto, como um mito que por sua vez deteve alguma utilidade prática, evidenciada, a partir de três esferas:

³⁵ Ressalta-se que o conceito de raça nesse estudo é pensado ancorado na sociologia e compreendido como uma construção social e não biológica - fruto de ideologias racistas, conforme aponta (TELLES, 2003). A única raça existente trata-se da raça humana, porém, entendemos a importância de utilização desse termo, já que no Brasil a raça exprime tremenda influência no âmbito das relações e da organização social.

Primeiro, generalizou um estado de espírito farisaico, que permitia atribuir à incapacidade ou à irresponsabilidade do “negro”, os dramas humanos da “população de cor” da cidade, com o que eles atestavam como índices insofismáveis de desigualdade econômica, social e política na ordenação das relações raciais. Segundo, isentou o “branco” de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade morais, de alcance social e de natureza coletiva, perante os efeitos sociopáticos da espoliação abolicionista e da deterioração progressiva da situação econômica do negro e do mulato. Terceiro, revitalizou a técnica de focalizar e avaliar as relações entre “negros” e “brancos” através de exterioridades ou aparências dos ajustamentos sociais, forjando uma consciência falsa da realidade racial brasileira. (FERNANDES, 1965, p. 255)

De acordo com a concepção de Florestan Fernandes (1965) o mito da democracia racial acabou por suscitar a falsa consciência da realidade racial no Brasil, disseminando entre outras ideias: que o negro brasileiro não tinha “problemas”, de que não existia distinção racial, de que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder teriam sido distribuídas de forma indistinta e que seriam igualmente alcançáveis a todos. E, ainda, que o negro estaria, pois, satisfeito com sua condição social e estilo de vida.

As revelações do autor contribuíram para que a distância, desigualdade e discriminação entre brancos e negros pudessem ser evidenciadas, questionando assim a miscigenação como algo somente positivo. Os estudos de Florestan Fernandes (1965) foram importantes para que a tese da democracia racial fosse contestada, dando, assim, lugar a ideia de que o racismo tratava-se de uma prática difundida no país. Sendo assim, como relata Guimarães (2004, p.30/31) “no contexto dos interesses culturais e materiais que a motivaram nos anos 1940, 1950 e 1960, a democracia racial não é nem mais, nem menos duradoura que o “racismo científico”.

Nesse contexto Guimarães (2004) afirma que o racismo eclode na cena política brasileira, como doutrina científica, em justaposição à “abolição” da escravatura e, conseqüentemente, à igualdade política e formal entre os brasileiros, e mesmo entre estes e os africanos escravizados. Todavia, de acordo com Telles (2003) enquanto a escravidão aproximava-se de sua abolição, a ciência tendeu-se para validação da dominação racial, ao prescrever que caucasoides³⁶ eram superiores às pessoas não-brancas, em especial aos africanos. Tal situação estava vinculada a eugenia, que incluía ideias científicas sobre a raça, considerando naquela época que os negros eram inferiores e os mulatos, degenerados. Assim, os eugenistas do século XIX acreditavam que a população do Brasil era exemplo de uma degeneração biológica. Anterior a isso, segundo o autor, a raça conferia uma descrição sobre a origem do indivíduo, não uma hierarquia de tipos biológicos. Tendo em vista que a

³⁶ O termo caucasóide é usado em muitos estudos para descrever a população prioritariamente branca, (povos da Europa, do Oriente Médio, Norte da África e Índia).

subjugação dos índios e africanos ocorria mais devido explicações religiosas e morais do que por embasamentos científicos. Desse modo, destaca-se que nesse período imperava-se, portanto, ideias que defendiam que a solução da nação, era apostar na miscigenação com objetivo de favorecer o branqueamento da população.

Como aborda Telles (2003) os estudos de Florestan Fernandes (1965) relacionavam a miscigenação com a campanha de branqueamento da nação que tinha como objetivo extinguir a população negra no Brasil, fortalecendo, portanto, laços com a ideologia de legitimação da discriminação racial³⁷. Nesse contexto, pode-se verificar como tais ideários ainda sobrevivem numa lógica às avessas, se assim pode-se dizer. A realidade brasileira nos dias atuais presencia um alarmante extermínio da população negra, mais especificamente de jovens, em sua maioria, pobres e do sexo masculino. Torna-se inegável que de um modo, ou de outro, reverbera a ideia de eliminação de tal grupo humano, com fins de traçar meios para que somente a população branca permaneça, e a vida de negros e negras no país fique em segundo plano. Nesse sentido, denota-se através de Silva (2009) que há em nosso país uma tendência em transformar a diferença em desigualdade.

Pensar no discurso da democracia racial como falso, é perceber que as desigualdades raciais ainda estão arraigadas em nossa sociedade brasileira nos apresentando uma lógica "perversa", em que o negro é tido como não detentor de direitos enquanto os brancos, em sua maioria, são mantidos em suas posições hierárquicas, continuando a usufruir unicamente de privilégios, até mesmo no que tange a própria vida.

Para Souza (2009) a mestiçagem foi tida por muito tempo como um orgulho, extirpando e reprimindo todos os conflitos sociais existentes, acabando por reforçar a cordialidade da nação, que para ele trata-se de partir de uma teoria emocional da ação, em que se extingui a criticidade necessária para a construção do conhecimento. Nota-se que um olhar mais crítico é condição fundamental para o desvelamento do racismo no Brasil, expressado por ambiguidades, relações assimétricas de poder, desigualdades, violências e contradições sociais. O conceito de racismo com o qual dialogo mais veemente trata-se da definição proposta pelo SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que o compreende enquanto um sistema organizado e desenvolvido por meio de estruturas, políticas, práticas e normas capazes de determinar oportunidades e valores para pessoas e

³⁷ “[...] discriminação racial ou étnico-racial seria toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo, ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada”. Parágrafo único. Estatuto da Igualdade Racial, 2010.

populações a partir de sua aparência. Atuando, todavia, em diferentes níveis; a saber: pessoal, interpessoal e institucional.

Nesse sentido, Paixão, Rosseto e Carvano em suas análises no Relatório Anual das Desigualdades Raciais (2009-2010) descrevem que o racismo, tal como influi no Brasil, age mediante tentativa de negar a presença dos problemas sociais aos grupos discriminados decorrente da discriminação étnico-racial. Nesse caso, as dificuldades de tais grupos passam a ser entendidas como inexistentes ou geradas por fatores outros que não o próprio modelo das relações sociais existentes.

No estudo mencionado, Paixão e os demais autores (2009-2010) afirmam que o racismo na sociedade brasileira age baseado no critério das aparências físicas, tanto nasce do cotidiano das relações assimétricas de poder, na formação de mecanismos de prestígio social, no acesso às oportunidades de mobilidade social ascendente e de direitos sociais, quanto das estruturas sociais localizadas no plano do aparelho do Estado (racismo institucional³⁸), das empresas do setor privado, das escolas, dos meios de comunicação, que legitimam as desvantagens estruturais que serão vividas pelos que portam fenótipos diferentes do grupo hegemônico.

Marca os autores que isso faz com que as linhas de classe e as linhas de cor, no Brasil, se tornem tão coerentes, posto que se retroalimentem. Para os autores, no entanto, tal interpretação não implica o desconhecimento da óbvia realidade de que tanto existem brancos pobres como também há afrodescendentes que integram as distintas classes sociais. No caso dos afrodescendentes o fenótipo, atua como um capital humano às avessas. Com isso, para este último grupo, diante das situações de pobreza material e privações de todo tipo, tal condição passa a ser encarada pelas coletividades como algo perfeitamente normal ou aceitável. Por outro lado, quando os indivíduos deste último grupo se encontram em condições sociais mais favoráveis, é gerada uma série de constrangimentos ao efetivo gozo das prerrogativas que a posse dos bens econômicos, financeiros e materiais poderia garantir naquilo que a tradição sociológica norte-americana classificaria de incongruência de *status*.

Dentro dessa perspectiva Souza (2009, p. 373) enfatiza a importância da compreensão “entre quem sofre racismo a partir de uma condição de classe de baixo status e quem o sofre estando em uma situação de classe mais favorável, também o que difere da mulher para o

³⁸ Segundo dados do SEPPPIR, o racismo institucional ou sistêmico age de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – operando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial. Para maiores informações consultar: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/publicacoes-recentes/racismo-institucional>

homem.” Nesse contexto, Telles (2003) ressalta que dada a hierarquia racial imposta pela economia escravocrata, as relações entre os colonizadores brancos e as mulheres não-brancas se estabeleceram de forma completamente desiguais. Recorrentemente, os homens brancos violentavam sexualmente as mulheres africanas, indígenas e mestiças, o que veio a resultar no nascimento de brasileiros mestiços decorrente dessa situação de violência. Logo, a tradição da mistura racial no país originou-se, nessa época, principalmente de relações sexuais violentas como por uniões formais e informais, acentua (TELLES, 2003).

Verifica-se necessário ir de encontro com a realidade das situações e dados estatísticos reveladores da dinâmica racial no Brasil desde seu início para que se possa compreender um pouco sobre os vínculos desse estudo com a mesma.

Na procura de tecer tais conexões, compreende-se que não há como falar de racismo sem falar de violência. Violência essa, que perpassa os atos físicos, como também se expressa em sua forma simbólica, invisível. Tal violência trata-se, mais especificamente, como aponta Bourdieu (2003, p. 7/8) de uma “[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”. A violência simbólica adquire seu caráter silencioso e sutil, em que muitas vezes quem a sofre não a vê, percebe.

Nossa sociedade anula o negro, por vezes, quando ele está com seus direitos violados e o enxerga quando, onde e como? Ao invés de percebemos como a população negra é alvo, vítima da violência, nosso sistema social os coloca como protagonistas, justamente, daquilo que sofrem. Entretanto, é importante, salientar que:

Contrariando a história oficial, a trajetória dos negros no Brasil, foi desde a origem, marcada por incansáveis períodos de luta e intensa participação política. A resistência negra ao regime escravocrata pode ser considerada o primeiro movimento social de destaque na história do país. Negros e negras jamais ficaram passivos diante dos diversos tipos de violência a que foram submetidos e durante séculos, empreenderam fugas constantes das fazendas e engenhos, organizando-se nos quilombos”. (SNCR-PT, 2002, p.10)

Mesmo entre tantas violências sofridas, a população negra esteve sempre em movimento em busca de seus direitos, de sua voz e seu lugar no contexto social e urbano. Sabe-se hoje que a “abolição do trabalho escravo não foi um presente da Princesa Isabel, mas consequência de interesses para a formação capitalista brasileira aliada a rebeldia e a resistência do negro à escravização”, (LEITE, 1991, p. 64).

Falar de resistência é de fato trazer para a cena social o histórico de lutas do negro para afirmação de sua identidade, enquanto sujeito de direitos e de sua afirmação no espaço social. Dessa forma, no período de desenvolvimento da pesquisa atentou-se para as relações sociais que são tecidas com os sujeitos pesquisados, em sua maioria negros(as). Nesse contorno, cabe demarcar que foram nítidas a discriminação da sociedade com o público pesquisado. Durante a observação participante seja na Praça do Papa ou Parque das Mangabeiras foi presente a cena de pessoas que naqueles lugares estavam, se afastarem ou irem embora devido a chegada dos jovens pesquisados. Além disso, os olhares das pessoas expressavam de algum modo, intolerância aos jovens que ali ocupavam a cena urbana, cena esta que é de direito de todos os habitantes da cidade, mas que naquele momento era como se não fosse.

[...] nosso racismo impede o movimento no negro no espaço social na mesma medida em que a reação coletiva a esse movimento (a princípio permitido) provoca constrangimentos mais ou menos insuportáveis. O que se nomeia corriqueiramente como a hipocrisia do racismo brasileiro é fruto do fato de que, nesse tipo de discriminação, o racismo age menos antecipando o movimento do que reagindo a ele, ou seja, efetivamente ninguém costuma ser (no sentido de agir como) racista até que o negro mova contra a doxa estética. (SOUZA, 2009, p. 372)

O fato dos jovens pesquisados estarem durante as visitas de campo ocupando o espaço urbano da Praça do Papa, ou Parque das Mangabeiras alterou a fisionomia daqueles lugares, já que o uso desses espaços é tido comumente pelas camadas média e alta, o que não deveria assim ser. Desse modo, percebia-se que o fato dos jovens negros(as) alterarem a “fisionomia” daquele espaço, produzia incômodo nas pessoas a ponto delas se retirarem, expressando assim, lastimavelmente o racismo nosso de cada dia. Ser jovem negro(a) em nossa sociedade caracterizada e estruturada frente a um “padrão branco” se faz perante um processo desafiante.

Não há como negar que ser branco em nossa sociedade coloca em pauta privilégios, já ser negro traz para cena direitos que são negados, violados, colocando em ameaça à própria vida. O que de fato tem acontecido é o extermínio da juventude negra, e muitas das mortes são efeito da ação violenta dos policiais que se pautam numa prática que pode ser reflexo tanto do racismo institucional, quanto influencia da ideia construída de homem negro como marginal e desviante, infelizmente, tão presente no imaginário social de nosso país.

Dentro dessa perspectiva, um dado da pesquisa que se mostra muito relevante para pensarmos no racismo é que a maioria dos jovens com os quais me deparei residindo nas ruas dessa região da capital são pardos(as) e negros(as). Destaco que dentro o universo pesquisado,

havia apenas um jovem branco, num total de 13 jovens. A violência simbólica enviada para os mesmos, durante o processo de pesquisa veio a se expressar a partir de uma das situações vividas nesse período. Em um dos dias em campo, ao lado da drogaria Pacheco, na Av. Alfredo Balena uma Senhora observa o grupo pesquisado e a mim, se aproxima e verbaliza: *Você é Assistente Social? Eu respondo: que não e pergunto porquê? Ela responde, apontando apenas para Bakari (jovem branco): Como pode um menino desse aqui, é um absurdo! Eu afirmo: Ele não é o único, e os outros que estão aqui? Ela diz: Mas esse menino, o Estado não faz nada?* (sic). A Senhora sai de perto do grupo continuando a falar, vira as costas e vai embora. A senhora nem quis ouvir nem melhor ver o que de fato ali se passava. Para mim nesse momento, a questão racial apareceu com clareza, uma vez que sua preocupação era somente ao jovem branco.

O fato compartilhado me fez refletir sobre a cegueira social frente ao racismo. Sobre a invisibilidade que paira sobre a população negra, a ponto da referida senhora não “enxergar”, considerar os outros jovens que ali estavam. Sobre a violência simbólica que perpassa nosso cotidiano. Como já dizia Dias e Silva (2013) a violência simbólica se faz presente de forma tão sutil, que por muitas vezes não nos damos conta de sua incidência.

Vivemos numa sociedade que segrega e classifica seus membros de acordo com a cor da pele, de forma a valorizar uns em detrimento de outros. Pode-se, pois, desvelar várias diferenças entre brancos e negros na ocupação da cidade e na conquista dos direitos sociais. O que esses jovens vivem não se trata somente de um conflito social, familiar e urbano, mas também racial. Não podemos deixar de considerar que o racismo em nossa sociedade se dá de forma velada, camuflada, nas entrelinhas, se assim faço-me entender. De acordo com consultas a estatísticas referente a população negra verificamos a incidência do genocídio da juventude negra, a desvalorização da beleza negra, a pouquíssima inclusão de negros em postos relevantes da vida social, ao baixo acesso a educação, entre tantas outras. Nesse sentido, em nossa sociedade o racismo se dá sob a forma de uma violência cruel, silenciosa e que por vezes nos cala e cega, a ponto de não reconhecermos vidas que vivem sob constantes ameaças e as que são meramente destruídas. Nesse contexto, cabe ressaltarmos a fala de um dos jovens pesquisados:

“Na rua nós não dormimos na verdade não. Medo dos outros botarem fogo, tem nego que faz covardia. [...] Os Skinheads, Eles não gostam de morador de rua não. [...] eles passam de madrugada, botam fogo. (Kito, 18 anos)”

A fala de Kito expressa uma das ações racistas de um grupo específico, que age sob o discurso da “justiça” feita pelas próprias mãos e defendida por largos setores da mídia, nada mais é do que a dissimulação de uma sociedade racista que não quer se olhar diante do espelho, (OLIVEIRA, 2014).

Dentro dessa perspectiva, o Mapa de violência, ano 2013, revela que em 2011, a população de 15 a 24 anos era de 34,5 milhões de jovens, o que representa 18% da população brasileira. Porém, o número de assassinatos nessa faixa etária corresponde a 36% do total da população, o dobro do que seria esperado em função do peso da população jovem brasileira. No Brasil, sete jovens de 15 a 29 anos são mortos a cada duas horas, 82 por dia, 30 mil por ano. E esses mortos têm cor: 77% são negros. Enquanto o assassinato de jovens brancos diminui, o dos jovens negros aumenta, como mostra o Mapa da Violência de 2014, (WAISEFISZ, 2014).

Já em relação às mulheres, verifica-se de acordo com dados do IPEA (2013) que as jovens foram as principais vítimas de feminicídios no Brasil sendo que 31% delas estavam na faixa etária de 20 a 29 anos. Segundo a pesquisa mulheres negras foram vítimas de 61% dos feminicídios. Cabe registrar ainda que a maior parte das mulheres assassinadas no Brasil tinham baixa escolaridade, 48% daquelas acima de 15 anos de idade tinham até 8 anos de estudo.

Outro fato que merece ser destacado, no presente estudo, é que dentre os jovens pesquisados, o único jovem branco do grupo foi quem esteve um tempo menor em situação de rua em relação aos demais e o que durante a pesquisa de campo foi abrigado. Saliento também que durante o período de realização da pesquisa um dos jovens negros retornou ao convívio familiar. Os demais permaneceram em situação de rua, exceto os jovens que faleceram. E dentre os que permanecem em situação de rua, três dos jovens (*Shena, Erasto, e Sadiki*) encontravam-se acautelados em centros socioeducativos.

Penso que tais dados nos aproxima ainda mais do entendimento de como as relações sociais são gestadas de modo a demarcar lugares distintos para brancos em detrimento aos negros. Até que ponto o fato do jovem branco ter permanecido menos tempo nas ruas, diz de uma aceitação maior da situação de rua pela população negra? Porque a sociedade estranha mais uma pessoa branca em situação de rua do que uma negra?

Segundo Moreira (2010) numa sociedade como a brasileira na qual há um predomínio de uma visão negativa, estereotipada e preconceituosa historicamente construída relativamente ao negro/a e uma visão positiva historicamente imposta ao branco/a, ter-se-á um

processo com uma gama ampla de referenciais negativos sobre o negro e um deficitário acervo positivo sobre este último grupo.

Observa-se, pois, que tais situações revelam a dinâmica de preconceito engendradas pelas pessoas e instituições sociais, sendo que o preconceito em nossa sociedade não se trata do preconceito de origem, mas sim do preconceito de marca, como aponta Nogueira (2006). À luz das ideias do autor, na falta de expressões mais adequadas, o preconceito, tal como se apresenta no Brasil, foi denominado como preconceito de marca, reservando-se para a modalidade preconceito de origem para a realidade dos Estados Unidos.

Baseado em Nogueira (2006) identifica-se que a própria expressão “preconceito de marca” não estabelece senão uma reformulação da expressão “preconceito de cor”, que se encontra não apenas nos autores referidos e em outros escritos relativos à “situação racial” brasileira, como chega, mesmo, a ser corrente, em nossa sociedade brasileira, quando se discute a questão. Nessa perspectiva quando o preconceito de raça se demonstra em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, descreve-se que este é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, considera-o de origem.

Nesse contexto, Nogueira (2006) afirma que onde o preconceito é de marca, como no caso brasileiro, o limiar entre o tipo que se atribui ao grupo discriminador e o que se atribui ao grupo discriminado é indefinido, varia-se pois, decorrente de fatores subjetivos, tanto em função das características de quem observa como dos de quem está sendo julgado, bem como, ainda, em função da atitude (relações de amizade, deferência etc.) de quem observa em relação a quem está sendo identificado.

Por fim, não há como desconsiderar que o processo de socialização dos/das jovens pesquisadas se dá frente um tipo de integração social desigual se comparado jovens brancos/as, o que produzirá marcas nas identidades desses sujeitos.

Como se pode verificar, historicamente ser branco/a e ser negro/a coloca em pauta modos de socializar diferentes, visto que a integração do negro/a em nossa sociedade se dá por vias de violência, discriminação. Um exemplo disso é o que nos afirma Dias e Silva (2013) no que tange a escolarização da população negra, caracterizada como um veículo de exclusão quer seja pelo acesso que historicamente tem sido negado; quer porque atravessado por práticas de uma hegemonia racista, na qual os negros e negras têm o ensino de pior qualidade. Afirmam as autoras que o racismo e discriminação entre brancos e negros não determinam apenas as desigualdades educacionais, mas também as sociais e de renda.

4.5 Ser Jovem negro(a)

*Essa noite eu acordei um pouco assustado,
 Minha mãe tava chorando
 Sentada ao meu lado
 Eu perguntei
 Mãe o que aconteceu
 Ela me disse assim
 Eu sonhei que você morreu
 Oh minha mãe conta como foi esse sonho
 Eu quero saber logo
 Para me não me preocupar
 Lá na favela tá rolando um boato
 Que eu entrei numa treta
 Tão querendo me matar
 Meu filho isso tem tudo haver
 Eu me lembro dos cara entrando em uma com você
 Eu implorando mãe
 Eu não entrei em treta alguma.*

Erasto (15 anos)

A vulnerabilidade social juvenil é o que marca a trajetória da maioria dos jovens pesquisados. Considera-se, pois como sendo situação de vulnerabilidade social juvenil, o complexo conjunto de fatores que torna os jovens susceptíveis a processos de exclusão social e ao envolvimento com graves situações de violência física e simbólica. No entendimento dos autores a vulnerabilidade nasce decorrente de processos de desigualdades sociais globais que provocam, portanto, desvantagens sociais específicas. Em tal condição, há existência de obstáculos e riscos que são enfrentados por determinados grupos sociais através da criação de táticas cotidianas – que nem sempre decorrem de situações de legalidade – para o alcance da superação das dificuldades impostas à sobrevivência, (CARRANO; DAYREL, 2014).

Na situação de rua em que os sujeitos pesquisados estão, nota-se, sobremaneira, o desenvolvimento de táticas cotidianas que são recursos necessários para que a vida nesse espaço possa acontecer, já que se trata de um espaço que a sobrevivência é colocada a todo o momento em jogo. A letra da música feita por Erasto, parece traduzir como a morte se faz presente na realidade dos jovens pesquisados, mais cedo do que se espera.

De acordo com o Índice de vulnerabilidade e desigualdade juvenil, (Brasil, 2014), fomentado entre outros interesses a partir do Plano Juviva³⁹ detectamos que a violência tem sido uma constante nas trajetórias juvenis, muito diferente do que se prega no senso comum de que a juventude é quem produz violência. Segundo, os dados produzidos pelo referido estudo, a sociedade brasileira concomitantemente ao fato de ter se tornado mais violenta, progressivamente passou a ter no contingente do sexo masculino, preto e pardo o alvo preferencial dos homicídios. Computando-se especificamente no período compreendido entre 2001 e 2007, 340.965 homicídios foram cometidos.

Entre 2001 e 2007, em todo o país, foram cometidos 135.226 homicídios contra pessoas de até 24 anos de idade. Destes, 77,5% corresponde a homicídios de pessoas entre 18 e 24 anos, contingente, portanto, mais exposto a este tipo de situação que o público das faixas etárias mais jovens. De qualquer forma, chama a atenção que, no período, tenham sido cometidos 532 assassinatos contra bebês de até 1 ano de idade; 706 contra crianças entre 1 e 4 anos; 817 contra crianças de 5 a 9 anos; 3.897 contra crianças e adolescentes de 10 a 14 anos; e 24.449 contra jovens de 15 a 17 anos.

Quando o indicador é analisado de forma desagregada pelos grupos de cor ou raça, observa-se que, no intervalo 2001-2007, em todo o país, foram cometidos 83.904 homicídios contra jovens pretos e pardos de até 24 anos de idade, correspondendo a 62,0% do total dos casos de assassinatos contra pessoas desta faixa de idade. No mesmo intervalo de idade, foram cometidos 42.159 homicídios contra crianças e jovens brancos de até 24 anos de idade, equivalendo a 31,2% do total de pessoas assassinadas neste intervalo etário. Observa-se que o número de assassinatos que incidiram sobre as pessoas negras foi praticamente o dobro do número de assassinatos que incidiram sobre as pessoas brancas.

Dentro dessa perspectiva, no caso do cenário pesquisado há ameaça por toda parte. São advindas de vários contextos, seja da polícia, os adultos, sejam eles as vítimas ou os agenciadores da transgressão, bem como dos próprios meninos e meninas em situação de rua, (Vogel e Mello, 1996). Em geral, a ameaça advém do próprio ritmo que a vida na rua tem. Verifica-se que a vida dos jovens em situação de rua são provisórias, já que para eles viver ou morrer trata-se de uma questão de sorte, (LEITE, 1991). De fato, tais jovens não contam com fatores protetivos que possam retardar a morte precoce.

Durante a realização da pesquisa, já nos primeiros contatos estabelecidos com o grupo pesquisado, os relatos sobre as mortes começaram a aparecer. A primeira morte revelada

³⁹ Plano Nacional de Enfrentamento a Violência contra o genocídio das juventudes, prioritariamente a juventude negra.

pelos jovens em campo trata-se de um de seus amigos que eu não cheguei a conhecer. Este foi morto a pauladas, em que as marcas de sangue ainda marcavam o chão onde o falecimento havia ocorrido. Nesse dia, uma adulta em situação de rua estava presente junto aos jovens e foi quem narrou o acontecido, mas não quis explicitar o motivo.

Os jovens mostravam-se agitados nesse dia, brigando muito entre si, o uso do thinner por eles mostrava-se mais acentuado. Rolavam no chão e simulavam empurrões entre eles, seguidos de falas, *“eu vou te matar”*, (sic). Percebia que aquela ação era a forma encontrada por eles para retratarem a situação vivida na noite anterior. Tratava-se de uma *“dramatização”*, que veio a ser interrompida quando um adulto diz: *“vão parar aí de gracinha.”* (sic). Eles então se separam e voltam a usar thinner.

A notícia da segunda morte se deu através de um encontro informal em que eu descendo de um ônibus na Savassi (Av. Getúlio Vargas) quatro jovens pertencentes ao grupo pesquisado se aproximam e logo contam sobre a morte de uma das jovens pertencente ao grupo pesquisado, a jovem Jamila. Essa jovem foi quem teve sua máquina fotográfica roubada, demonstrando-se chateada diante da situação. Na época do ocorrido nos deixou a seguinte fala: *“Vou tentar achar minha máquina, quero tanto achar para guardar as fotos para minha mãe. Mostrar para ela quando estava bem, quando não estava. Quero também poder ter foto dessa idade para depois ver como eu era”*, (Jamila, 14 anos). É interessante registrar que a jovem enquanto trazia as falas acariciava seu rosto. Observava que as imagens tiradas por ela detinham um significado singular, reiteravam o desejo dela querer ser vista.

A terceira morte refere-se ao jovem Tupac decorrente de uma briga com o irmão. Tupac foi um dos jovens que mais se interessou pela pesquisa e mobilizou os outros a participarem. Observei nele um interesse maior pela pesquisa, bem como de contar que quando estudava fazia muitas pesquisas e que queria ajudar na minha. Tanto na ida no Parque das Mangabeiras, quando andamos de ônibus juntos, ele dizia para outras pessoas: *“Eu tô aqui, é uma pesquisa, entendeu”* (sic). Percebia nele uma necessidade em contar para as outras pessoas que estava participando de uma pesquisa, demonstrava se sentir importante participando da mesma. Destaco ainda que na nossa ida a Praça do Papa, no caminho Tupac pede a garrafa de água que eu estava na mão. Ele pega a mesma, corta-a no meio com a ajuda de um galho de uma árvore e apanha uma flor. Coloca a flor dentro da garrafa e me entrega. Como não perceber a humanidade desses jovens?

Já a quarta morte que nesse estudo foi registrada, mas que não condiz com a realidade referiu-se a jovem Nyota. Nos contatos com a mesma, ela sempre dizia estar com saudades de

sua filha que residia com sua mãe e foi uma das jovens quem mais presenciei o choro no contexto das ruas, mais especificamente relativo à morte de Tupac.

Faço questão de fazer destaque aos registros de campo sobre a vida desses jovens que faleceram para que sejam ressaltadas suas formas humanas e afetuosas de tecer as relações, como meio de contrapor a lógica que nomeia tais jovens apenas como agressivos e/ou violentos. Não há como negar que o espaço das ruas para os jovens pesquisados traz a proximidade da morte como bem cessa seus processos de socialização. Por mais que elaborem táticas recriando o espaço e tempo experienciados nas ruas, o contexto em que se encontram coloca em jogo suas possibilidades de existência. A fala de Sule (21 anos): *“Agradeço a Deus, por estar vivo”*, vem nos revelar quão frágil a vida se torna nesse espaço, e que pelo fato de serem negros(as) e pobres há grandes chances de que em outros espaços não seria diferente. A rua é para eles dentre tantas características, aquela que pode tirar a vida em qualquer momento. Kumi ao tirar uma das fotos da cidade, revela tê-la tirado para representar que *“as ruas tem matado muita gente”*. De algum modo nos revela o que tem ocorrido em sua experiência de vida.

Imagem 20 – Foto tirada por Kumi



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa, (2013).

As mortes reveladas durante esse período de pesquisa, nos conectam com um fenômeno mais amplo que se trata do genocídio da juventude negra de nosso país. Como aponta Soares (2004) há um verdadeiro genocídio no Brasil, em que são os jovens pobres e negros, do sexo masculino, as principais vítimas. O referido autor relata que trata-se de um problema tão sério a ponto de depararmos com um déficit de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica do país, o que se faz presente apenas em contextos sociais que estão em guerra.

Tabela 2 – Homicídio e Risco Relativo de Morte de Jovens Negros e Brancos na região de Minas Gerais – 2007 à 2012

Unidade da Federação e região	2007							2012						
	Homicídios		População		Taxa (1)		Risco Relativo	Homicídios		População		Taxa (1)		Risco Relativo
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro		Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro	
Minas Gerais	620	1.743	2.770.647	3.285.601	22,4	53,1	2,37	605	1.930	2.323.874	3.367.850	26,1	57,3	2,20

Fonte: Recorte dos dados do índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade, (BRASIL, 2014) - Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Há uma prevalência de jovens negros sendo mais vítimas de assassinatos do que jovens brancos, o que tem gerado uma tendência nacional: em média, jovens negros têm 2,5 mais chances de morrer do que jovens brancos nos diversos estados do país. Se atermos aos dados locais, por exemplo, Minas Gerais possui um índice de (2,2) dentro do rol dessas estatísticas, como pode-se ver na tabela 2.

Constata-se assim que a vida para a população jovem negra, majoritariamente masculina tem sido alvo de constante ameaça e extinção. Assim, para a realidade juvenil pesquisada, nota-se que ao lado da criação de táticas para sustentarem seus cotidianos no espaço das ruas, necessitam lidar com a ameaça constante em relação ao seu direito de viver. São jovens que não contam com fatores protetivos, mas sim com fatores que acentuam sua desproteção. Fatores estes ligados a estereótipos e preconceitos, o que torna suas vidas uma exata extensão do presente. Assim, necessitam criar ações e movimentos próprios em busca de garantir o que deveria ser preconizado pela lei, BRASIL (1990).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Penso que a tarefa de tecer considerações finais é mais um movimento de produção que não cessa, pois chego a ele com outras e novas questões que inquietam. Mas, esse é um momento de certo balanço do que foi realizado, pesquisado, encontrado como resposta às inquietações iniciais. Trata-se de um movimento que me conduz ao ponto de partida e ao seu desenrolar, com vistas a apreender os pontos principais revelados pela pesquisa, apreendidos e aprendidos.

Aprendi com esse estudo que o pesquisador se forma não somente quando está em campo ou quando está sob a posse de teorias e estudos ou ainda no ato da escrita, mas sim se forma ao longo de todo o percurso. O meu percurso, por exemplo, esteve recheado de deslocamentos na forma de pensar, refletir e registrar sobre os jovens que me propus pesquisar.

Dessa forma, finalizo esse texto compreendendo que as falas, ações e silêncios apresentados pelos jovens pesquisados nos colocam, de forma irremediável, diante da reflexão sobre o que é a vida para eles? Pois, tanto por meio dos dados estatísticos como dos dados coletados em campo pode-se observar que muitos dos jovens pobres, em sua maioria negros morrem antes mesmo de chegarem à idade adulta. Sendo, ainda, que no caso de crianças e jovens em situação de rua o comportamento adulto exigido não corresponde ao registro etário, mas sim às exigências que a vida nas ruas os impõe. A adultização de crianças e jovens em situação de rua refere-se à uma necessidade que os filhos da pobreza são convocados a desenvolver desde a tenra infância.

Diante das inúmeras expertises que os jovens pesquisados produzem no cotidiano das ruas percebe-se que viver/sobreviver é para eles uma luta diária. Para manutenção de suas vidas, vários esforços são exigidos. O viver desses jovens é expresso por um conjunto de táticas a fim de criar a possibilidade de existência na rua, ao mesmo passo como maneira de escapar da morte precoce. Nota-se assim, que por mais táticas que esses jovens criem, estas não são suficientes para lidar com o desamparo social do Estado e a repulsa que a sociedade tem em relação a eles. A eles faltou *feedback social* como já dizia Sluzki (1997). Faltou-lhes nutrição emocional, moral, a presença de referências protetivas e positivas em suas vidas.

Detectei que a mensagem social predominante enviada para esses jovens é de que são pessoas perigosas e/ou violentas, ao mesmo tempo em que pude apreender que esses sujeitos experienciam formas inéditas de protagonismo, tangenciadas por movimentos de resistência e reinvenção de suas possibilidades de ser e estar no mundo.

O fato de estarem em situação de rua e de promoverem a alteração da fisionomia central da cidade, a meu ver, são formas de reivindicarem seus direitos à vida urbana em toda sua amplitude. Trata-se, sobretudo de uma busca para se sentirem mais pertencentes à cidade e a vida social. Pois, como revela Martins (2003) a organização do espaço urbano para os pobres ancora-se na contínua realocação dos mesmos em territórios subalternizados, fazendo com que permaneçam em residências distantes dos grandes centros urbanos.

Ao analisar a formação histórica da maioria das cidades brasileiras, pode-se verificar que foram estruturadas com base em um viés segregacionista e higienista ligado, principalmente, aos condicionantes referentes à raça, etnia e classe. E isso se reflete nas relações que são tecidas no interior das cidades, nos mostrando a hostilidade da vida urbana para os jovens pesquisados.

O que se percebe com esse estudo é que existe uma ação de retirada da população do espaço das ruas de forma permanentemente agressiva, punitiva, e não para fins protetivos. Esses jovens necessitam de ações que descriminalizem suas vidas, que não as reduzam, mas sim as otimizem. Vimos que os jovens buscam efetivar vínculos que sejam fonte de apoio, confiança recíproca. Procuram ter com quem compartilhar os estágios de seu desenvolvimento e não o extermínio desse ciclo de vida.

Constatei, ainda, que os jovens pesquisados criam movimentos de resistência, na busca de romper com as fronteiras estabelecidas, criam táticas para estarem no centro da cidade, na paisagem urbana, até então de uso e apropriação recorrente das classes mais abastadas. Desejam, pois, estarem próximos de locais de lazer, de lugares mais bonitos da cidade, apresentando assim fascínio pela estética urbana.

No entanto, por mais que esses jovens expressem ações protagonistas via suas táticas de sobrevivência, encontram-se dentro de uma arquitetura de exclusão, que preconiza limpar e higienizar a paisagem retirando do espaço público os grupos tidos como indesejáveis.

Verifiquei que, para os jovens pesquisados, viver nas ruas da cidade representa, em certa medida, a apropriação de espaços que, pela situação socioeconômica de origem, eram deles excluídos. Esses jovens manifestam seus desejos de serem reconhecidos, querem visibilidade, desejam ser notados como seres humanos, enquanto jovens que possuem direitos e merecem respeito. São sujeitos que clamam por terem sua infância e/ou juventude garantidas.

A pesquisa demonstrou que as relações que a sociedade e o Estado tecem com os jovens em situação de rua refere-se principalmente a uma socialização marginalizada, em que o estigma enviado marca suas vidas como também reflete o descaso do Estado para

atendimento das demandas reais dessa população, que é recorrentemente vista como aquela que deve ser segregada, e para a qual as medidas de segurança fortalecem sua atuação. Os processos de socialização dos mesmos são atravessados não só pela segregação social, mas também espacial, não possuem acesso igual a bens dignos de habitação, lazer, saúde, entre outros e sofrem as marcas da segregação racial, o que reflete na integração social desigual e na interação das pessoas com os mesmos. O que também pode observar é que os processos de socialização desses jovens acontecem via ação do próprio jovem em situação de rua sobre si mesmo, em sua interação com seus pares, por meio de sua produção artística, através do Rap, dos laços de sociabilidade que se constituem permanentemente no espaço da rua e dos espaços de lazer precários que criam e acessam morando nas ruas, como exemplo, *o surfar nos ônibus*.

Por meio das fotografias e em diálogo com as outras fontes de dados verifica-se que esses jovens lutam por (re) existir no espaço das ruas. É lastimável perceber que esses jovens acabam morrendo a espera de intervenções que possam de fato transformar e proteger suas vidas.

Com base em evidências recolhidas, pode-se aventar a ideia de que a vinda dos jovens pesquisados para o centro da cidade parece se apresentar como tentativa de ampliação de seus processos de socialização e de busca por tecer rede de relações outras que forneçam outro tipo de socialização. Eles nos reivindicam outro tipo de socialização, demonstrando que querem participar da vida social tendo seus direitos preservados, querem estar “dentro” da cidade e não em suas margens.

Tais jovens vivem sob o signo do anonimato e lutando por direitos, pela própria vida, enviam seu “grito” à sociedade. No entanto, percebe-se que a sociedade e Estado preferem anular o som desse grito, pois esses jovens permanecem invisíveis para as ações e políticas no que tange a proteção, sendo visíveis apenas no aparelhamento para ações corretivas, punitivas, alimentadas pelo estabelecimento de medidas de segurança. Atuam, sobretudo, com audácia no que tange à punição e no reforço ao estigma em relação aos mesmos.

Dentro desse cenário, a lógica se inverte, pois ao invés de se proteger os jovens que se encontram em risco pessoal e social, o olhar é direcionado a uma proteção do Estado, sob a égide de um discurso que preza por um estado penal máximo. Lembrando que atos cometidos pelos jovens pesquisados, considerados fora da lei e das regras ditas como válidas, é uma forma de apresentarem uma atitude reativa e por vezes, considerada patológica pela sociedade, pois reagem à violência e a discriminação que sofrem. Verifica-se que se estende uma preocupação em garantir a segurança de quem já usufrui da propriedade privada e do

bem-estar da sociedade instituída e pouca preocupação para o menino e menina de rua enquanto sujeito que se desenvolve perante a negação de seus direitos, (LEITE, 1991).

Ao invés de fazer valer o que propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, opta-se por eleger leis outras, que ao invés de proteger, apenas punem aqueles que não puderam usufruir do direito a proteção. A redução da maioridade penal, por exemplo, é mais uma estratégia para que os jovens sejam desprotegidos, para que assim o Estado e a sociedade se protejam, sob o manto do discurso da segurança pública e ordem social. O que tem contribuído para agravar a criminalização da juventude pobre e negra em nosso país, tal como revelado pelas estatísticas evocadas em nosso estudo.

Outro ponto que merece ser ressaltado é a invisibilidade dos/das jovens em situação de rua perante as políticas educativas. Até que ponto as políticas e práticas educativas, sociais e de saúde levam em conta o fato da maioria dos jovens em situação de rua serem pobres e negros/as? De que forma se tem dado lugar há suas presenças, identidades e a seus saberes em diálogos com seus contextos de origem?

A meu ver a atuação educativa junto a esses jovens demandaria, por exemplo, intervenções itinerantes em diferentes espaços da cidade a fim de sensibilizá-los a firmarem, posteriormente, vínculos com espaços “fechados”. Essa perspectiva de trabalho educativo poderia tornar a rua “viva”, transformá-la em espaço criador de diferentes formas de socialização e educação, por meio da realização de oficinas itinerantes, brincadeiras e atividades pedagógicas. Por que não se promover espaços de reflexão com esses jovens nas ruas?

Compreende-se que esses jovens tem sede de circulação na cidade, de conhecer a cidade, de se verem integrados de outra forma. Sendo assim, por que não apostar em estratégias de intervenção junto a esses jovens no espaço das ruas? Por que não promover a escola, o lazer, a cultura no espaço em que eles se encontram a fim de sensibilizá-los a, posteriormente, firmarem vínculos com espaços entre quatro paredes?

Considero necessário realizar intervenções junto a esses jovens antes que reestabeçam o contato permanente com suas famílias, dentre outros espaços tradicionais de socialização. Pode-se perceber que no espaço das ruas faz-se necessário que o tempo de que dispõem seja otimizado e suas vidas potencializadas. Cabe perguntarmos o que tem sido feito em nível de políticas públicas para que, no tempo ocioso dos jovens em situação de rua, o uso da droga não seja a única opção? Quais oportunidades e intervenções na rua estariam recriando a vida dos mesmos?

Pude perceber que muitas intervenções caminham na direção do imediatismo, visando a reestabelecer os vínculos desses jovens com espaços tradicionais de socialização, e muitas vezes a tentativa é sem sucesso. Parece que a atuação foca-se apenas na espera que eles voltem para suas famílias, escola, ou que sejam abrigados, mas o que se percebe é que há da parte dos jovens uma resistência a esse tipo de encaminhamento, pois sempre que podem fogem dos abrigos, asilos, escolas, etc, como forma de alertar para a segregação que estão a lhes impor. De fato, são invencíveis para o sistema, como aponta (Leite, 1991).

Nesse sentido, nosso estudo aponta para a necessidade da educação rever, de forma radical a sua atuação, uma vez que essa é direito de todos. Para os sujeitos jovens em situação de rua nos cabe falar da importância de uma prática educativa que esteja vinculada a Pedagogia Social, entendendo que essa pode contribuir para socialização e mudança de vida dos indivíduos sem prejudicar suas subjetividades, de acordo com o que nos apresenta (SOARES; TASSARA; UDE, 2010). Assim, conseguiríamos problematizar que outros espaços podem, também, ser fonte de educação e experiências socializadoras, sendo estas não de exclusividade da escola. É necessário pensarmos o fazer e pensar educacional para além dos muros escolares. Nesse caso, a pedagogia social seria uma prática que contextualizaria a ação educativa para o espaço das ruas. Assim, o educador social trabalharia na perspectiva de criar vínculos sociais e de pertencimento com os jovens, potencializando a socialização dos mesmos, (OLIVEIRA, 2010).

Por fim, esse estudo visualiza a importância do fortalecimento da atuação da Pedagogia Social no espaço das ruas, na medida em que essa se propõe a atuar na contramão da homogeneização dos corpos dóceis e eficientes, mas, sobretudo, trazendo a tona o respeito às singularidades dos sujeitos, para que através da expressão de suas *malandragens criativas* possam apostar novamente na vida, por meio de intervenções educativas que busquem investir na descoberta de novas formas de resistência e efetiva conquista de liberdade, (DINIS, 2000).

Há de ressaltar, que a pedagogia social seria uma das possibilidades indicativas para atuação com o público em situação de rua, não sendo a única. Pois, mediante a complexidade que comporta a situação de rua, revela-se com esse estudo a necessidade de ações transdisciplinares, uma vez que a realidade apresentada convoca a necessidade de se instaurar e/ou potencializar um trabalho em Rede, traduzindo assim, a presença de vários atores, conhecimentos e diferentes intervenções na busca de saídas mais efetivas no enfrentamento da problemática da vida nas ruas.

Entende-se, portanto, que a Pedagogia Social propõe o rompimento com as formas instituídas de trabalho, uma vez que estas não alcançam as demandas reais desses sujeitos.

Entendo que através dessa atuação poder-se-ia estabelecer formas mais integrativas dos sujeitos a seu meio social e não meramente sob a ótica capitalista promotora de modos de marginalização destinados, pois, aos pobres. Observa-se, portanto, que seus processos de socialização se dão guiados por lógicas excludentes, reconhecendo-os apenas enquanto marginais. Como observado em campo esses jovens são mais socializados por experiências negativas, mesmo que criem suas táticas na tentativa de alcançar possibilidades que tornem suas experiências socializadoras positivas.

Visualiza-se assim, que esse estudo traz indicativos que apontam para importância da realização de estudos acerca das famílias desses jovens, o que pode nos fazer avançar em compreensões acerca das histórias sociais desses indivíduos. Entende-se que aprofundar na história de vida dessas famílias, pode ajudar captar o cenário mais amplo que está por trás dessas trajetórias, nos aproximando de outros saberes acerca da reprodução das desigualdades, violência e segregação vivida pelo público em situação de rua.

Esses jovens, por meio de suas falas, táticas e constantes *rolés* na cidade vem nos questionar e o mundo que nos cerca. Finalizo ressaltando a importância de se enfrentar a discussão sobre as políticas de atendimento a essa população juntamente com estratégias de enfrentamento ao genocídio e criminalização da juventude negra e pobre brasileira.

Nessa perspectiva, constata-se que o aprofundamento de estudos em relação a temática podem vir a somar contribuições para o fomento de políticas públicas que possam, de fato, dar voz a esses jovens, para assim alcançarem visibilidade e um modo menos precário de inserção social.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo, Ed. Página Aberta Ltda, 1994.

ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia e SPOSITO, Marília Pontes (orgs.) **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

ABRANTES, Pedro. Para uma teoria da socialização. **Rev. Faculdade de Letras da Universidade de Porto**, 2011, vol. XXI, p. 121-139.

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Do transito para a rua, o sexo e o gênero: trajetórias de crianças e jovens da periferia das cidades brasileiras. In: CANEZIN, Maria Tereza; SOUSA, Sônia M. Gomes (Org.). **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, Goiânia: Ed. da UFG, Cânone, 2009, p.137-152.

ADORNO, Sérgio. A experiência precoce de punição. In: MARTINS, José de S. (Org.). **O Massacre dos Inocentes – a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993, p.181-208.

AGUIAR, W.M.J; OZELLA, S. 2006. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**, PUC-SP, n. 26, v.2, p. 222-245.

AGUINSKY, Beatriz and CAPITAO, Lúcia. **Violência e socioeducação: uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa**. *Rev. katálysis* [online]. 2008, vol.11, n.2, pp. 257-264.

BANKS, Marcus. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BASSALO, Lucélia de Moraes Braga; WELLER, Wivian. Imagem fotográfica: registros de visões de mundo. **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**. GT 25 – Sociologia do Conhecimento e Metodologias qualitativas. Curitiba (PR), 2011.

BELLONI, Maria Luiza. Infâncias, Mídias e Educação: revisitando o conceito de socialização. **Rev. Perspectiva**. Florianópolis. V. 25, n.1, p. 57-82, jan/jun, 2007.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Relatório do 2º Censo de População de Rua de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2005.

BOCK, Ana Maria Mercês. A perspectiva sócio-histórica de leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 24, n. 62, abril, p. 26-43, 2004.

BODGAN, Roberto C; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Editora Porto, 1994.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre o saber da experiência. **Rev. Bras. de educação**, Campinas, nº 19, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOUVIER, Suzanne Mollo. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. Tradução de Alain François. **Educação e Sociedade** (Dossiê: Sociologia da Infância – Pesquisa com crianças), 91, v. 26, maio/ago. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069, 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília: Casa Civil, julho 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>

BRASIL. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade 2014**. Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília. 2014.

BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991.

CABRAL, L. F. (2005). A rua no imaginário social [Versão Eletrônica]. **Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**, 9(184).

Acesso em 13 de maio, 2014, disponível em <http://www.raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/64144/74340>.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2003.

CAMPOS, Túlio; MARQUES, Walter Ernesto Ude; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. Nos “sinais” da cidade: experiências de infância entre o lazer e o trabalho no espaço urbano. In: **Anais do Congresso Internacional de Ciências do Esporte**, Salvador, set, 2009.

CAMPOS, Maria Machado Malta. Infância abandonada: o piedoso disfarce do trabalho precoce. In: MARTINS, José de S. (Org). **O Massacre dos inocentes - a criança sem infância no Brasil**. São Paulo, Ed. Hucitec. 2ª edição, 1993, p. 117-153.

CARDOSO, Marcos Antônio. **“O movimento negro em Belo Horizonte”: 1978-1998**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.

CARVALHO, Mauro Giffoni. A construção das identidades no espaço escolar. **Rev. Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 20, n.1, p. 209-227, jan/jun 2012.

CASTRO, Lúcia Rabello de. **A aventura urbana: crianças e adolescentes no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

CASTRO, Lúcia Rabello. **Infância e adolescência na cultura de consumo**. Rio de Janeiro: Nau, 1998.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 116, p. 143-176, Jul 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-157420020002000007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 13 Março 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

COELHO, S. V. Abordagens psicossociais da família. In: J. G. Aun, M. J. Esteves de Vasconcellos & S. V. Coelho (Orgs.). **Atendimento de famílias e redes sociais: Fundamentos teóricos e epistemológicos**, p. 145-232. Belo Horizonte: Ophicina da Arte & Prosa, 2005.

COIMBRA, Cecília M^a Bouças. **Os especialistas da Infância e Juventude: Produzindo Verdades Competentes**. Anais do III Congresso Ibero-americano de Psicologia Jurídica. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2000.

COIMBRA, Cecília M. B. e NASCIMENTO, Maria Lívia. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo César Pontes e IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 19-37.

CORÇÃO, Carolina & QUELUZ, Marilda. **Uso da linguagem fotográfica na interação entre jovens e o meio**. Artigo científico publicado no caderno de resumos do III Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 03 a 06 de Maio de 2011/ Coordenação Alberto Gawyszewski- Londrina:UEL,2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Carolina%20Cor%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Data de acesso: 10/09/2011.

CORTI, Ana Paula e SOUZA, Raquel. **Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

COURA, Claudinéia Aparecida Pereira. **Juventude e segregação urbana em Belo Horizonte/MG: um estudo de trajetórias e representações sociais no Conjunto Taquaril**. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. PUC-MG. Ano 2009.

DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. 11 ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2000.

DAYRELL, Juarez (Org.) et al. **Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil - Portugal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 299-322.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (orgs.). **Juventude e Ensino Médio – Sujeitos e Currículos em Diálogo**. Editora UFGM, 2014, p. 102-133.

_____. Documento eletrônico disponível em <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/educacao/lei-10-639-03-e-outras/22445-significados-dos-nomes-proprios-africanos> Acessado em 09.02.2015

SILVA, Tarcia Regina da; DIAS, Adelaide Alves. O racismo sob forma de violência silenciosa e as contribuições da pedagogia institucional no seu enfrentamento. **Rev. Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.21, n.1, p.72-92, jan./jun.2013 Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acessado em 15 de maio de 2014.

Diagnóstico da situação da criança, do adolescente e do jovem em Belo Horizonte [recurso eletrônico] Livro 1: notas teórico-metodológicas e considerações gerais. Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre; Amadeu Roselli-Cruz / Dener Antônio Chaves / Dilma Fróes Vieira / Dimas Antônio Souza / Marco Antônio Couto Marinho, (Coords). Belo Horizonte: UNILIVRECOOP, 2013.

DINIS, Nilson Fernandes. Pedagogia de rua: reflexões sobre uma nova prática. **Rev. de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina**. Vol. 2, Nº 1, 2000. Disponível em <http://www.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n11.htm>. Acessado em: 12/05/2014.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

DUBET, François (1996). **Sociologia da Experiência**. Lisboa, Instituto Piaget.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. **População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998-2005**. Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, (2005).

FERREIRA, Tânia. **Os meninos e a rua - Uma interpelação à psicanálise**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FLORESTAN, Fernandes. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo. Ática, 1965.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Ed. Olhos da Água, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt: 1933.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (Org.). **Psicologia jurídica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração: experiências de meninos nas ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. *Rev. Antropol.* [online]. 2004, vol.47, n.1, pp. 9-43.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HENRIQUE, Carlos. Reconstrução: uma abordagem sócio-histórica sobre o racismo à brasileira. **Revista Urutáua, nº12**. Universidade Estadual de Maringá. Paraná, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio
Acessado em: 12 mar. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Disponível em:** <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mg> Acessado em 20 de janeiro de 2014.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ, 2000.

JUSTO, Carmem Silvia Sanches. **Os meninos fotógrafos e os educadores: viver na rua e no Projeto Casa**. São Paulo, UNESP, 2003.

KOLLER, S.H; HUTZ, C.S. **Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica, diversidade e definição**. Coletâneas da ANPEPP. 1 (12), 11-34, 1996.

LEITE, Ligia Costa. **A magia dos invencíveis: os meninos de rua na Escola Tia Ciata**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

LEÓN, Oscar Dávila. Uma revisão das categorias de adolescência e juventude. In: CANEZIN, Maria Tereza; SOUSA, Sônia M. Gomes (Org.). **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, Goiânia: Ed. da UFG, Cânone, 2009.

LOPES, Daniel de Queiroz. **Curadoria aberta dos espaços e objetos públicos: proposições metodológicas para a socialização e as aprendizagens em rede**. 36ª Reunião Nacional da ANPEd. 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia/GO.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O Trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé et al (Orgs). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte, Ed UFMG, 2009.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo, Hucitec, 1998.

MARCHI, Rita de Cássia. **Os Sentidos (paradoxais) da Infância nas Ciências Sociais: um estudo de Sociologia da Infância crítica sobre a “não-criança” no Brasil**. Florianópolis: PPGSP/UFSC. Tese (Doutorado em Sociologia Política), 2007.

MARQUES, Walter Ernesto Ude. Rua, virilidade e violência: crianças e jovens em situação de extrema vulnerabilidade social e pessoal. In: MORAIS, Nd; SILVA, LN; KOLLER, SH. **Endereço desconhecido: crianças e adolescentes em situação de rua**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010, p. 381-401.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e nova desigualdade**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

MATIAS, Hugo Juliano Duarte. Identidade, **Espaço e tempo**: Negociações de sentido sobre a “gente de rua”. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.

MATIAS, Hugo Juliano Duarte; FRANCISCHINI, Rosângela. Desafios da etnografia com jovens em situação de rua: a entrada em campo. **Psicol. Reflex. Crit.** Porto Alegre, v. 23, n. 2, 2010.

MATIAS, Hugo Juliano Duarte; FRANCISCHINI, Rosângela. Crianças em situação de rua: trabalho e processos de socialização. In: MORAIS, Nd; SILVA, LN; KOLLER, SH. **Endereço desconhecido: crianças e adolescentes em situação de rua**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010, p.263-294.

MATIAS, Hugo Juliano Duarte. Jovens em situação de rua: espaço, tempo, negociações de sentido. **Rev. Psicologia & Sociedade**. 23 (2), p. 237-247, 2011.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MEDEIROS, Lígia. **A criança da favela e sua visão de mundo: uma contribuição para o repensar da escola.** Rio de Janeiro: Ed. Dois Pontos, 1986.

MOREIRA, Eryson de Souza. A construção social do indivíduo negro no âmbito escolar. **I Encontro de História do CAHL.** Centro de Artes, Humanidades e Letras, Quarteirão Leite Alves, Cachoeira-BA, 18 a 21 de outubro de 2010.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados 18 (50)**, 2004. Entrevista.

NETO, Eduardo Rios; RIANI, Juliana de Lucena. **Desigualdades raciais nas condições habitacionais da população urbana.** Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2007.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000100015&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 13 de abril de 2015.

NOTO, AR, NAPPO, SA, GALDURÓZ, JCF, MATTEI, R, Carlini. **IV Levantamento sobre o Uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua de Seis Capitais Brasileiras – 1998.** Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas, Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina.

OLIVEIRA, Denilson Araujo. **A questão racial na era dos mega empreendimentos e eventos no Rio de Janeiro.** Anais do VIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores negros/as. UFBA, Belém- Pará, 2014.

OLIVEIRA, Walter Ferreira. Educação social de rua. In: In: MORAIS, Nd; SILVA, LN; KOLLER, SH. **Endereço desconhecido: crianças e adolescentes em situação de rua.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010, p. 435-464.

OLIVEIRA, J.S. **O traço da desigualdade social no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE. 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do Antropólogo.** 2. ed. Brasília: 2000.

ORSETTI, A. **Meninos de rua: educação em meio aberto**. Belo Horizonte: SED, 1987.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETO, Irene; CARVANO, Luiz Marcelo (orgs). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010**. Rio de Janeiro: Garamond; Laeser; Instituto de Economia, UERJ, 2010.

PASSETI, E. **O que é o menor**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos. A formação urbana e social da cidade de Belo Horizonte: hierarquização e estratificação do espaço na nova capital mineira. *Temporalidades, Rev. discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, Belo Horizonte, v.1, n.2, ago/dez, p.37-52, 2009. Disponível em www.fafich.ufmg.br/temporalidades. Acessado em 12/10/2012.

PEREIRA, Tupaca de Gusmão. **Rua dos inventos: ensaio sobre desenho vernacular**. Rio de Janeiro: Kito Alves, 2004.

QUEIROZ, et al (orgs). **Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde**. *Rev.Enferm*, 15 (2), Rio de Janeiro, 2007, p. 276-283.

RABELO, Fabíola de Lourdes Moreira. Nas trilhas da socioeducação: a cidade escrita pelos adolescentes através de seus percursos educativos. In: MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara de Castro (orgs). **Cidade, memória e educação**. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2013, p. 193-216.

RABELO, José Maria. Belo Horizonte. **Do Arraial à Metrópole: 300 anos de história**. Belo Horizonte: Ed: Legraphar, 2013.

RIBEIRO; Adriana Miranda; GARCIA; Ricardo Alexandrino. Segregação sócio espacial em Belo Horizonte: uma aplicação de modelos difusos. 2001. *Rev.do Departamento de Geografia e do Programa de Pós Graduação em Geografia IGC UFMG*. Disponível em: <http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/6/6> Acessado em: 10/10/13.

RIO, João, **A alma encantadora das ruas**. São Paulo, Editora Martin claret, 2ª edição, 2008.

RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/Editora Universitária Santa Úrsula/Amais Livraria e Editora, 1995.

RODRIGUES, Cristinno Farias. **Adolescentes e jovens com experiências de vida nas ruas de São Luís – MA: construindo sentidos e desvelando significados.** Dissertação (Mestrado). Pós- Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2008.

SANTOS, Milton, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Ed. USP, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE BELO HORIZONTE. **1º Censo de população de rua de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: SMPBH, 1998.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Família, escola e mídia: um campo para novas configurações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 107-116, jan/jun, 2002.

SETTON, Maria Graça Jacintho. **Teorias da socialização: um estudo sobre as relações entre indivíduo e sociedade** *Universidade de São Paulo*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 711-724, dez. 2011. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 711-724, dez. 2011.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995 -2005.** 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

SILVA, Emanuelle; TORRES, Roberto; BERG, Tábata. A miséria do amor aos pobres. In: SOUZA, Jessé et al (Orgs). **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte, Ed UFMG, 2009.

SILVA, Lucas Neiva (orgs). Uso de drogas por crianças e adolescentes em situação de rua e a busca de intervenções efetivas. In: MORAIS, Nd; SILVA, LN; KOLLER, SH. **Endereço desconhecido: crianças e adolescentes em situação de rua.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010, p. 325-358.

SILVA, Thiago Lemões. Casa, rua e a fluidez de suas fronteiras: diálogos etnográficos e reflexivos sobre o fenômeno “população em situação de rua”. **Cadernos do LEPAARQ**, v.IX, nº17/18, Pelotas, RS Editora UFPEL, 2012.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Entre o asfalto e a terra: a fecundidade educativa do cotidiano poético a cidade. In: DALBEN, Ângela; DINIZ, Júlio; LEAL, Leiva; SANTOS, Lucíola (Org). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p.582-599

SIMAN, Lana Mara de Castro. A cidade como espaço limiar: sobre a experiência urbana e sua condição educativa, em caminhos de investigação. In: MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara de Castro (orgs). **Cidade, memória e educação**. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2013, p. 41-58.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SLUZKI, Carlos E. **A rede social na prática sistêmica**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997.

SNCR-PT, (2002). **Caderno Brasil sem Racismo**. Secretaria Nacional de Combate ao Racismo – PT (SNCR).

SOARES, Aldonice; TASSARA, Valéria; UDE, Marques. Complexidade, Educação social e Saúde: diálogos teórico-metodológicos para a construção de uma prática mais integradora. In: XAVIER, Conceição Clarete; JESUS, Rodrigo Marcos (orgs). **Educação, cultura e complexidade: diálogos Brasil-Cuba**. Belo Horizonte, Ed Argvmentvm, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAIS, Regina; VANNUCHI, Paulo. (org.). **Juventude e sociedade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Ed. UFMG/IUPERJ, 2003.

SOUZA, Jessé (org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Ed: UFMG, 2009.

SOUZA, Tainara de Jesus. O movimento Nacional de meninos e meninas de rua e a conquista dos direitos: o marco do movimento social em prol da garantia dos direitos da criança e do adolescente. **Anais do III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte. Ano 2013**. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/O%20MOVIMENTO%20NACIONAL%20DE%20MENINOS%20E%20MENINAS%20DE%20RUA%20E%20A%20CONQUISTA%20DOS%20DIREITOS.pdf>

SPOSITO, Marília Pontes. **A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade.** Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 5, no 1 e 2, p. 161-178, 1993, (editado em Nov. 1994).

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude: crise, identidade e escola. In: Dayrell, Juarez (org). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

SPOSITO, Marília Pontes. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. **Rev. USP**, São Paulo, nº 57, p.210-226, março/maio/2003.

SPOSITO, Marília Pontes. In: SPOSITO, Marília Pontes, (cord). **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006).** Belo Horizonte: MG, Argvmentvm, 2009. v. 1

TELLES, Edward Eric. **Racismo à Brasileira: Uma Nova Perspectiva Sociológica.** Rio de Janeiro: Relume Dumara: Fundação Ford, 2003.

TJMG. (2012). **Relatório Estatístico Anual do CIA-BH elaborado pelo Setor de Estatística da Vara Infração da Infância e Juventude.** Belo Horizonte, Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br>>.

VARGENS, Paula Werneck. **“Isso para nós é massagem”: crianças e adolescentes nas ruas – limites, fronteiras e possibilidades de direitos à cidade.** Dissertação (Mestrado) em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco A. S. Da Casa à Rua: A cidade como fascínio e descaminho. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (Org.). **O Trabalho e a Rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.** São Paulo: Ed. Cortez, 1991.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WAISEFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2013: homicídios e juventude no Brasil.** Rio de Janeiro: Flacso, 2013.

WAISEFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2014: Os jovens no Brasil.** Rio de Janeiro: Flacso, 2014.


ANEXOS

Anexos I –


“Dicionário de RUA” - Palavras e significados utilizados pelos/as jovens pesquisados/as

Palavra	Significado
Bolado	Nervoso
Bonde da hospitalar	Eles (Jovens pesquisados/as)
Brava	Maldade
Capotar	Bater
Chaína	Lombrado (quando a área está suja, a polícia chega)
Colar	Ficar perto
Colé	Qual é
Dar uma moral	Ajudar
Desembolar	Conversar
Esculachar	Humilhar
Esparrando	Xingando
Fita	Roubo, ato infracional
Já é	É isso, Ok
Maloca	Onde as pessoas de rua dormem
Marcar	Ficar num lugar parado
Menor	Pessoa até 17 anos
Maior	Acima de 18 anos
Ovão	Pênis grande
Ovinho	Pênis pequeno
Paiá	Normal, fraco
Rodar	Ser levado para o CIA - Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional
Rolé	Dar voltas na cidade
Seral	Matar
Surfar	Segurar a porta do ônibus, ou ir na traseira de ônibus
Tá ligado	Entendeu
Tio/Tia	É quem a gente respeita, tem carinho. É como se fosse parente, é quem cuida da gente.
Tirando	Desrespeitando
Trocar ideia	Conversar
Trombar	Encontrar
Willian	Boy, filhinho de papai

Anexo II – Termo de autorização judicial



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – CAMPUS DE BELO HORIZONTE
Programa de Pós-Graduação - Stricto Sensu
Mestrado em Educação



TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Ilmo Sr. Marcos Flávio Lucas Padula, Juiz titular da Vara Cível da Infância e da Juventude

Vimos, por meio deste documento, solicitar autorização para realização da pesquisa de mestrado intitulada *Juventude(s) e seus processos de socialização: tecendo um olhar acerca da experiência urbana de adolescentes/jovens em situação de rua*, a ser realizada pela mestranda Fabiola de Lourdes Moreira Rabelo, sob orientação da professora Dr.ª Lana Mara de Castro Siman e co-orientação do Prof. Mauro Giffoni de Carvalho.

Visamos com essa pesquisa compreender e qualificar os processos de socialização de adolescentes e jovens em situação de rua da cidade de Belo Horizonte/MG, pretendendo que essa contribua para compreensão das vivências dos adolescentes e jovens em questão nas ruas de Belo Horizonte/MG, bem como para elaboração e fortalecimento de políticas públicas voltadas para o amparo dos jovens e adolescentes. Informamos que a pesquisa será realizada no contexto da rua, por meio de observações, registros de campo e entrevistas com o público em questão.

Tal autorização de faz necessária uma vez que se trata de adolescentes e jovens que moram nas ruas e se encontram em situação de risco, além de possuírem idade inferior a 18 anos de idade. Salientamos que tais dados serão utilizados tão somente para realização deste estudo e que a identificação dos referidos jovens será guardada sob total sigilo.

Na certeza de podermos contar com a colaboração e empenho deste Juizado da Infância e Juventude, agradecemos antecipadamente e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Belo Horizonte, 07/05/14.

Autorizo a realização das observações de campo, entrevistas e o uso dos registros para fins exclusivos da pesquisa em questão, ciente de que os nomes e outros elementos de identidade dos jovens serão mantidos sob total sigilo.

Assinatura: *Staurcaut*

RUA PARAIBA, 29 - FUNCIONÁRIOS - BELO HORIZONTE/MG – CEP: 30 130-140
 TEL. (31) 3239-5913 Coordenação / Secretária

